

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

A construção do ‘eu’ e do ‘nós’: processos de mobilização social em perfis de agricultoras agroecológicas no Facebook

Angélica Patrícia de Almeida

Belo Horizonte
2019

Angélica Patrícia de Almeida

A construção do ‘eu’ e do ‘nós’: processos de mobilização social em perfis de agricultoras agroecológicas no Facebook

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea
Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques

Belo Horizonte
2019

301.16
A447c
2019

Almeida, Angélica Patrícia de

A construção do 'eu' e do 'nós'[manuscrito] : processos de mobilização social em perfis de agricultoras agroecológicas no Facebook / Angélica Patrícia de Almeida. - 2019.

167 f. : il.

Orientador: Márcio Simeone Henriques.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Comunicação - Teses. 2.Ecologia agrícola - Teses.
3. Feminismo – Teses. I. Henriques, Márcio Simeone.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

A construção do 'eu' e do 'nós': processos de mobilização social em perfis de mulheres
agroecológicas no Facebook

Angélica Patrícia de Almeida

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora:



Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques
Orientador (orientador – FAFICH/UFMG)



Prof. Dr. Ângela Cristina Salgueiro Marques
(FAFICH/UFMG)



Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra
(UFV)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 09 de agosto de 2019

AGRADECIMENTOS

Ao bom Deus, luz e guia dos meus caminhos, por todo sustento, ânimo e amparo em cada momento desta jornada;

Ao querido Márcio Simeone pela admirável grandeza intelectual e humana. Vão ficar pra sempre no meu coração os seus generosos ensinamentos acadêmicos e sobretudo o seu constante encorajamento e compreensão. Foi uma alegria construir com você!

Às professoras Angela Marques e Laura Guimarães pelas potentes contribuições na ampliação e aprofundamento dos nossos horizontes de pesquisa, ao longo do processo de qualificação e defesa deste trabalho;

Ao querido Rennan Mafra por ter acreditado neste projeto enquanto ainda era semente e compartilhar, de forma tão bonita e agregadora, do seu desabrochar!

Ao professor Carlos d'Andréa pelos diálogos breves e não programados pela UFMG, mas sempre tão impulsionadores e cheios de acolhida;

Às sujeitas desta pesquisa – verdadeiras sabedoras da terra e semeadoras de realidades mais justas e fraternas – por inspirarem e possibilitarem este estudo, com abertura, confiança e trocas tão ricas no movimento agroecológico;

Às companheiras do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e às Pretas da Agroecologia pela partilha de vida, de luta e de sonhos;

À Coletiva de Comunicação e Cultura da ANA por me ensinar tanto sobre comunicação popular, afeto e a força da colaboração;

Ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA) e, em especial, à equipe do “Mulheres e Agroecologia” por serem base de sustentação para esta pesquisa;

Ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH) pela acolhida, aprendizado e por permitir minha permanência em Belo Horizonte ao longo do mestrado;

À Secretaria Executiva e ao Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia pelo breve, mas valioso tempo de convívio;

Ao Núcleo Cidona, da Marcha Mundial das Mulheres em BH, pela força e solidariedade;

À Biodanza Viçosa e ao Cláudio por transbordarem leveza para a finalização da dissertação;

À minha avó Leonídia e à minha mãe Maria por todo suporte espiritual e afetivo, e por nutrirem meu coração com a força do exemplo. À Xavier, Bernardo (amor da titia), e meus irmãos Amélia, Aline, Renê e Renildo pelo cuidado que desconhece distâncias e revigora meus dias. À dona Gaia por todo zelo e amorosidade;

Ao Rafa pela amizade fiel, que coloriu minhas manhãs e noites de estudo. Aos amados Brunin, Míriam, Lília, Eulália, Marcos, Amandinha e Adolfo por tornarem Belo Horizonte mais aquecida e familiar. Às queridas Bárbara e Ju por todo convívio. À Jana, Poly, Flavinha, Nara, Gi, Uyrá, Alininha e demais amigas e amigos-tesouros, que se fizeram presentes, apesar da distância física;

Às lindezas do Mobiliza por serem tão incríveis, generosas e marcarem de forma tão positiva esta experiência! Em especial, à Iasminny por anuviar palavras para minha pesquisa e tantas vezes desanuvialar meus pensamentos, compartilhando risos e choros pela UFMG;

Às/aos colegas de Mestrado pela oportunidade de partilhar essa travessia e aprender tanto com vocês!

A todas as pessoas que, de longe e de perto, torceram, rezaram, vibraram e incentivaram, das formas mais diversas, a concretização desta pesquisa;

E ao meu amor e grande bem, Marcelo, pelo companheirismo, presença e todo o sentir e viver intraduzíveis em palavras! "Ainda bem que me restou o seu sorriso, que me alumia a alma, que me acalma quando é preciso".

“Mesmo que eles espatifem o Congresso, nosso país, nosso governo, eles não têm capacidade nunca na vida de espatifar a união das mulheres. Somos nós quem fazemos agroecologia; nós, mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas, ribeirinhas, quebradeiras de coco... Tudo quanto é de categoria das mulheres das águas e das florestas. A agroecologia é nossa, ela está em nossas mãos” Maria do Socorro, representante da Rede Cerrado e do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, durante a Plenária das Mulheres do IV Encontro Nacional de Agroecologia.

RESUMO

No atual contexto de diluição das fronteiras entre a mídia e os demais campos da vida social, grupos sociais em desvantagem têm se apropriado das possibilidades tecnológicas para produzir práticas críticas e reflexivas, buscando alcançar expressividade e legitimidade pública. Tendo em vista a ação estratégica de movimentos ambientais nas mídias e pelas mídias, a presente pesquisa busca refletir sobre processos de mobilização social *on-line*, estudando a relação entre Facebook, gênero e agroecologia no cenário contemporâneo reconfigurado pela internet. A realidade empírica estudada é a de agricultoras que pertencem à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e que estão conectadas ao Facebook, a fim de compreender como estas mulheres constroem a si mesmas e, ao mesmo tempo, constroem publicamente a causa feminista e agroecológica nos seus perfis pessoais. O estudo desenvolvido é qualitativo e exploratório, com análise empírica composta por informações disponibilizadas em perfis de cinco mulheres no Facebook, bem como por relatos orais de oito sujeitas. Como aporte teórico, este trabalho se vale da literatura sobre mobilização social, além de contribuições do ecofeminismo e do ciberfeminismo.

Palavras-chave: Mobilização social. Agroecologia. Feminismo. Redes Sociais On-line.

ABSTRACT

In the current context of dilution of the boundaries between the media and other fields of social life, disadvantaged social groups have appropriated the technological possibilities to produce critical and reflexive practices, seeking to achieve expressivity and public legitimacy. Considering the strategic action of environmental movements in the media and media, this research seeks to reflect on processes of social mobilization on-line, studying the relationship between Facebook, gender and agroecology in the contemporary scenario reconfigured by the internet. The empirical reality studied is that of women farmers belonging to the National Articulation of Agroecology (ANA) and connected to Facebook in order to understand how these women construct themselves and, at the same time, publicly construct the feminist and agroecological cause in your personal profiles. The study is qualitative and exploratory with empirical analysis consisting of information available in profiles of five women on Facebook, as well as oral reports of eight subjects. As a theoretical basis, this work draws on the literature on social mobilization, as well as contributions from ecofeminism and cyberfeminism.

Keywords: Social mobilization. Agroecology. Feminism. Social Networking Online.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Formulado com base em Henriques (2010, pp.11-12)	44
Figuras 1-2	58
Figuras 3-6	58
Figuras 7-8	60
Figuras 9-12	61
Figuras 13-15	62
Figura 16	65
Figuras 17-22	68
Figura 23	73
Figura 24	75
Figura 25	78
Figura 26	79
Figuras 27-28	81
Figura 29	82
Figuras 30-31	85
Figuras 32-34	88
Figuras 35-36	89
Figuras 37-38	90
Figuras 39-45	91-92
Figuras 46-51	95-96
Figuras 52-54	97
Figuras 55-57	100
Figuras 58-61	101
Figura 62	103
Figuras 63-64	105
Figuras 65-66	106
Figuras 67-68	107
Figuras 69-74	108
Figuras 75-77	111
Figuras 78-86	112
Figuras 87-102	113-115
Figuras 103-106	117
Figuras 107-110	119
Figuras 111-114	121
Figuras 115-117	124
Figuras 118-130	125
Figuras 131-137	127
Figuras 138-145	129
Figuras 146-147	130

Figuras 148-150	134
Figuras 151-170	134-138
Figura 171	139
Figura 172	141
Figura 173	142
Figura 174	143
Figura 175	144
Figura 176	144
Figuras 177-178	148
Figuras 179-180	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia
ATER Agroecologia – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER Mulheres – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCFD – Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento da França
CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Fecat – Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará
Fetagri – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
GT Mulheres da ANA – Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia
IV ENA – IV Encontro Nacional de Agroecologia
STR – Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Espera Feliz
MMM – Marcha Mundial de Mulheres
MMTR-NE – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MMZML-MG – Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE – Política Nacional de Alimentação Escolar
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF Mulher – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronaf Produtivo Orientado – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SOF – Sempre Viva Organização Feminista
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

NASCENTES	13
1 A DESCOBERTA DA VOZ	22
1.1 Mulheres rurais na luta por direitos.....	27
1.2 “Sem Feminismos Não Há Agroecologia”.....	33
1.3 O que move as mulheres da agroecologia.....	39
1.4 “Comunicar Para Transformar”.....	49
2 QUEM SÃO AS SUJEITAS DESTA PESQUISA?	59
2.1 Os contextos e sentidos políticos do uso da internet e do Facebook por agricultoras feministas e agroecológicas.....	65
2.2 A construção do “Eu” e do “Nós”.....	73
2.2.1 Ter e ser um perfil.....	74
2.2.2 Feminismos e Agroecologia em rede e nas redes.....	85
2.2.3 “Não é ajuda, é trabalho: Eu sempre posto tentando mostrar”.....	85
2.2.4 “É dia de feira, quem quiser pode chegar”.....	99
2.2.5 “Família Nossa Base”.....	104
2.2.6 “Feminismos, Resistência e Fé”.....	110
2.2.7 “Cuidar de si, cuidar do outro, cuidar da vida”.....	119
2.2.8 Andar com Fé.....	122
2.2.9 Embates de visões político-partidárias.....	126
2.2.10 A experiência de ser visível.....	134
3 CONCLUSÕES	147
BIBLIOGRAFIA	155
APÊNDICE 1	165
APÊNDICE 2	166

NASCENTES

E, se a teoria e a prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira. A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente. (FREIRE, 1983, p. 25)

Esta investigação está enraizada nas experiências concretas que temos vivenciado desde 2014 no movimento agroecológico brasileiro. É fruto de leituras, observações, análises, mas sobretudo de relações e reflexões tecidas com mulheres nas muitas andanças e construções coletivas em torno da agroecologia, dos feminismos e da comunicação popular.

Nasce da afetação que nos inquieta, indaga e move na direção de compreender processos protagonizados por mulheres agricultoras e representantes de povos e comunidades tradicionais, defensoras da agroecologia e dos feminismos, nas suas distintas realidades cotidianas. Que nos impeliu e impele ao encontro responsável e ético com estas mulheres, ao mesmo tempo que interpela a um olhar reflexivo sobre nossas trajetórias, crenças, valores e escolhas de vida; à transformação no encontro.

Brota, assim, não de uma epistemologia isolada do mundo, isenta e imparcial, mas de uma perspectiva feminista que da prática nos leva à teoria, se insere no chão dos territórios agroecológicos e constrói conhecimentos intersubjetivamente, na interação e no diálogo crítico, no caminho que se constrói caminhando (RAGO, 1998).

As primeiras oportunidades mais intensas de conexão com as sujeitas desta pesquisa, suas redes e movimentos aconteceram em virtude da assessoria de comunicação prestada ao projeto *Fortalecimento da autonomia econômica de mulheres rurais no Brasil*, executado pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) em diferentes regiões do país, cujo projeto piloto foi desenvolvido na Zona da Mata mineira, entre 2014 e 2016, pelo Centro de Tecnologias Alternativas (CTA)¹.

¹ A Organização Não Governamental (ONG) atua na região desde 1987, conjuntamente com as agricultoras e agricultores da região e seus movimentos, como os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STRs), as associações, cooperativas, o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste, dentre outras formas de organização social. O CTA tem como missão a promoção da agroecologia como ciência,

Naquela ocasião, em que percorremos breves e longas extensões territoriais do Brasil, foram evidenciados horizontes de lutas até então desconhecidos por nós: a rica e profunda construção da agroecologia sob a perspectiva específica das mulheres, diante das faces perversas das muitas violências expressadas nas suas vidas e das formas como vão construindo, a partir das suas experiências pessoais e da sua organização coletiva, caminhos possíveis, em busca de autonomia e emancipação de suas existências.

Inspirados nesta experiência de dois anos, nos desafiamos a investigar processos comunicativos protagonizados por mulheres agricultoras, resultando na presente pesquisa de Mestrado. Desse período para cá, outras oportunidades e desafios firmaram nossa participação no movimento agroecológico, em especial a preparação do IV Encontro Nacional de Agroecologia², realizado entre maio e junho de 2018 em Belo Horizonte; a assessoria de comunicação prestada à Articulação Nacional de Agroecologia, entre janeiro e maio de 2019; e nosso engajamento no Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA.

Dentre a riqueza e complexidade de questões articuladas pela agroecologia a serem estudadas, despertaram-nos especial atenção os processos de comunicação protagonizados pelas agricultoras e mediados pela internet. Notamos um crescente processo de apropriação de mídias sociais pelas mulheres, percebendo o quanto a presença virtual delas tem se constituído com maior força e o quanto as práticas de registro, via celulares, têm se tornado cada vez mais comuns nas suas dinâmicas coletivas, provocando, por parte dos movimentos que elas integram, uma reorientação nas estratégias de comunicação.

Ao acompanharmos agricultoras nas redes sociais, e em específico no Facebook, reparamos que, apesar de o ambiente privilegiar construções egocentradas, organizadas em torno de uma individualidade que existe em relação a outras individualidades,

prática e movimento, contribuindo para o fortalecimento das organizações, a equidade nas relações de gênero e gerações e a melhoria da condição de vida das famílias agricultoras, em todas as suas dimensões: econômica, social, ambiental, política e cultural (CTA, 2019).

² Os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) consistem no principal fórum de discussão e decisão das estratégias políticas da ANA, contando com ampla representação dos atores que a constroem e respeitando a composição prioritária de 70% de agricultoras/es e representantes de povos e comunidades tradicionais, além dos demais colaboradores, dentre os quais se incluem técnicas/os de entidades de assessoria técnica e extensão rural, pesquisadoras/es, representantes de órgãos governamentais, consumidoras/es. Até o momento, foram realizados quatro encontros nacionais: no Rio de Janeiro, em 2002; em Recife, em 2006; em Juazeiro, em 2014, e em Belo Horizonte, em 2018.

circulam, com ênfase, nos perfis dessas mulheres imagens e discursos que dizem de uma construção maior, fazendo emergir “faces coletivas” de mulheres enquanto sujeitas políticas, inseridas em movimentos e contextos socioambientais diversos.

Esta incidência do coletivo na construção da identidade virtual dessas agricultoras tem nos instigado, principalmente por se tratar de iniciativas de contribuição espontânea de sujeitas inseridas em uma proposta de bem viver³ que vem mostrar a pluralidade das questões aglutinadas em torno da agroecologia e dos feminismos, suas potências e também contradições. Uma construção que é, simultaneamente, individual e coletiva e traz à cena contextos em que a experiência agroecológica acontece nas suas raízes mais genuínas: as miudezas, o quintal, o roçado, o arredor da casa, o “ao redor” da mesa, as varandas, cozinhas e espaços de reunião, as labutas da roça, das ruas, das organizações, as bandeiras de luta, a política e os partidarismos, os conflitos, os enfrentamentos, as forças resistentes, solidárias e criativas do coletivo, crenças e valores....Tudo pelo olhar de mulheres cuja contribuição, por muitas vezes, é invisibilizada ou tida como desimportante.

Olhamos para os perfis de mulheres agricultoras sob a perspectiva da mobilização social, compreendendo que a atuação delas na internet diz de uma luta de convencimento que tem sido travada desde a década de 1980, dentro e fora dos movimentos sociais. Tais processos de mobilização se inscrevem em uma realidade contemporânea mais ampla, marcada pela diluição das fronteiras entre a mídia e os demais campos sociais, e que propicia a entrada experimental de participantes nas práticas e processos antes restritos à indústria cultural (BRAGA, 2012; CARVALHO, 2016). Assim, a exemplo de outros grupos em desvantagem e movimentos sociais de toda ordem, elas têm se apropriado das possibilidades tecnológicas para produzir práticas críticas e reflexivas, agindo estrategicamente nas mídias e pelas mídias, buscando ampliar sua

³ “O Bem Viver, pelo menos conceitualmente, caracteriza-se como uma versão que supera os desenvolvimentos ‘alternativos’ e tenta ser uma ‘alternativa ao desenvolvimento’. É uma opção radicalmente distinta a todas as ideias de desenvolvimento – e que inclusive dissolve o conceito de progresso em sua versão produtivista. Portanto, o Bem Viver sintetiza uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada na convivência do ser humano, em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes em cada país e no mundo. A parte intrínseca a essa proposta, com projeção até mesmo global, está em dar um grande passo revolucionário que nos inspira a transitar de visões antropocêntricas a visões sociobiocêntricas, com as consequentes consequências políticas, econômicas e sociais.” (ACOSTA, 2016, p. 84-85)

visibilidade, expressividade e legitimidade pública, disputando o campo dos valores e dos elementos simbólicos (HENRIQUES, 2010).

Tais processos de convocação de vontades (TORO & WERNECK, 1996) podem ser localizados dentro da ideia do ciberfeminismo, que é construída desde os anos 90, com a aposta de grupos no potencial transformador da articulação entre feminismos, tecnologia e internet, em processos mais horizontais de funcionamento e com novos espaços a serem ocupados no campo feminista latinoamericano. Tem sido observada, a partir dos anos 2000, uma ampliação de estudos a este respeito, com análises que incorporam uma visão interseccional e mais abrangente sobre a contribuição e participação das mulheres na história da informática e da tecnologia, a exemplo de pesquisas sobre os processos de inclusão e exclusão digitais, sobre os usos das tecnologias da informação e comunicação (TICs), em relação ao que se tem entendido como empoderamento das mulheres e suas organizações (NATANSOHN, 2013).

Concordando com Sonia Alvarez (2014, p. 45) que “as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados” e que é necessário perceber como as desigualdades afetam as mulheres entre si, impactando na construção política dessas sujeitas (CARNEIRO, 2010), buscamos perceber, de forma interseccional⁴, no movimento agroecológico e feminista brasileiro, como mulheres que assumem diferentes identidades socioculturais constroem seus perfis no Facebook. Caminhamos, assim, também ao encontro de uma grande necessidade apontada por Schneider e Gazolla (2011) de perspectivas que contemplem a agricultura familiar⁵ em sua diversidade e heterogeneidade, lançando o olhar para estas sujeitas na realidade contemporânea reconfigurada pela internet.

⁴ Interseccionalidade designa o conceito cunhado pela tradição feminista negra, demarcando uma lente analítica perante a interação e sobreposição de desigualdades estruturais como racismo, sexismo e outras violências correlatas, que incidem desigualmente sobre os diferentes sujeitos (AKOTIRENE, 2018).

⁵ Segundo a Lei 11.326, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades rurais, atendendo, simultaneamente, aos requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize em maior parte mão-de-obra familiar nas suas atividades econômicas; tenha renda predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006). “A agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor ‘bloqueado’, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1995, p. 36)

Acreditamos que, ao considerar as interações sociais, as investigações sobre a agricultura familiar no campo da comunicação podem contribuir para a superação de visões unicamente econômicas e produtivas sobre o meio rural, tendo em vista o predomínio de pesquisas que tratam a internet de um ponto de vista instrumental, como tecnologia que possui interferência direta sobre os processos produtivos⁶. Buscamos, deste modo, em nossas explorações, perceber as interações virtuais e a relação destas com os sujeitos na vida social (FRANÇA, 2001; BRAGA, 2011).

Para ampliar o horizonte teórico proposto, a realidade empírica investigada é a de agricultoras familiares e representantes de povos e comunidades tradicionais que pertencem à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Mulheres que assumem diferentes identidades socioculturais, em contextos socioambientais diversos do país, e que constroem o movimento agroecológico brasileiro, desde seus grupos informais, sindicatos, associações, ONGs ambientalistas e feministas, em espaços de diálogo com a sociedade civil e com o governo.

Partindo de um contexto de desigualdade, como será desenvolvido adiante, no qual as mulheres travam lutas por visibilidade e valorização de suas demandas no campo agroecológico, perante o Estado e a sociedade como um todo, buscamos compreender como tem se constituído a experiência *on-line* dessas mulheres, considerando os contextos de uso e os significados que elas atribuem à internet e ao Facebook, e como têm reelaborado a si próprias e as suas causas, construindo conhecimentos, performance pública e formas de organização no ambiente virtual. Para tanto, desenvolvemos um estudo qualitativo e exploratório, com análise composta por informações disponibilizadas em perfis de cinco mulheres no Facebook e relatos orais de oito sujeitas acompanhadas.

O percurso metodológico da pesquisa foi desenhado e redesenhado na convergência do nosso mergulho acadêmico e de nossa participação no movimento

⁶ Sobretudo no cenário internacional, algumas pesquisas não abordam a internet como um espaço complexo de interações, restringindo-a ao uso de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) com foco nas questões produtivas, como o caso do e-AGRIKultura desenvolvido nas Filipinas (BARRIOS et al, 2011). Além disso, há estudos que priorizam a inclusão social por meio da implantação de tecnologias no meio rural (FENGYING et al, 2011) e os que mostram uma evolução na apropriação das TICs, através do enfoque no aumento da produtividade (RODRIGUES, 2013). Já no Brasil há estudos realizados por Conceição (2012), Schwartz (2012) e Silva (2014) sobre o uso de tecnologia no meio rural apontando para melhorias nas condições de vida e produtividade. Este trabalho, porém, vai ao encontro da perspectiva de estudo desenvolvida por Coêlho e Marques (2015) no âmbito do PPGCOM/UFMG; por Facioli et al. (2015) e por Escosteguy et al. (2017).

agroecológico. De modo a fundamentar teoricamente e qualificar a análise dos dados coletados, a pesquisa bibliográfica e o levantamento documental integraram todas as etapas da pesquisa. Foram mapeados e lidos trabalhos que versam sobre comunicação, mobilização social, feminismos e internet. Além dos estudos científicos, serviram de aporte documentos e conteúdos produzidos no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia, sobretudo pelo GT Mulheres da ANA e pelo Coletivo de Comunicadoras e Comunicadores, tais como: livros, boletins, cartas abertas, informações de sites, folhetos, vídeos, relatorias de reuniões.

Nossa atuação nas dinâmicas da ANA nos oportunizou não apenas acessar documentos existentes, mas também produzir materiais. Além de relatórios e matérias, participamos do processo de sistematização do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), lidando com uma ampla gama de registros, nos mais diversos formatos, que retratava a participação das mulheres. Esses múltiplos materiais auxiliaram predominantemente a contextualização que fazemos no capítulo 1.

Para analisar as interações no Facebook, apresentadas sobretudo no capítulo 2, desde abril de 2016 vimos acompanhando, de forma preliminar e informal, a atividade virtual de cerca de 30 agricultoras da Articulação Nacional de Agroecologia – sujeitas estas que conhecemos presencialmente e a quem somos virtualmente conectadas em virtude das atividades do já mencionado projeto *Fortalecimento da autonomia econômica de mulheres rurais no Brasil*. Quando da seleção do Mestrado, em 2016, a ideia de desenvolvimento desta investigação foi apresentada e positivamente acolhida por membros do GT Mulheres da ANA e, desde então, permanecemos em diálogo sobre a evolução da pesquisa.

Definimos o recorte de 15 mulheres para um acompanhamento mais formal e sistemático dos perfis, considerando a diversidade geográfica, etária e étnico-racial das agricultoras. Diante da percepção que as mulheres que acompanhávamos concentravam-se sobretudo nas regiões Sudeste e Nordeste e como nos interessava também a diversidade geográfica das pesquisadas, solicitamos ao GT Mulheres indicação de possíveis agricultoras que pudessem ser incorporadas à pesquisa. A mediação com as lideranças regionais – que são agricultoras e/ou representantes de organizações de assessoria técnica

e extensão rural no GT – foi essencial para que contatássemos novas sujeitas para a pesquisa.

Elaboramos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, (ver Apêndice 1), e submetemos este estudo ao crivo do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP), que concedeu parecer positivo à realização do trabalho. Com este aval, o projeto foi apresentado a integrantes do GT Mulheres da ANA em dezembro de 2017 e passamos a acompanhar de forma mais próxima tanto parte das agricultoras indicadas quanto as que já vínhamos observando anteriormente.

Em virtude de estarmos nos processos de construção do IV Encontro Nacional de Agroecologia, tivemos oportunidade de realizar nossa pesquisa de campo em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 2018. Os ambientes específicos de tematização do feminismo e da agroecologia – Plenária das Mulheres e seminário “Sem Feminismo Não Há Agroecologia” – foram especialmente importantes para que entrássemos em contato com as agricultoras, revendo parte daquelas com quem já vínhamos interagindo presencialmente desde 2014 e conhecendo pessoalmente parte das agricultoras que acompanhamos por indicação do GT, bem como outras que, após o Encontro, incorporamos à pesquisa⁷. Entregamos o TCLE para quinze agricultoras e seguimos observando, coletando e analisando as informações dos perfis, cujo marco temporal compreendeu todo o ano de 2017, período anterior ao convite feito às mulheres, buscando não enviesar a *performance* delas na rede social.

Apesar de o acompanhamento de todos os perfis contribuir para a ampliação da nossa perspectiva de estudo, optamos por restringir como *corpus* empírico desta investigação conteúdos que circularam nos perfis de cinco mulheres: quatro agricultoras e uma artesã.⁸ Para contornar a dificuldade de extração de dados de perfis pessoais –

⁷ Esta dinâmica se deu para termos um *corpus* mais representativo, uma vez que muitas das sujeitas anteriormente acompanhadas não compuseram as delegações do encontro, bem como parte das sujeitas indicadas não tinham aceitado nossa solicitação de amizade na rede social.

⁸ O critério de seleção adotado conjugou o fato de essas mulheres nos terem concedido entrevista oral; manterem perfis ativos no Facebook; e serem de regiões distintas. Das sete mulheres com as quais realizamos entrevistas em profundidade durante o IV ENA, duas delas não publicaram conteúdos ao longo de 2017 – uma pajé do povo Macuxi e uma agricultora do Vale do Ribeira –, e optamos por estudar apenas um perfil dentre duas camponesas de um mesmo município e movimento. Assim, das sete mulheres entrevistadas ao longo Encontro, quatro delas tiveram seus perfis analisados. Diante da especificidade do perfil de uma artesã acompanhada desde o início da pesquisa, optamos por mantê-la no estudo, embora ela

softwares de extração são aplicáveis apenas a páginas e grupos públicos –, fizemos a coleta das informações manualmente, compilando-as em documentos, conjuntamente às anotações dos apontamentos decorrentes da nossa observação. Já o registro imagético foi feito por meio de *prints* dos conteúdos. Conforme consta no TCLE, todos os dados e documentos examinados são de uso restrito da pesquisa e não serão divulgadas informações pessoais com a identificação das agricultoras (e das pessoas com as quais elas se relacionam na rede social), sem que seja requerida autorização expressa.

Em se tratando de um estudo de caráter experimental, duas perguntas orientaram nosso olhar para os perfis das agricultoras: “O que se passa nos perfis?” e “Como se passa?”, buscando entender quais elementos nos permitiam afirmar a construção pública da causa feminista e agroecológica no ambiente virtual. Tal perspectiva aponta não só para como elas objetivamente utilizam a rede, mas como nós subjetivamente as percebemos e interpretamos suas mensagens.

Observamos a atividade das agricultoras individualmente, descrevendo em um documento, que funcionou como uma espécie de “caderno de campo”, os processos que decorriam e que mais nos chamavam atenção, considerando os recursos utilizados nos *posts* (texto, foto, vídeo, transmissão *on-line*, localização, *status*); a repercussão (número de curtidas, compartilhamentos, comentários); as temáticas e valores acionados no *post* principal e nos comentários; as menções e articulações com páginas e perfis de grupos, movimentos e instituições vinculados à causa. As anotações feitas no documento, bem como os relatos orais dessas sujeitas nos ampararam no sentido de aprofundar o entendimento sobre como constroem seus perfis, reelaborando questões da causa feminista e agroecológica à luz do que estão fazendo no seu espaço diário.

Procuramos analisar não cada *post* de forma isolada, mas o que o conjunto de postagens nos dava a ver, buscando perceber quais temas fortes sobressaíam e podiam se traduzir em um potencial mobilizador, a partir de padrões comuns de enunciação entre essas mulheres e de elementos de distinção na apresentação da causa, tendo em vista os significados próprios que constroem no uso da plataforma.

não tenha estado presencialmente no IV ENA, realizando a entrevista em profundidade com essa sujeita de forma virtual.

Para essa visão de conjunto, aplicamos o seguinte procedimento: em um documento compilamos todas as descrições de postagens feitas pelas agricultoras ao longo do ano de 2017 e, em outro documento, todos os comentários dos usuários decorrentes desses *posts*. Fizemos a correção gramatical das palavras e retiramos sinais gráficos e recursos visuais como emojis. Utilizamos a ferramenta Wordle (<http://www.wordle.net>) para gerar nuvens de palavras a partir desses documentos, buscando perceber: quais questões essas mulheres abordam com maior recorrência e proeminência; os modos de produção e apresentação dos conteúdos; o que sobressai na interação dos usuários com o que essas mulheres apresentam. A partir dos temas comuns e na especificidade de cada perfil em conjugar a causa, discutimos como as mulheres performam o ser agricultora agroecológica no Facebook.

A fim de percebermos aproximações e diversidades no modo dessas agricultoras se autoapresentarem, montamos uma planilha em que agrupamos dados relativos aos perfis das sujeitas da pesquisa, condensando as seguintes unidades de análise: imagem de perfil, imagem de capa, autoapresentação, informações gerais (de trabalho, educacionais, idade e localização geográfica), número de amigos e número de *posts*.

Já para enriquecermos o entendimento sobre as interações *on-line* das mulheres pesquisadas, elaboramos um roteiro semiestruturado (v. Apêndice 2) e realizamos entrevistas em profundidade com sete agricultoras durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia. Também entrevistamos, de modo virtual, uma artesã acompanhada desde 2016 e que não esteve no Encontro. Nossa escolha pela entrevista em profundidade semiaberta se deu pela necessidade de qualificar nossa compreensão acerca dos contextos e intencionalidades de uso do Facebook, tendo em vista que a técnica é útil para apreender e tratar questões individuais do entrevistado, bem como para descrever os processos complexos nos quais os sujeitos estão ou estiveram envolvidos (DUARTE, 2005). Todas as entrevistas foram gravadas e por nós transcritas.

As informações coletadas orientaram nossa análise acerca da percepção dessas mulheres sobre a rede social e seus relacionamentos *on-line*; das estratégias que intencionalmente assumem na comunicação de suas causas e demandas; do lugar que a rede social *on-line* ocupa em suas rotinas; bem como da clareza que possuem, ou não, das

potencialidades e riscos a que estão expostas quando dispõem publicamente seus dados na internet.

As vivências de construção do IV Encontro Nacional de Agroecologia e nossa experiência na comunicação da Articulação Nacional de Agroecologia nos permitiram ambientes fecundos de interação com agricultoras de todo o Brasil, aguçando nossa observação e escuta sobre a realidade das mulheres e dos seus desafios de comunicação. Esses múltiplos caminhos, de levantamentos de pesquisa e de envolvimento no movimento agroecológico, nos permitiram diferentes perspectivas sobre as experiências virtuais das agricultoras e que compartilhamos nesta pesquisa; um pequeno exercício reflexivo, revelador de alguns achados e recheado de dúvidas e novas possibilidades de estudo, diante de uma realidade complexa e riquíssima a ser investigada.

Tendo a experiência como fio condutor deste trabalho, nos capítulos seguintes buscaremos organizar nossa reflexão do seguinte modo: apresentaremos, inicialmente, um breve panorama da luta ambiental e feminista brasileira, apontando a emergência de vozes que reivindicam a efetivação de direitos; discutiremos como tem se constituído a experiência feminista no movimento agroecológico nacional, em interação com contribuições teóricas da literatura de mobilização social; e apresentaremos como a causa feminista e agroecológica tem sido comunicada por essas mulheres, de forma mais institucionalizada pelo GT Mulheres da ANA e reelaborada individualmente pelas agricultoras, diante da possibilidade de existência *on-line* delas.

Em um segundo momento, buscamos refletir sobre como essa reelaboração efetivamente acontece, a partir da construção dos cinco perfis analisados, considerando as dimensões cognitivas, performáticas e organizativas; o modo como essas mulheres conformam o que é ser uma mulher agroecológica; como agem publicamente; como se (re)organizam e (re)articulam no ambiente virtual. Por fim, selando esta investigação, apresentamos algumas conclusões e contribuições deste estudo e perspectivas futuras de trabalho.

1. A DESCOBERTA DA VOZ

Eu era muito tímida, nossa mãe! Pra eu falar o meu nome, me soltar, era complicado. Ia às reuniões do sindicato com meu marido, mas não dava pitaco, não falava nada. Com o passar do tempo, eu fui participando, fui me

envolvendo e eu fui me soltando. Teve palestra de autoestima, falou muito da valorização da mulher, que ela tem que se conhecer, tem que se valorizar do jeito que ela é, do jeito que ela se veste... Aí me ajudou muito a não ter vergonha de falar palavras erradas. Muitas mulheres têm vergonha de ir num encontro, com medo de falar algo errado... Eu sentava sempre com o meu esposo. Um belo dia, a coordenadora me separou dele e me pôs num outro grupo. E eu fiquei toda sem jeito, porque todo mundo falava nos grupos. E desse dia pra cá, eu vi que foi bom pra mim. As pessoas viram que eu precisava dessa mudança, que eu precisava me soltar um pouco, me desagarrar. Que tudo era ele. As coisas tudo era ele. E agora não, com esse conhecimento que eu tenho, nós dialogamos, nós conversamos sobre a propriedade, sobre os afazeres, sobre as atividades, para escalar quem vai quando tem que ir pra fora, pra conjugar os nossos trabalhos, porque também tem as coisas aqui na roça... Então eu vejo que esse trabalho em conjunto com as mulheres é muito importante. Essa valorização das mulheres juntas, né? Cada uma fala dos seus problemas, das suas dificuldades, então, pra mim, é o que me fortaleceu. Porque as mulheres na roça ficam num mundinho muito preso. Muitas mulheres até hoje só ficam em casa, na beira do fogão, na roça. Não têm direito, não têm vez, não têm voz... É em casa, na roça e na igreja, né, o mundo de algumas mulheres. E o meu já modificou. Eu saio... Já fui ao Paraná, já fui a São Paulo, na Marcha das Mulheres, ao Rio de Janeiro – eu pensei que nunca ia ao Rio de Janeiro! – tivemos um intercâmbio, conhecemos a realidade de várias mulheres lá, e pra gente é uma satisfação conhecer! Eu penso comigo, quanto mais eu participo e me envolvo com outras atividades, mais conhecimento eu vou pegando pra mim e posso passar pras outras. Ficar só trabalhando? Um dia eu vou morrer e o que eu vou levar? O que eu fiz aqui na terra? Então eu penso é isso: ter conhecimento, levar pra outras companheiras, mobilizar grupos de mulheres, montar grupos de mulheres, mostrar pra outras mulheres que não é só trabalhar, mas conjugar as duas coisas. Trabalhar, mas também conhecer lá fora, porque só ficar aqui dentro a gente tem uma visão, quando a gente vai lá pra fora, a gente tem outra visão. Pra mim e pra outras companheiras que valorizam isso, é grandioso! Igual aqui na nossa propriedade, nós trabalhamos com agroecologia. Nós não usamos veneno nenhum aqui. Você pode ver que aqui é mato, todo tipo de árvore aqui tem, lá do asfalto dá pra ver a diferença de todas as propriedades com a nossa aqui, porque a gente mexe só com agroecologia. Mas aonde aprendi isso? Nos encontros, nos trabalhos das mulheres, em outros municípios. A gente busca lá e traz a valorização e a consciência de viver em harmonia com a natureza. Então a agroecologia dentro do movimento de mulher é isso: conhecer e transformar a vida na propriedade, se alimentar do que a gente produz, viver melhor, com saúde, com felicidade dentro de casa. (Solange Borges Peron⁹, agricultora familiar da comunidade de Fátima, Espera Feliz, Minas Gerais)

Toda semana, Solange sai do sítio e anda mais de uma hora a pé, na estrada de chão, para participar da reunião do grupo de mulheres “Raízes da Terra” no assentamento Padre Jésus, em Espera Feliz (MG). Lá, além de outras companheiras, encontra Armezinda, liderança comunitária que, entre inúmeras atividades, após concluir a Educação de Jovens e Adultos (EJA), alfabetiza duas agricultoras que também integram

⁹ O depoimento de Solange foi concedido no ano de 2015, por ocasião da gravação do Curta Agroecologia “Outras Marias”, disponível publicamente na internet: <https://www.youtube.com/watch?v=3WHzQDIaY44>.

o grupo. O espaço, conduzido de forma autônoma e voluntária por elas, com o apoio de organizações de assistência à agricultura familiar da região, coloca em evidência as pautas que mulheres rurais defendem para o seu modo de produzir e viver, entre trocas de aprendizados, afetos e possibilidades de geração de renda.

A realidade de Solange e de Armezinda se entrecruza com a de milhares de agricultoras familiares Brasil afora, que compartilham não apenas os reflexos das desigualdades de gênero no meio rural, mas constroem também, nos grupos de mulheres e movimentos sociais, processos comuns de resistência e enfrentamento a essas assimetrias, fundados na solidariedade e na auto-organização feminista.

Solange não teve oportunidade de completar os estudos; quando ainda adolescente, saiu da escola para contribuir com a família na roça. Hoje, além da vontade de prosseguir com a escolarização, tem desejo de aprender a mexer no computador, equipamento que se orgulha de ter comprado como conquista do trabalho e como auxílio às tarefas escolares dos seus filhos. Mesmo não sabendo ligar o equipamento, tem Facebook e *WhatsApp* e, pelo celular, faz uma ponte entre as agricultoras do grupo “Raízes da Terra” e as organizações com as quais ela se relaciona. Quando é necessário falar com Armezinda, por exemplo, é Solange quem consegue um jeito de “mandar o recado” e responder em nome dela, via celular, já que, onde Armezinda mora, o sinal telefônico é ruim e a área não possui internet.

Em convivência com tantas mulheres que constroem o movimento agroecológico, vimos nos últimos anos refletindo sobre a centralidade da agroecologia em suas vidas, e o quanto suas existências também são vivificadoras da agroecologia nos territórios; sobre como, ao encarnarem esta proposta transformadora das relações com a natureza e entre as pessoas, vivenciam processos reflexivos de deslocamento da sua condição enquanto mulheres que ressignificam suas experiências e valores e provocam, por exemplo, a percepção acerca de suas vozes e a consequente reivindicação do seu direito à expressão, manifestadas nas diferentes formas que efetivamente encontram para suplantar desafios de se fazerem ouvidas nos contextos intrafamiliares e sociais de toda ordem. Sobre como essas transformações são comunicadas e como esta própria expressão de mudança é propulsora e fortalecedora da agroecologia, aprofundando o horizonte emancipador e o alcance público da proposta.

Assim como a ruptura com o silenciamento e apagamento da vida dessas agricultoras reflete a influência social e coletiva da atuação dos grupos ambientais e feministas, por sua vez, esses grupos só existem e são constituídos pelo protagonismo comunitário das muitas mulheres que reúnem. A exemplo da realidade de Solange e Armezinda, quer seja o grupo de mulheres, as pastorais da igreja, o Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Espera Feliz, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, o Movimento de Mulheres da Zona da Mata¹⁰, quer seja, em um nível mais global, outros movimentos e redes, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), há uma interface retroalimentadora das dimensões individuais e coletivas desse processo, independente dos nomes das mulheres e das organizações nas quais estão engajadas. Por isso, embora não seja escopo deste trabalho enveredar nas trajetórias de vida destas mulheres e nem no histórico da luta ambiental e feminista das mulheres da agroecologia no Brasil, a exemplo do aprofundado trabalho da pesquisadora Emma Siliprandi (2002; 2007; 2009; 2011), caracterizaremos, brevemente, algumas das tematizações dessas mulheres e de seus movimentos.

1.1. Mulheres rurais na luta por direitos

Desde a década de 1970, o ecofeminismo¹¹ vem se constituindo a partir de um conjunto de posições teóricas e de experiências práticas que reconhecem a necessidade de reinterpretação das relações humanas com o meio natural, reivindicando também uma perspectiva social não sexista.

No Brasil, a superação da desigualdade de gênero no meio rural tem sido o objeto da ação política dos movimentos de mulheres, quer seja em espaços auto-organizados,

¹⁰ O Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML) é uma articulação regional composta por 15 municípios que, desde a década de 90, reúne as mulheres agricultoras familiares e trabalhadoras rurais. Os principais motes de luta construídos coletivamente têm sido o empoderamento feminino, o fortalecimento da luta pela igualdade de gênero e contra a violência, a valorização da mulher e do seu trabalho, a melhoria das condições de vida com a prática da agroecologia, a geração de renda e acesso ao crédito, a participação efetiva da mulher no âmbito familiar e social, e a luta por políticas públicas específicas para as mulheres (MMZML, 2016).

¹¹ “O movimento ecofeminista não é unificado, analisa o cruzamento de vários sistemas de opressão, procura desconstruir paradigmas conceituais opressores do dualismo natureza/cultura onde as mulheres, a natureza, o corpo, os animais, tenham sido considerados o Outro, a dicotomia produção/reprodução que invisibiliza o trabalho das mulheres; constrói uma ética feminista do *care*, que faz uma crítica à ciência moderna que despreza a importância relacional da vida, uma crítica da economia formal e uma crítica da divisão do trabalho para criar uma ‘abordagem substantiva da economia’”. (BERNARD, 2019, s/p.)

quer seja em movimentos sociais mistos, desde a década de 80 (ANGELIN, 2014; COSTA, 2017). As primeiras tematizações levantadas pelas trabalhadoras rurais organizadas foram o reconhecimento da profissão de agricultora, a luta por direitos sociais básicos (aposentadoria, salário-maternidade, questões ligadas à saúde da mulher), o direito à sindicalização, bem como o acesso à terra e a incorporação das reivindicações específicas de gênero na bandeira da reforma agrária (HEREDIA, CINTRÃO, 2006).

Algumas estudiosas consideram a primeira década dos anos 2000 como o período no qual as agricultoras apareceram publicamente como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado. Uma das mobilizações mais expressivas deste cenário foi a Marcha das Margaridas, de 2003, na qual 50 mil agricultoras pautaram o acesso a políticas de crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização, além de exigirem a participação na definição das políticas de manejo sustentável, de conservação da biodiversidade e contra a violência (SILIPRANDI, 2009; 2013).

Apesar de ganharem visibilidade em ações de impacto político, agricultoras permanecem expostas a uma diversidade de violações de direitos ao redor do mundo e no Brasil, sendo a desigualdade de gênero e a discriminação contra as mulheres causas estruturais da pobreza rural. Dados da FAO – Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas apontam que, entre 2014 e 2016, o empobrecimento rural na América Latina e Caribe avançou de 46,7% para 48,6%, enquanto a extrema pobreza rural aumentou de 20% para 22,5%, o que representa 59 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 27 milhões vivendo sob pobreza extrema. Entre 2007 e 2014, as mulheres foram as mais afetadas por este crescimento: o índice de mulheres inseridas na pobreza rural aumentou de 108,7 para 114, já o índice de mulheres em extrema pobreza aumentou de 113 para 114,9 (FAO, 2018).

Mesmo constituindo importante parte da força de trabalho das famílias e serem, em maior parcela, responsáveis pelas tarefas de cuidado e de manutenção das unidades produtivas, mulheres possuem menor acesso à terra, aos instrumentos de produção e à renda – ainda que responsáveis por produzir mais da metade de todos os alimentos do

mundo, apenas 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter acesso a crédito e 5% recebem assistência técnica (ONU BRASIL, 2017).

A divisão sexual do trabalho, que marca a economia rural, persiste associando os homens às atividades econômicas geradoras de emprego e renda monetária, enquanto concentra predominantemente as mulheres em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, como a criação de aves e pequenos animais, a horticultura, a floricultura, a silvicultura e a lavoura. Ainda que exerçam uma multiplicidade de atividades que garantem a reprodução da vida, mulheres rurais representam 64% do total das trabalhadoras brasileiras não remuneradas (BUTTO; DANTAS, 2011). Em geral, suas atividades não são suficientemente reconhecidas, sendo classificadas como “ajuda” ou “complemento” à família, o que limita seu acesso aos rendimentos e o poder de interferência sobre os rumos da produção e da comercialização, ainda sob domínio masculino (PAULILO, 1987; SILIPRANDI, 2009; SCHOTTZ et al., 2015).

Além de não receberem pelos seus serviços e suas contribuições para a economia das famílias não ser considerada ou contabilizada, muitas vezes são cerceadas de participar das decisões econômicas familiares. São recorrentes depoimentos como os da agricultora de Espera Feliz, que em uma atividade formativa, em 2016, nos relatou: “Na maioria dos casos, as mulheres têm participação no serviço braçal, mas na hora de decidir o que vai fazer com a renda, não participam”. Somam-se às formas violentas de invisibilização das suas contribuições, diversas outras agressões nos seus contextos domésticos: físicas, sexuais, morais, verbais, psicológicas e/ou patrimoniais (DARON, 2009).

Esta subalternidade intrafamiliar encontra respaldo na sistemática desconsideração dessas mulheres pelo Estado, pelas instituições financeiras e pelos órgãos de assistência técnica, que dificultam e até mesmo impedem seu acesso aos fomentos existentes. A ausência de políticas de desenvolvimento rural até 2003 corroborava a naturalização do entendimento do trabalho feminino como mera ajuda aos homens e a conseqüente dependência econômica das mulheres rurais. Políticas e programas permanecem sendo planejados e executados sem contemplar suas especificidades e sem enxergá-las como sujeitos plenos de direitos, à vista das

dificuldades que enfrentam para acessar direitos e serviços básicos, como saúde, segurança, escola, transporte, comunicação (SILIPRANDI, 2009).

Dentro deste contexto ampliado de desigualdades e resistências femininas no meio rural, se inscreve a atuação das mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A organização foi criada em 2002 com o propósito de formar um espaço de convergência entre múltiplos movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira que promovem experiências em prol da agroecologia, do fortalecimento da produção familiar e da construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento. Reúne redes estaduais e regionais, compostas por centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de movimentos sociais de abrangência nacional (ANA, 2019).

As organizações que integram a ANA constroem a agroecologia sob a tríade “ciência, prática e movimento”, entendendo-a como uma proposta que prevê não apenas um modo de produção ambientalmente correto, por meio de práticas agrícolas de base ecológica, mas também um modelo de sociedade democrático e sustentável, pautado pela equidade das relações sociais. Tal proposta é fundada na valorização da diversidade cultural e biológica dos territórios, buscando conservar e resgatar as variedades crioulas e o conhecimento tradicional das populações; e na soberania alimentar¹², reconhecendo o direito dos povos e das comunidades de escolherem suas estratégias de produção e consumo dos alimentos de que necessitam (SAMBUICHI et al., 2017).

Não há dúvidas de que a agroecologia é uma proposta complexa. Não porque exija práticas agrícolas difíceis, mas porque requer mudanças paradigmáticas. A agroecologia é ação, reflexão e transformação. Suas bases epistemológicas vão de encontro com o que tem sido postulado como modelo viável de agricultura e como um modelo de negócio exitoso (destacando sempre os altos índices de produtividade do agronegócio e sua importância para exportação e balança comercial), que se sobrepõem aos reais e/ ou potenciais malogros socioambientais. Encontra em outros setores marginalizados pelo sistema capitalista o encorajamento necessário para constituir-se em um movimento social, que problematiza a necessidade de promover a soberania alimentar dos povos, a preservação do meio ambiente e o papel de minorias enquanto protagonistas de uma mudança radical. (LIMA, JESUS, 2017, p. 75)

A agroecologia é apresentada pela ANA como uma proposta contra-hegemônica de desenvolvimento, em resistência ao agronegócio, aos grandes projetos de intervenção

¹² A soberania alimentar refere-se ao “direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo” (Declaração de Nyéléni, 2007, s/p.).

ambiental, à mercantilização da vida e dos recursos naturais. Trata-se de um projeto holístico com diversas conexões e redes, ligada, entre outras preocupações, à produção de alimentos saudáveis; à recuperação e conservação de recursos naturais; à preservação da biodiversidade, das florestas e dos solos; à democratização do uso da terra; à geração de trabalho digno e renda; à valorização das identidades e das culturas diversas dos sujeitos coletivos das florestas, das águas, dos campos e das cidades; à valorização dos conhecimentos tradicionais; à equidade de gênero; à justiça ambiental; à economia solidária. Evoca-se, assim, um horizonte ético de promoção da vida e dos bens comuns, enunciado, por exemplo, pelas palavras de ordem “Agroecologia é vida, Agronegócio é morte”, e de transformação das relações entre as pessoas e a natureza, e das pessoas entre si¹³.

Na América Latina, por exemplo, os agroecólogos estão sendo influenciados pela chamada epistemologia do Sul. Trata-se de um processo de descolonização do viés cultural que herdamos de pensamento europeu. Essa tendência está inserida no processo mais amplo de descolonização da mente, em que pensadores mais críticos da região questionam paradigmas como progresso, desenvolvimento e competitividade. Esses paradigmas são justamente aqueles que fundamentam o sistema agroindustrial de produção de alimentos. (TOLEDO, 2016, p. 45)

Ao contrário da ciência convencional, que utiliza uma forma de conhecimento atomista, mecânica, universal e monista, a Agroecologia, respeitando a diversidade ecológica e sociocultural e, portanto, outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais (GUZMÁN, 2001, p. 35)

Unindo saberes científicos e tradicionais acerca da agroecologia, as principais frentes de atuação da ANA são: articular e fortalecer as iniciativas realizadas pelo amplo espectro social que a compõe, promovendo intercâmbios entre as experiências territoriais; incidir sobre as políticas públicas, fortalecendo a organização como ator político

¹³ A complexidade e convergência de questões em torno da agroecologia pode ser verificada pela enormidade de debates que a causa suscita. No IV Encontro Nacional de Agroecologia, construído em Belo Horizonte em 2018, mais de duas mil pessoas estiveram reunidas em dezenas de espaços de discussão, nos mais variados formatos, para dialogar sobre o fortalecimento da agroecologia no Brasil. Foram denunciadas violações de direitos e problemáticas ao desenvolvimento da agroecologia nas redes territoriais, e anunciadas resistências e alternativas a esses problemas, a exemplo dos seguintes temas: Biodiversidade: bem comum, soberania alimentar e territorial dos povos do Brasil; Educação do Campo e Construção do Conhecimento Agroecológico; Mudanças Climáticas e Agroecologia; Comida de Verdade no Campo e na Cidade: Caminhos e Diálogos entre a Agroecologia e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN); Desafios e alternativas para o financiamento que viabilize a transição e consolidação da Agroecologia; Construção Social de Mercados; Água e Agroecologia: o papel da agroecologia na defesa das águas como bem comum; Juventudes; Feminismo e Agroecologia.

representante do campo agroecológico e propositor na criação e aprimoramento de políticas junto ao governo¹⁴; e comunicar com a sociedade, buscando conferir visibilidade à realidade da agricultura familiar e às propostas defendidas pelo campo agroecológico.

São reunidos pela ANA representantes de uma diversa gama de identidades socioculturais, em diferentes contextos ambientais do país: indígenas, quilombolas, camponesas/es, extrativistas, pescadoras/es artesanais, faxinalenses¹⁵, agricultoras/es familiares, agricultoras/es urbanas/os, geraizeiras/os¹⁶, sertanejas/os, vazanteiras/os, quebradeiras de coco, caatingueiras, criadoras/es em fundos e fechos de pasto¹⁷, seringueiras/os, representantes de comunidades ribeirinhas e de povos tradicionais. Uma multiplicidade de sujeitos inseridos em grupos informais, sindicatos, associações, ONGs ambientalistas e feministas, em espaços de diálogo com a sociedade civil e com o governo, e que constroem a agroecologia no Brasil (ANA, 2018).

¹⁴ Cumpre notar, por exemplo, a representação da ANA na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), responsáveis pela formulação, implementação e controle social de importantes políticas públicas ao longo dos últimos anos.

¹⁵ Os faxinais presentes no Paraná representam uma antiga formação socioespacial agrícola, com história e cultura próprias, sendo reconhecidas enquanto comunidades tradicionais pelo governo federal desde 2006. De acordo com Löwen Sahr (2005), são características da autoidentificação faxinalense: a) a associação da pecuária, da agricultura e do extrativismo em um sistema singular; b) a partilha de terras de uso comum; c) a prática de uma agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais; d) a forte convivência e integração com o meio ambiente através da conservação da biodiversidade e de culturas de extrativismo.

¹⁶ A nomenclatura destas populações tradicionais vem do termo “Gerais”, entendido como sinônimo de Cerrado. Reconhecidas/os como agricultoras/es dos planaltos, encostas e vales do Cerrado, geraizeiras/os são camponesas e camponeses que se adaptaram às características do bioma e suas possibilidades de produção. Dividem, muitas vezes, terras comunitárias, onde cultivam uma diversidade de culturas e criam animais e, no norte de Minas Gerais, resistem à ocupação da paisagem pelo monocultivo de eucalipto predatório (NOGUEIRA, 2009).

¹⁷ Ambas as identidades, fundos e fechos de pasto, foram construídas por povos tradicionais em processo de resistência à expropriação de suas terras por parte de grileiros. Nos fundos de pasto, os animais circulam de forma livre e as famílias só cercam áreas as quais os animais não devem acessar, a exemplo dos ambientes de plantio, quintais, ou residência. Os espaços físicos não cercados, chamados de “terras soltas”, são de uso comum para animais de qualquer família, e os bens naturais podem ser livremente extraídos pelas famílias. Já os fechos de pasto se caracterizam por uma diferença mais acentuada entre as terras pertencentes às famílias e os ambientes de uso comum. Os espaços domésticos e agrícolas – a casa, o quintal, a roça e o local de pastagem – são basicamente contínuos e organizados a partir de um canal de água retirado de um rio que passa no fundo das casas e é utilizado na irrigação da terra. A área de uso comum, chamada de “Gerais”, fica mais afastada das casas, onde geralmente há criação bovina, que solta em determinadas épocas do ano, e onde há bens comuns que são extraídos de forma compartilhada pelas famílias (CARVALHO, 2016).

1.2. “Sem Feminismos Não Há Agroecologia”

Dentre a diversidade de questões aglutinadas em torno da agroecologia, uma das bandeiras que têm sido constantemente enfocadas é a construção da igualdade de gênero. Tal superação diz do enfrentamento das desigualdades estruturais da sociedade, que impactam desigualmente as mulheres conforme suas identidades socioculturais, e que também se expressam institucionalmente na dinâmica da Articulação Nacional de Agroecologia, como percebido desde o I Encontro Nacional de Agroecologia.

No contexto de criação da Articulação foram diagnosticadas e criticadas pelas mulheres várias problemáticas: o machismo estrutural das organizações que compunham a ANA e as falhas nas suas abordagens de gênero que, em nome da cultura local, enalteciam relações tradicionais entre homens e mulheres e a essencialização da posição da mulher como ‘cuidadora’; a preocupação apenas com a ampliação numérica das mulheres no movimento, sem que fossem discutidas as relações de poder; o custo desigual da participação feminina, incidindo em maior sobrecarga de trabalho para mulheres e sua sub-representação nos espaços; o isolamento das questões de gênero e a falta de indicadores da eficácia na aplicação da transversalidade do tema; a fragmentação da discussão entre gênero e produção e a consequente constatação que biodiversidade permanecia sendo tematizada restritamente pelas mulheres (SILIPRANDI, 2013).

Buscando enfrentar essas contradições internas ao movimento, foi criado o grupo permanente de trabalho GT Mulheres da ANA, que tem construído estratégias próprias de atuação. Desde 2004, o GT tem elaborado materiais de reflexão sobre assuntos considerados prioritários para as mulheres; promovido encontros nacionais e regionais para capacitação e a intervenção feminina; pressionado as coordenações regionais e organizações de base para garantir ações de participação feminina, gênero e agroecologia dentro das redes que fazem parte da ANA; e também incidido na proposição e aprimoramento de políticas públicas voltadas para mulheres rurais¹⁸. Atualizando lemas

¹⁸ A incidência política dessas mulheres pode ser verificada na participação em instâncias formais de decisão, com representação no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário: contribuindo no PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; na CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, nas subcomissões – Mulheres, Conhecimento, Ater, Crédito, Sementes; na composição do CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; no Comitê de Ater/GTO – Grupo de Trabalho Operacional Comitê de Mulheres e nas políticas públicas ATER Agroecologia, ATER Mulheres, PRONAF Mulher, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

como: “Nem matem as formigas, nem oprimam as mulheres” e “Não é possível uma planta livre de veneno e suja com o sangue das mulheres”, desde 2013 o GT Mulheres da ANA tem afirmado amplamente o lema “Sem Feminismo Não Há Agroecologia”.

Emma Siliprandi (2009, p. 11) tem chamado especial atenção para a forte politização com que as lutas travadas pelas mulheres da ANA vêm se colocando publicamente, evidenciando “que não se trata, para elas, de lutas menores, mas de embates de projetos em que as mulheres estão se posicionando a partir da sua condição de gênero, no sentido de uma transformação social mais ampla”. Essas mulheres têm tentado influenciar todas as instâncias de trabalho da articulação e a realidade vivida pelas agricultoras nos distintos territórios, pautando suas ações com ênfase no protagonismo feminino. As lutas das mulheres contra o patriarcado, o racismo e o machismo têm elevado o movimento agroecológico a um novo patamar na luta pela democracia, ressignificando o próprio sentido da agroecologia (ANA, 2018).

Têm sido enfatizados não apenas o caráter produtivo do projeto agroecológico, mas também a desnaturalização do modo como as relações são organizadas desigualmente no interior das famílias e na sociedade como um todo. Sobressai a visão ética de justiça social por elas defendida, que prevê, por meio da equidade e do respeito nas relações sociais, o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados, o compartilhamento da gestão produtiva, o direito a uma vida livre de violências, a garantia do direito das mulheres à plena participação na vida social e política em suas comunidades, bem como a garantia de seu acesso às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade (CONTAG, 2014).

De acordo com Ferreira e Matos (2017), resulta da integração das perspectivas feministas e agroecológicas rupturas em proibições impostas às mulheres à prática da agricultura sem agrotóxicos e adubos químicos; à participação em atividades coletivas, tais como reuniões e intercâmbios; à vida econômica e acesso a mercado, tais como inserção em feiras e mercados institucionais; à participação política e à luta por direitos e acesso a políticas públicas.

Durante a Plenária das Mulheres¹⁹, realizada no IV Encontro Nacional de Agroecologia, as mulheres afirmaram esta visão ética, a partir de uma perspectiva feminista, como pode ser observado na fala de Miriam Nobre, assessora da SOF – Sempre Viva Organização Feminista e militante da Marcha Mundial de Mulheres:

No ENA passado a gente conversou muito falando que a agroecologia não era só uma tecnologia, um jeito de fazer as coisas, umas práticas agroecológicas. A gente falou que não se separa práticas agroecológicas e o jeito que o trabalho se organiza, de como as pessoas se relacionam. E agora a gente chega falando que não existe agroecologia num sítio só. Agroecologia ou é movimento, ou é coletivo, ou é processo que une quem está no campo e na cidade, ou não é agroecologia. Ou é pra todo mundo ou não é; ou é pra quem não tem dinheiro pra comprar alimento ou não é. Então a gente traz essa ideia de agroecologia aqui construindo o movimento e a gente sabe que – todas nós mulheres sabemos –, tanta força que traz a gente estar junta. E quanto que a gente se desafia e quanto a gente tem que romper para se estar junto. Porque se tem uma coisa que o patriarcado faz é colocar uma caixinha e dizer: “Oh, mulheres, fica esse espaço pra vocês e tá bom”. E, de repente, a gente está brigando entre nós e competindo entre nós pra ver quem que cabe dentro dessa caixinha. E nós estamos decretando aqui neste ENA que nós não cabemos em caixinha nenhuma. Nós queremos todos os espaços. E nós temos alianças entre nós para garantir esses espaços. E é por isso que a gente vai radicalizar a democracia construindo o poder popular no nosso país, no nosso mundo, na nossa casa, e no nosso movimento, instaurando, neste ENA, um território de liberdade. (...) Contra o racismo, contra qualquer imposição sobre o nosso desejo, nossa forma de amar, contra o patriarcado e contra o capital, nós estamos em fúria feminista.

Para tal transformação das relações e “radicalização da democracia” as mulheres têm “levantado punhos e bandeiras” por um “feminismo popular, anticapitalista, antirracista, antiLGBT-fóbico” (GT MULHERES DA ANA, 2018).

É preciso pensar a agroecologia como um projeto de sociedade que é baseado numa luta antirracista, antimachista e antipatriarcal, porque se tem racismo, machismo e patriarcalismo não existe agroecologia. Pode ter produção sem veneno, pode ter preservação do meio ambiente, mas agroecologia não existe! E nós, mulheres, somos protagonistas desse processo; a gente está avante nesse processo, nessa construção. Mas, muitas vezes, nossa prática é invisibilizada, inclusive dentro desses espaços que a gente constrói. A gente está em todas as equipes e quando vai se falar, aparece outro falando do trabalho nosso. E, por isso, um desafio colocado pra nós é dar visibilidade à nossa atuação, seja lá na roça, onde a gente vai pro eito não é como ajuda não, é como trabalhadoras que somos, seja aqui nos encontros, nessa assembleia mais linda que a gente tem. Então, assim, trazer os desafios miudinhos que a gente tem, mas que a

¹⁹ Ancorado na perspectiva da educação popular, o IV Encontro Nacional de Agroecologia facilitou espaços de reconhecimento e compartilhamento dos diversos saberes trazidos pelas e pelos participantes, por meio de diferentes metodologias que valorizaram a expressão de todas e todos. Um desses espaços de ampla repercussão foram as Plenárias, que se constituíram como momentos de discussões específicas acerca da realidade das Mulheres, Juventudes, Indígenas e Quilombolas; seus desafios e resistências na construção do movimento agroecológico. A transmissão ao vivo da Plenária das Mulheres está disponível no link: <https://www.facebook.com/articulacaonacionaldeagroecologia/videos/1716447881773992/>

gente vai assumindo nesse cotidiano frente a essa conjuntura difícil. Uma é de ampliar nossa voz. Ampliar nossa voz nos encontros, nas nossas organizações seja o movimento, seja a cooperativa; ampliar nossa voz nas ruas, nas rádios, onde for possível denunciar esse modelo machista, capitalista, que nos oprime de várias formas. E temos um desafio interno, a partir do nosso lar, da nossa comunidade, que é a gente ir enfrentando e reduzindo, até acabar com todas as formas de violência. Alguns cartazes a gente já traz que se há violência contra a mulher, não existe agroecologia. Se há lágrima de mulher, não é agroecologia. Isso significa compreender a violência física e também a patrimonial, seja um tapa, seja a retirada do crédito, é uma forma de nos violentar. O ENA também é um espaço de enfrentamento, de enfrentar os machismos internos e externos. Por isso, precisamos estar unidas e articuladas! Desejo um bom encontro a todas nós e que nossas lutas, nosso trabalho e nossas resistências tenham visibilidade! (Lucineia Freitas, liderança do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2018, s/p.)

Verifica-se a indissociabilidade entre as causas defendidas por essas mulheres, uma vez que a agroecologia só existe se o feminismo for parte integrante desta construção, em enfrentamento ao capitalismo, ao patriarcado, ao racismo e à divisão sexual do trabalho que estão na base da opressão das mulheres. Esta abordagem transversal de gênero é construída dentro de um contexto de enorme complexidade de causas, evocando correlações subsequentes construídas por um leque plural de sujeitos e grupos também marcados por desigualdades entre si e reprodutores dessas assimetrias. Como afirma Carla Akotirene (2018), a encruzilhada das várias categorias nas dinâmicas sociais forma uma complexa teia de desigualdades que se perpetuam e reestruturam, a partir da corroboração dos sujeitos que também sofrem estas violências, e é por uma abordagem interseccional que essas assimetrias podem ser identificadas e enfrentadas.

A postulação das múltiplas variáveis que radicalizam a democracia e condicionam a constituição ou não da agroecologia tem se ampliado, seguindo a mesma lógica do “Sem Feminismo Não Há Agroecologia”. Manifestação disso é que durante o IV ENA houve expressiva reivindicação do protagonismo das mulheres negras e indígenas, bem como das juventudes, que tematizaram fortemente o combate ao racismo e à LGBTIfobia, sendo afirmadas, entre muitas outras, as seguintes palavras de ordem: “Se Tem Racismo Não Tem Agroecologia”, “Se há LGBTIfobia não há agroecologia”, “Sem Território Não Há Agroecologia”, “Sem Democracia Não Há Agroecologia”.

Desde o IV ENA, as “Pretas da Agroecologia” têm construído um processo auto-organizado, se articulando em questionamento aos reflexos do racismo estrutural no movimento agroecológico e à (não) centralidade que a temática étnico-racial ocupa nos movimentos mais amplos. Nos registros do Encontro, várias falas, como a da agricultora

agroecológica de Pernambuco Luíza Cavalcante Santos Dias²⁰ traduzem a emergência de o movimento agroecológico se comprometer mais ativamente com as lutas antirracistas:

A agroecologia sempre fez parte da negritude, dos povos negros. O nosso jeito de viver, de fazer e se relacionar uns com os outros e com a natureza sempre foi um modelo agroecológico. A gente vai vendo que, ao longo dos tempos, vêm os estudos, toda essa coisa de sistematizar experiências, e dá-se o nome de agroecologia. Mas o nosso fazer sempre foi agroecológico. Hoje pra gente é importantíssimo estar aqui no IV ENA enquanto mulheres negras na agroecologia, porque a gente foi vendo que esse nosso fazer, sistematizado e dito agroecológico, ele passou a se tornar 'menos negro', passou a não respeitar, a não visibilizar, de fato, nós mulheres, homens, jovens negros e negras. Então nós resolvemos que é preciso dizer nesse IV ENA que nós povos negros, especialmente nós mulheres negras, de fato existimos, sempre fizemos agroecologia e a gente não quer estar apenas lá na base da pirâmide, a gente quer estar no topo da pirâmide, entendeu? Estar nos espaços de poder, ter essa voz, ser visível no que fazemos. Assumir a direção também dos movimentos agroecológicos é o nosso lugar, é o nosso papel e a gente sabe exercitar; a gente sabe fazer e estamos aqui assumindo o nosso papel.

Ainda durante a Plenária das Mulheres no IV ENA, mulheres negras e indígenas, sobretudo jovens, fizeram intervenção no ambiente, marcando a chegada da delegação de Pernambuco e saudando, em coro, a memória de ancestrais negras. Na roda de conversa com representantes de diferentes movimentos e a assembleia presente, Nilce Pontes, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), reforçou a importância do fortalecimento das mulheres negras nas pautas agroecológicas:

Nós temos o desafio de afirmação do modelo de agroecologia que as comunidades quilombolas defendem. A gente precisa ser fortalecida no nosso modo de vida, no nosso território, porque quem garante a soberania, a conservação das sementes, o cuidado com a água, com a terra, somos nós mulheres. E, de certa forma, a gente acaba repassando todas essas influências para os nossos filhos e filhas, então a gente tem um papel muito importante nessa caminhada. Ter o ENA nesse contexto de golpe mostra pra nós, mais uma vez, a importância de nós mulheres estarmos mais unidas, nós, mulheres negras, indígenas, quilombolas, assentadas. A unificação dos movimentos sociais é uma necessidade! Muitas vezes, a gente precisa entender que os lugares de pertencimento têm que ser fortalecidos e valorizados. Eu, enquanto mulher quilombola agroecológica, tenho uma visão que precisa ser respeitada, embora muitos não concordem com a forma como eu vejo a agroecologia. Nesse espaço dos vários modelos e práticas tem que haver esse respeito. Este é o segundo ENA que nós comunidades quilombolas enquanto CONAQ participamos. Cabe a nós fortalecermos essa unidade de movimento, unidade de práticas agroecológicas, e transcrever isso entendendo que o capital não está a nosso favor, porque perdemos o que é mais sagrado para nós, que é o

²⁰ Disponível em:

<https://www.facebook.com/articulacaonacionaldeagroecologia/videos/1716674578417989/>

território, quando se vêm com os modelos do agronegócio. Temos um papel muito importante na defesa dos bens comuns e vamos lutar por eles!

Ao mesmo tempo em que reafirmam “unidade na diversidade”, as lutas antirracista, anti-LGBTfobia e geracional revelam disputas de poder e contradições no movimento agroecológico como um todo, e ainda carecem de consolidação no movimento, como não foi e ainda não é sem resistências que o lema “Sem Feminismo Não Há Agroecologia” tem sido afirmado desde o III Encontro Nacional de Agroecologia. Para citar enfrentamentos apenas no campo científico, um pesquisador de referência para o movimento agroecológico criticou, por uma lista de e-mails, o incômodo com a livre utilização que o termo agroecologia tem assumido no Brasil e reclamando necessidade de maior vigilância epistemológica por parte do GT Mulheres da ANA. Pesquisador este que anos antes já havia reconhecido que as contribuições da agroecologia envolvem mais que ganhos tecnológicos ou agronômicos da produção, por incorporar dimensões mais amplas e complexas: econômicas, sociais e ambientais, culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL E COSTABEBER, 2004). As mulheres do movimento responderam de forma pública, com uma carta aberta direcionada ao pesquisador e ao movimento agroecológico²¹.

Já em setembro de 2017, durante o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Brasília, a organização do evento promoveu uma mesa intitulada “Memória da Agroecologia”, convidando apenas debatedores homens e no mesmo horário da mesa “Sem Feminismo Não Há Agroecologia”. Diante disso, as mulheres da Articulação Brasileira de Agroecologia e da ANA fizeram uma menção pública de repúdio contra o que denominaram “práticas patriarcais, machistas e racistas” de desconsideração da contribuição feminina na construção da história:

As instituições científicas e acadêmicas, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e o Estado precisam reconhecer e visibilizar as práticas das mulheres do campo, das florestas, das águas e das cidades, as juventudes, os povos e comunidades tradicionais como os sujeitos que constroem cotidianamente desde os seus territórios a Agroecologia. Lutamos por uma ciência crítica, descolonizada, despatriarcal, anticapitalista, antirracista, antilesbofóbica, antihomofóbica (sic) comprometida com a transformação da sociedade e a construção de novos paradigmas (ABA, 2017).

²¹ A “Carta Aberta a Francisco Caporal: Sem Feminismo, não há Agroecologia!” está disponível em: <http://bit.ly/2xMUPwg>.

Entendendo que a diversidade dos feminismos construídos pelo GT Mulheres da ANA é calcada nas experiências concretas de resistência ao capitalismo, ao patriarcado, ao racismo e à LGBTIfobia que estruturam a sociedade, situamos como essas mulheres se movem reflexivamente, construindo suas práticas, redes e processos mais amplos de mobilização social.

1.3. O que move as mulheres da agroecologia

Os feminismos construídos pelas mulheres do movimento agroecológico mais que um conceito, um conhecimento teórico, são um saber experiencial, formas de percepção e ação enraizadas nas experiências concretas construídas por estas sujeitas. Como apontado na seção anterior, a partir do compartilhamento e da problematização das múltiplas violências que se expressam em suas vivências individuais e coletivas, as mulheres fortalecem vínculos de confiança e solidariedade entre si, construindo formas de enfrentamento às assimetrias de poder manifestadas nos contextos intrafamiliares, organizacionais e sociais de toda ordem.

Sobressai nos relatos orais das agricultoras durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia o entendimento do feminismo enquanto uma prática vivencial, ligada ao trabalho, anticapitalista, popular, promotora da igualdade e do acesso às políticas públicas; como um componente da formação da identidade das mulheres, do cuidado com o meio ambiente e com as classes trabalhadoras e, principalmente, como uma construção e aprendizado, um “tornar-se e reconhecer-se feminista”.

A liderança do Movimento de Mulheres Camponesas Noemi Krefta, ao contextualizar publicamente durante a Plenária de Mulheres a luta feminista no sul do Brasil a partir dos anos 70 e 80, aponta como marco de organização os enfrentamentos aos processos de homogeneização dos quintais produtivos, descrevendo a biodiversidade não apenas como fonte de segurança alimentar para famílias, mas como sustento emocional para as mulheres:

Nós, mulheres camponesas, fomos vendo que nossos quintais foram se reduzindo cada vez mais. Em muitas casas a gente via o milho híbrido ou a soja chegar até na escada. Tomando conta do quintal, onde tinham as verduras, as hortaliças, as frutíferas, as plantas medicinais e até das flores. Às vezes, parece que as flores não fazem parte das nossas vidas, mas elas fazem porque alimentam nossos sentimentos e as nossas emoções. E pra nós, mulheres, as flores fazem muito sentido. E é nesse sentido que as mulheres camponesas

organizam e começam a debater o rumo da agricultura do campo e principalmente na região Sul de onde eu venho. A região Sul é uma região usada desde sempre como cobaia de toda a produção de venenos, de toda a porcaria que os Estados Unidos inventaram. Lá pela região Sul começam a entrar os adubos, os venenos, por lá que começam a entrar os transgênicos pra depois se espalhar pelo restante do país. E isso tem uma lógica, porque se diz que o povo é bem trabalhador, mas é bem verdade que o povo do Sul foi induzido a trabalhar com ganância, pra amontoar riquezas. Às vezes você tem um trator lá na unidade produtiva, mas esse trator é de quem? É do banco. Com toda essa lógica, se começa a reduzir a diversidade alimentar, a empobrecer a nossa alimentação, a aumentar as doenças. E pra nós, mulheres camponesas, não tem maior violência do que não ter o quê pôr à mesa. As mulheres se organizam e discutem como fazer o enfrentamento a esse modelo capitalista, patriarcal, do chamado agronegócio e da agricultura química e sintética, baseada nos venenos, nos adubos sintéticos e nas sementes transgênicas. A perda da nossa diversidade de sementes, de espécies da alimentação é uma grande preocupação do nosso movimento, por essa preocupação é que nós nos organizamos e fazemos as lutas de enfrentamento e de resistência. (...) Fazemos denúncia, e nós não queremos esse modelo que nos violenta, mas também temos proposta de um projeto de vida, que nós chamamos de agroecologia, baseado na produção de alimentos saudáveis, no cuidado com o ambiente, na preservação e recuperação das nossas sementes, e que isso pra nós representa um projeto de sociedade. Queremos e produzimos sem veneno, desde sua cultura: isso é agroecologia. Fazemos nossa luta de resistência, entendendo que sementes são patrimônio dos povos indígenas, quilombolas, da classe trabalhadora do campo, que produz e se alimenta das sementes.

Já entre as sujeitas que entrevistamos, uma agricultora de Solânea (PB) situa o seu reconhecimento enquanto feminista no contexto da dinâmica coletiva dos movimentos, enquanto que uma camponesa de Palma Sola (SC) afirma esta autoidentificação como fruto dos processos de enfrentamento às violências sofridas no seu contexto familiar desde a infância:

O feminismo é a gente unificar o nosso conhecimento e depois transformar pra outras pessoas o que a gente vivencia. Na verdade, é uma luta contínua da nossa identidade também, porque ser mulher e estar em diversos espaços e trabalhar de diversos modos, né... Tanto no roçado, como trabalhar a educação dos filhos, como trabalhar na entidade, como trabalhar no movimento maior, também é se reconhecer com a nossa identidade de mulher feminista, né? Porque também têm todas essas tarefas que a gente que acaba assumindo. Então eu já me reconheci a partir desse momento que eu entrei no movimento das mulheres do Polo da Borborema²², onde a gente faz todo um processo de formação com outras mulheres: mulheres jovens, mulheres mais experientes, mais vividas na agricultura, nos movimentos. E a gente começa também se reconhecer como mulher feminista. (Mulher agricultora, mãe de dois filhos e integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Polo Sindical da Borborema, 2018, s/p.).

²² Rede de sindicatos rurais, associações e organizações de base agroecológica na Paraíba, assessorada pela ONG AS-PTA. Disponível em: <http://aspta.org.br/programas/programa-paraiba/>

Eu acho assim que o que eu mais me identifico é a igualdade de direitos e a igualdade do dinheiro do que a gente trabalha, porque têm muitas mulheres que elas só trabalham, mas não fazem parte na hora de receber: é o marido que recebe, e ele que define o que vai fazer. E também da parte do lazer, que eu acho assim que as mulheres são muito discriminadas, elas não têm lazer. Elas cuidam da casa, dos filhos, dos idosos, dos doentes, quando tem alguém doente na família sempre é a mulher que cuida. O homem não fica em casa, da bodega, do divertimento dele, do jogo pra cuidar de doente. É sempre a mulher. Ela não vai ao lazer. Está sempre trabalhando, cuidando da família. Na hora do lazer ela não tem direito, na hora de decidir o que vai ser feito com o lucro, ela também não opina. A maioria das casas a gente sabe que é assim. E na agricultura também tem muita violência contra as mulheres. As mulheres têm medo de falar, vergonha de falar. Isso é forte e eu me identifico também. Eu percebo na cara das mulheres quando elas são oprimidas. Eu já conversei com várias mulheres e elas botaram para fora o que tavam sentindo. Eu sou feminista nata, não sei, a minha mãe passou muita violência, então desde criança eu assisti muita violência em casa. A minha mãe já estava aposentada quando ela se separou. Ela não admitia que estava separada, a gente como filho sempre tentou falar com ela, ajudou ela: “Mãe, sai dessa”, “Mãe, separa do pai que ele não vai mudar”. E ela relutou muito pra se separar e hoje ela tem uma vida muito diferente depois que se separou. Hoje ela faz o que ela quer, é outra mulher. A gente sentia no rosto dela o sofrimento, eu senti na pele. *Então eu acho que ser feminista é ajudar outras mulheres a se libertar da violência que acontece nas casas, em outras famílias.* E a gente sabe que não é só no campo, não é só na pobreza, é na classe média, que é na classe alta, que as mulheres sofrem violência. (Identifica-se como mãe, esposa, dona de casa, e, principalmente, como agricultora. Integra o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), 2018, s/p., grifos nossos)

As mulheres vão construindo significados próprios para os feminismos que produzem, evocando sentidos como os de “autonomia”, “coragem”, “libertação”, “liberdade para todas as mulheres”, “conhecimento dos direitos das mulheres”, “valorização da mulher nas famílias e na sociedade”, “resistência”, como uma forma de “fortalecimento e entendimento que não é só a gente que tá nessa luta, têm mais companheiras lutando pelo mesmo objetivo”, a nós relatados ainda em 2015, durante uma roda de conversa em Belém (PA) com agricultoras de vários estados da Região da Amazônia Legal.

Como aponta Seibert (2017), os feminismos camponeses não são uma proposta que chega de fora, por influência de intelectuais ou uma corrente determinada de pensamento, mas uma construção “nossa”, desde baixo, assinalando demandas e lutas compartilhadas no dia a dia, a exemplo da luta por efetivação de direitos básicos como acesso à terra, transporte, saúde, educação. Neste mesmo sentido, no texto “Que feminismo é esse que nasce da horta?”, Maria Ignez Paulilo destaca que a luta das

agricultoras tem sido muito calcada às suas práticas cotidianas, mergulhada na experiência com o real:

Entre suas ações está a defesa do uso de sementes crioulas e de uma forma de produzir alimentos saudáveis em um momento em que há uma grande expansão das culturas transgênicas e um monopólio gritante das empresas multinacionais na produção de sementes. Também esses movimentos têm trazido à tona, novamente, questões de classe, do caráter oligopolista dos mercados, questões de pobreza, de miséria mesmo, da fome no mundo que ficaram um pouco perdidas entre algumas correntes mais abstratas do feminismo. Também a luta das agricultoras tem sido uma luta muito colada às suas práticas cotidianas, está inserida em um “mundo da vida” e, talvez por isso, nem sempre os conceitos que foram cunhados ao longo de muitas décadas de hegemonia dos feminismos urbanos conseguem dar conta de explicar o alcance e o sentido de suas metas e conquistas (PAULILO, 2016, p. 312).

Essas mulheres não só constroem a agroecologia e os seus movimentos a partir de suas experiências concretas, mas são por elas reflexivamente constituídas (SCOTT, 1999). Encarnam a agroecologia, como a nós expressado, durante o IV ENA, por uma Pajé²³, parteira e artesã do povo Macuxi de Roraima: “*Nós somos agroecologias*, porque a gente nasceu, se criou na roça e a gente planta nosso alimento, alimentação saudável, né?”.

A perspectiva feminista e agroecológica destas mulheres, mergulhada no “mundo da vida”, caminha ao encontro da concepção que a literatura de mobilização social tem da experiência enquanto terreno fundante dos processos de transformação social, uma vez criadas dinâmicas mais amplas em torno dos problemas sociais compartilhados.

Dewey compreende a experiência como resultante da interação entre uma criatura e algum aspecto do mundo em que vive e, quando plenamente realizada, como “uma transformação da interação em participação e comunicação” (2010, p. 89). Isto porque a experiência não decorre pura e subjetivamente naquele que experimenta dada situação – por certo as interações influenciam a formação de atitudes, desejos e propósitos

²³ Liderança espiritual indígena. De acordo com Maria Luiza Silveira, em sua tese de doutorado “Mapulu, a mulher pajé – A experiência Kamayurá e os rumos do feminismo indígena no Brasil” (2018), as mulheres indígenas vêm recentemente ocupando o espaço do universo mágico-sagrado, dominando práticas de cura e pajelança, tendo acesso ao restrito universo de forças e poderes invisíveis, de tradicional domínio masculino.

individuais –, mas “toda genuína experiência tem um lado ativo, que muda de algum modo as condições objetivas em que as experiências se passam” (DEWEY, 1979, p. 31).

As experiências seguem um princípio de continuidade, uma vez que estão sempre atreladas a experiências anteriores e alteram as subsequentes. Elas se constituem, assim, como um processo ininterrupto de troca entre um indivíduo e o meio, uma *transação*, que pode gerar, em maior ou menor medida, reflexão por parte de quem as experiencia. Dewey (1979, p. 112) diferencia certas experiências das outras por seu aspecto singular, por características que a distinguem das demais, “constituída por uma qualidade ímpar que perpassa a experiência inteira, a despeito da variação das partes que a compõem”.

Se uma experiência é desprovida de reflexão consciente, não fornece recursos para que os indivíduos se apropriem das realidades que o cercam e nem os apta a modificá-las. Por sua vez, quando uma experiência é significativa, quando é acompanhada por elementos de percepção e de análise, leva as pessoas a adquirirem conhecimentos que as habilitam a assenhorear-se das experiências, a indagar suas realidades e a redirigi-las (DEWEY, 1978). Daniel Cefai avalia que, ao se mobilizarem diante dos problemas sociais, os sujeitos reencontram capacidade de se posicionar no mundo, de controlar suas trajetórias e de compreender os acontecimentos que os afetam. Disso decorre a liberdade de não serem passivos diante das suas realidades, de reconquistar autonomia nas relações de poder e, às vezes, de realizar ideais de direito ou de justiça. “Essa perspectiva em termos de capacidade de agir (*capability*), se for conjugada no plural, mostra a força de ação do público” (CEFAI, 2017, p. 132).

Agindo diretamente na realidade, os sujeitos podem reelaborar a si mesmos e suas vivências, uma vez que o contexto da experiência é formativo e nele são produzidos aprendizados e a aptidão crítica e intervencionista. À vista disso, a educação é compreendida por Dewey (1978, p. 17) como a habilidade de transformar a própria dinâmica da vida, como “o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras”.

De acordo com Freire (1983, p. 23), a apropriação crítica do mundo pelos sujeitos os impulsionam a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens e mulheres, "o de serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam":

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação trans-formadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o "como" de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido apreendido a situações existenciais concretas. (FREIRE, 1983, p. 16)

Dewey enfoca seu pensamento no potencial da experiência reflexiva e cooperativamente construída para o enfrentamento das situações sociais problemáticas e para a constituição de um projeto democrático, fundado na interdependência e na plena consciência entre os membros de uma grande comunidade (MENDONÇA, 2013). Experiência reflexiva, comunicação, participação e democracia estão profundamente imbricadas na obra do autor, que concebe a comunicação como a base da sustentação moral da comunidade, o mecanismo que compatibiliza o singular e o coletivo e que possibilita uma coletividade a refletir sobre os problemas compartilhados e suas resoluções.

No amplo sentido em que percebia a dimensão social de uma ação, no sentido de favorecer o bem-estar de uma comunidade ou afetá-la de alguma forma, Dewey (1960, p. 10) revitaliza a noção de público, a quem denomina ser "todos aqueles que são afetados pelas consequências indiretas das transações a tal ponto que se considera necessário ter essas consequências tratadas sistematicamente".

Conforme expresso por Toro & Werneck (1996, p. 20), a mobilização social pode ser entendida como um processo de "convocação de vontades", de explicitação e chamamento para determinado propósito, que provoque a participação de pessoas com a finalidade de modificar objetivamente a realidade.

Todo projeto mobilizador nasce da problematização de determinado aspecto concreto da realidade e que afeta diretamente a vida dos indivíduos, sendo sempre introduzida na constituição de problemas públicos uma dimensão de indagação e

experimentação (CEFAI, 2017). Depende da existência de processos de personificação, que promovam identificação pessoal com os problemas e carências compartilhados, e façam com que as pessoas que experimentam os problemas incorporem-nos de tal maneira que se engajem pessoalmente pela sua resolução (HENRIQUES et al., 2007). E, ao mesmo tempo em que essa individuação ocorre, a sustentação de um projeto mobilizador requer o entendimento de que os problemas não são particulares, de que há um horizonte comum compartilhado e uma perspectiva coletiva que contempla os valores e visões de mundo daqueles que propõem sua transformação. Necessita-se, assim, de que a causa tenha um caráter público e seja assim enunciada.

A construção da perspectiva coletiva de um projeto mobilizador surge, justamente, nessa passagem da afetação individual para o reconhecimento de uma partilha comum, passando a evocar um horizonte de generalização da causa e de transformação social mais amplo e democrático. A mobilização social constitui-se, assim, como um processo de codefinição e de codomínio de situações problemáticas (CEFAI, 2009), uma “reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público” (HENRIQUES et al., 2007, p. 36).

Processos de mobilização social são, essencialmente, processos comunicativos, por envolverem o compartilhamento de interpretações e sentidos:

A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. O que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos (TORO & WERNECK, 1996, p. 5)

De acordo com Henriques et al. (2007), a principal função da comunicação em processos de mobilização social é a geração e manutenção de vínculos entre os movimentos e seus públicos afetados. A comunicação atua, neste sentido, como instrumento de coordenação de ações, que confere coesão ao movimento, tentando transpor o risco sempre presente da dispersão e que é inerente aos processos, devido à sua natureza aberta, dinâmica e descentralizada. É almejado o fortalecimento a tal ponto da relação entre projetos mobilizadores e seus públicos, que estes últimos se tornem

corresponsáveis pela causa defendida, passando a desenvolver iniciativas de contribuição dentro de suas especialidades e possibilidades.

Por outro lado, a comunicação atua como instrumento de projeção pública de uma causa, visando ao reconhecimento e à visibilidade ampliada, que convoquem o maior número possível de novos apoiadores ao projeto. Processo este denominado de coletivização e distinto da simples divulgação, uma vez que “se espera que as pessoas não apenas tomem conhecimento da informação, mas incorporem-na de alguma forma, utilizem-na, compartilhem-na e tornem-se elas próprias fontes de novas informações” (HENRIQUES et al., 2007, p. 23). Algumas condições são basilares ao processo de coletivização de projetos mobilizadores:

<p>CONCRETUDE – Deve-se identificar uma situação como problemática, quer seja pela afetação direta dos indivíduos, quer seja pelas implicações indiretas daquela situação para o conjunto da sociedade.</p>
<p>CARÁTER PÚBLICO - Deve existir uma percepção comum acerca da concretude de uma situação-problema. Envolve capacidade de generalização do problema, “o problema de um é o problema de muitos ou de todos”.</p>
<p>VIABILIDADE - Deve-se gerar argumentos que demonstrem que há um horizonte transformativo a ser alcançado, que a ação conjunta em prol da mudança é possível, vantajosa e compensadora.</p>
<p>SENTIDO AMPLO - Deve-se colocar a causa em um quadro de valores mais amplo, com um horizonte “ético”, “justo”, “legítimo”, que crie um imaginário convocante, atraente para aqueles que se pretende convencer.</p>

Quadro 1: Formulado com base em Henriques (2010, pp. 11-12).

As dinâmicas de problematização e publicização descortinam cenas nas quais o problema é encenado e argumentado publicamente. Buscando transportar os públicos para os seus campos de experiência e universos de discurso, a fim de informá-los, persuadi-los ou convencê-los, os atores realizam operações de dramatização, de argumentação e de narração, bem como vão além deles, recuperando arranjos institucionais e seus dispositivos de ação e de enunciação (CEFAI, 2017).

Este movimento de aparecer em cena pública pode transportar questões até então confinadas no âmbito privado, tidas como desinteressantes, indecentes ou incorretas, para a luz do público, deslocando as fronteiras do “pessoal” e do “político”. Ao aparecerem publicamente, tornando-se objetos de testemunho, denúncia ou reivindicação, essas experiências podem ser ressignificadas e reconfiguradas, ampliando o horizonte do “viver-junto” e do “bem-viver-junto” (CEFAI, 2009).

Não há público sem um sentido comum que se revela nas provas da sensibilidade, da afetividade e do imaginário, da memória e do projeto — sem uma experiência pública que funde novas dimensões de vida comum. Associar-se, explorar situações, indagar e experimentar, discutir e protestar são outras tantas maneiras de se envolver em processos de ação conjunta e de julgamento político e construir, na pluralidade e na conflituosidade, um mundo comum. O público, comunidade se fazendo em torno de *public issues*, reengendra um mundo que, por mais dividido e controvertido que seja, nos cabe em comum (CEFAI, 2009, p.141)

Ao buscarmos compreender as dinâmicas de ação pública dos públicos e, no caso específico deste trabalho, a ação engendrada por agricultoras agroecológicas e feministas no Facebook, temos em vista que a experiência *on-line* dessas mulheres é constituída por três dimensões: por um aspecto de cognitivo, de produção de conhecimento sobre si, sobre suas causas e sobre sua própria existência *on-line*; pela performance pública dessas mulheres, que se relaciona com a capacidade de agência em público e pelo que emerge dessa ação; e pelos modos de organização e estruturação de suas dinâmicas coletivas e associativas.

De acordo com Henriques (2017, p. 56), apesar da recorrente desconfiança nas capacidades dos públicos de compreenderem e de se posicionarem de forma consistente, argumentativa e inteligível diante dos problemas, “não há público que se forme sem um processo de percepção e produção de conhecimento sobre os acontecimentos e problemas que o afetam e sobre si próprios como agentes coletivos que tomam atitudes e se justificam (para si mesmos e para outrem)”. Assim, por uma perspectiva cognitiva, a experiência *on-line* dessas agricultoras é perpassada pela percepção acerca de si próprias e por como afirmam e reelaboram as causas que desejam comunicar, diante da alteração nos modos de obtenção e construção de conhecimentos e da possibilidade de expressão autônoma nas redes sociais.

Por sua vez, a dimensão performática refere-se à capacidade de afirmação enquanto público dinâmico, seja nos modos mais difusos de conversação cotidiana até as

ações coletivas mais organizadas. “A capacidade de ser público em público”, de agir em condições de visibilidade, deriva do modo como os públicos constroem formas de aparecimento na cena pública, tanto pela disponibilidade de informações, para serem notados e reconhecidos, quanto pela capacidade de generalização, mostrando-se como representante de uma unidade maior e evocando horizontes de aceitação mais ampla e geral. Tal performance é marcada pela demonstração pública de convergência (de opiniões e formas de ação consensuais do público) e, ao mesmo tempo, de divergência, expressando dissenso e confronto com outras ideias, coletivos e instituições.

Deste ponto de vista, ao privilegiarmos as ações públicas das agricultoras no Facebook, estamos nos referindo, portanto, às condições em que essas mulheres efetivamente agem individual e coletivamente; aos modos táticos de seleção do que compartilham e do que consomem, e que vai conformando a imagem pública que aspiram compor de si e de seus movimentos, ao mesmo tempo em oposição ao que lhes atingem e violentam, e de convergência com o horizonte transformativo que anseiam.

Já a dimensão organizativa se refere às diferentes formas com que os públicos, enquanto agregados dinâmicos, tendem a assumir, com estruturas de ação menos ou mais definidas, abstratas, difusas ou mobilizadas, diante das interações e vínculos existentes entre seus membros. “Um público toma forma, antes de tudo, pela imaginação (de si mesmo, dos outros sobre ele e dele sobre os outros)” (HENRIQUES, 2017, p. 59). Tal projeção gera uma condição de existência primária, mais abstrata, mas, à medida em que demandem ações mais coesas e contínuas, carece de direcionamento das ações e de um sentido comum, além da estruturação das dinâmicas organizativas, a exemplo dos modos de decisão conjunta; das formulações estratégica e tática; do compartilhamento e divisão de tarefas e de responsabilidades; bem como formação de lideranças e definição de hierarquias.

Por esta perspectiva organizativa, buscamos compreender como em sua experiência *on-line* essas mulheres vão se constituindo enquanto público, criando condições, menos ou mais orquestradas, de agirem juntas de forma coesa. E também ao que emerge desta ação coletiva, a como “nomeiam” e “institucionalizam” a causa feminista e agroecológica apelando a formas de organização e de generalização de uma experiência comum.

Ao enfocarmos as contribuições espontâneas de agricultoras na internet e, em específico na construção dos seus perfis pessoais no Facebook, consideramos, enfim, como essas mulheres se movem reflexivamente diante das condições efetivas da vida, que são atravessadas por processos de desqualificação e violências, mas também por resistências e enfrentamentos comuns.

1.4. “Comunicar Para Transformar”

“Nós somos caipiraço. Tem muita criança lá que sabe melhor do que eu. Não tô sabendo usar... Eu tinha uma amiga que tinha computador na casa dela que uns dez anos atrás dizia: ‘Eu só leio os e-mails à noite’. Ela falava isso dez anos atrás e só agora estou vendo isso. Nunca tive computador, mas celular é praticamente um computador, né?” Agricultora, chefe de cozinha e integrante do Movimento de Mulheres em Barra do Turvo, município de Adrianópolis, na divisa de São Paulo com o Paraná.

Antes de adentrarmos à análise das interações virtuais das agricultoras propriamente ditas, apresentaremos, brevemente, como a comunicação popular tem sido compreendida e construída no movimento agroecológico, e alguns elementos de reflexão sobre a constituição de perfis em redes sociais como o Facebook e as possibilidades de diálogo advindas dela.

A comunicação é um dos eixos estratégicos da Articulação Nacional de Agroecologia, que busca dialogar amplamente com a sociedade sobre o projeto que defende e “radicalizar a democracia no país” (ANA, 2014). Desde o III Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em maio de 2014 em Juazeiro (BA), a ANA procura provocar reflexão sobre “por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia”, denunciando publicamente conflitos, injustiças e violações de direitos nos diferentes territórios e, ao mesmo tempo, anunciando, de forma propositiva, outro projeto de sociedade, a partir de experiências concretas de construção da agroecologia.

A comunicação popular na agroecologia tem sido concebida como contraponto à “monocultura da mídia de massa” (ELAA, 2016, s/p.), à comunicação difusora marcada por “conteúdos unidirecionais, que manipulam e/ou silenciam saberes e vozes” (BARROS, 2017, p. 7). Bebe dos aprendizados da educação popular, em um exercício político-pedagógico de criação de novas formas de diálogo inspiradas nas lutas populares, que consideram não apenas os conteúdos, o “quê” comunicar, mas a metodologia do fazer comum, a forma e intenção colocadas, o “como” e “para quê” comunicar (ELAA, 2016).

Embora haja fragilidades no tratamento do tema nas agendas e lutas dos movimentos sociais e a comunicação popular não ser uma força predominante, ela desempenha importante papel na democratização da informação e da cidadania, ao ampliar o número de canais de informação, incluir novos emissores e por “se constituir em processo educativo, não só pelos conteúdos emitidos, mas pelo envolvimento direto das pessoas no que fazer comunicacional e nos próprios movimentos populares” (PERUZZO, 2011, p. 3).

Ao se apropriarem da comunicação na busca pela efetivação dos seus direitos, os segmentos empobrecidos da população exercitam a comunicação como um direito humano, comunicam para transformar (PERUZZO, 2015). Tais processos comunicativos potencialmente vocalizam os princípios das organizações de base popular, sindical, associativa e dos movimentos sociais, a partir da ação reflexiva dos próprios sujeitos, expressando necessidades, buscas e visões de mundo.

De forma crescente, o movimento agroecológico vem ampliando sua percepção sobre a comunicação para além da visão instrumental e imediatista, incorporando a compreensão da comunicação enquanto direito²⁴ e “território simbólico da agroecologia”.

Em vistas de ampliar a expressão das agricultoras dentro e fora da Articulação Nacional de Agroecologia, o GT Mulheres tem construído diferentes estratégias de comunicação, reivindicando a escuta de suas vozes e o reconhecimento de suas capacidades. O questionamento das mulheres acerca de quem tem o poder de falar e quais falas são consideradas nos ambientes tem provocado o movimento agroecológico a repensar suas ações e princípios e a garantir paridade de gênero em todas as atividades e espaços de discussão política.

Nos grupos auto-organizados e nas formações feministas, as mulheres têm encontrado abertura e valorização de suas falas, o que as encoraja a se posicionarem em público e a reivindicarem participação ativa nos processos decisórios. Seja em

²⁴ “O fortalecimento da luta dos povos do campo tem a ver com os direitos indissociáveis. O direito a terra, à água, à produção estão diretamente ligados ao direito de se comunicar, de se manifestar, de se posicionar como sujeito. Falar desse campo é falar de pessoas que lutam por políticas para garantir seus direitos” (ASA BRASIL, 2015, s/p.). Também no IV ENA, o seminário “Comunicação e cultura: caminhos para a construção de conhecimentos agroecológicos, para o fortalecimento da democracia e para ampliação do diálogo entre campo e cidade” afirmou a comunicação e a cultura como direitos, sem os quais a democracia é ameaçada e a agroecologia não alcança na plenitude o seu potencial transformador (ANA, 2019).

metodologias de desinibição oral como a “Rádio Prosa Boa”²⁵, em processos de anotações de suas produções com a “Caderneta Agroecológica”; participando de manifestações e protestos; seja no protagonismo da acolhida e apresentação das suas propriedades durante as visitas de intercâmbios²⁶ com famílias locais, as mulheres vão despertando para o desenvolvimento de suas potencialidades comunicativas, exercitando diferentes modos de autoexpressão. Vão modificando o movimento e a si próprias, como relata uma mulher quilombola acompanhada no processo de sistematização de experiências agroecológicas:

E quando isso se trata de mulheres, a importância das sistematizações é muito maior. Porque nós, mulheres, não sabemos a importância do nosso trabalho. Sistematizar as experiências ajuda a mostrar pra gente e pra todo mundo o valor dos nossos trabalhos. A gente se sente estimulada a não parar, porque a gente olha e diz: Nossa! Eu já fiz isso tudo, tenho que continuar. Então, escrever o que se faz anima a mulher. (...) Eu não tenho hábito de escrever, e isso é muito ruim para as mulheres. Nós, mulheres, já avançamos em um monte de coisas. Mas, não temos hábito de escrever. E agora eu estou entendendo que, quando a gente não escreve, a gente se perde. Então o trabalho da sistematização é uma coisa importante, porque vai dando força para quem está fazendo. E a outra que ainda não fez vê o exemplo do que a outra está fazendo e pensa: ‘Eu também sou capaz!’. E isso pode mudar a vida de uma mulher. (Valdeci, quilombola da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE) in MARONHAS; SCHOTTZ; CARDOSO, 2015, p. 9)

Escrevendo suas histórias e se reinscrevendo no mundo no contexto da comunicação via internet, essas mulheres têm se desafiado a reinventar seus modos de comunicar e afirmar a agroecologia e o feminismo, ocupando as redes de interação virtual. Aos poucos, vão suplantando as muitas dificuldades que enfrentam para estar conectadas, diante dos processos de exclusão digital, e os desafios que passam a vivenciar por esta presença, como a insegurança de suas informações, em um contexto de instabilidade e criminalização de movimentos sociais e suas lideranças.

Quando consideradas as iniciativas de extensão rural, verifica-se que, historicamente, a relação das agricultoras com as técnicas e tecnologias, por muitas vezes, foi vista de forma antitética. Enquanto parte das organizações de assistência técnica apresentaram aos maridos, “homens produtores”, os pacotes tecnológicos com seus

²⁵ Realizada durante os programas de Formação em Gestão de Empreendimentos protagonizados por mulheres rurais, a “Rádio Prosa Boa” propôs processos de experimentação das mulheres com a rádio, incentivando-as a se comunicarem em público e a tematizarem questões importantes para si e seus grupos produtivos.

²⁶ Intercâmbio agroecológico é uma metodologia de compartilhamento de saberes, a partir de visitas às unidades produtivas e troca de experiências. A pessoa ou a família que recebe a experiência é protagonista, conta a história de vida e do local, bem como mostra as práticas locais desenvolvidas.

instrumentos “modernos” e sua promessa de “progresso rural”, de “emancipação do homem do campo”, para as mulheres relegaram instrumentos que reforçavam seu lugar enquanto “mulheres do lar”, e que tornariam o gerenciamento da casa mais “leve”, ajudando-as a melhor organizar e gerenciar o espaço doméstico (WOLTMANN, 2017; SEPULCRI, PAULA, 2006).

Tal processo contribuiu para a naturalização das mulheres no espaço de reprodução da vida, a exclusão delas na capacitação técnica, a negação das mulheres enquanto agricultoras e a consolidação da ideia de separação entre as mulheres e os homens no meio rural (SILIPRANDI, 2002). Tal divisão sexual do trabalho também marcou o contexto das próprias instituições de extensão rural, fazendo com que "homens-técnicos" monopolizassem o carro e parte de tecnologias de trabalho, a exemplo do computador, e delegando a funcionárias outras ocupações que não as do objeto do seu contrato, incluindo limpeza do escritório, a recepção das visitas com café e atividades semelhantes encaradas como atividades femininas (WOLTMANN, 2017). Em decorrência da forte denúncia da natureza patriarcal da tecnologia e da sub-representação das mulheres, foi associada aos movimentos ecofeministas na década de 80 o que se denominou de “tecnofobia” (BOSCH, s/a).

Pesquisas atuais indicam que o Brasil é o quarto país no mundo com maior número de usuários de internet e está à frente de todos os países da América Latina neste quesito. Apesar disso, o acesso à virtualidade está diretamente associado à classe e localização geográfica dos indivíduos (TIC DOMICÍLIOS, 2018)²⁷, e vários fatores ainda limitam o uso da internet por mulheres rurais, como: a falta de letramento digital; a falta de celular ou computador; a ausência de conectividade e/ou problemas técnicos de conexão em áreas rurais; a falta de dinheiro para utilizar a internet do celular; a negociação que precisam fazer com os demais utilizadores do aparelho, quando o celular é compartilhado com os maridos, por exemplo.

A despeito dos entraves que dificultam o acesso à internet, a popularização de *smartphones* tem contribuído para a entrada experimental dessas sujeitas no ambiente virtual e para sua adesão às redes sociais *on-line*. Nas rodas de discussão, formações,

²⁷ No Brasil, o acesso da classe A à internet é de 98%, percentual que se reduz a apenas 23% nas classes D/E; mais da metade dos domicílios urbanos estão conectados (59%), em contraponto a 26% no meio rural.

intercâmbios agroecológicos, marchas, protestos e outros espaços de organização feminista são cada vez mais habituais o uso do celular e as práticas de registros pelas participantes.

Movimentos feministas como a Marcha Mundial das Mulheres têm instigado discussões que não percam de vista a perspectiva crítica em relação à mercantilização do direito à comunicação, mas também sejam capazes de apontar alternativas que contribuam para potencializar o conjunto de práticas feministas nos diferentes ambientes, nas ruas, redes e roçados, compreendendo a necessidade de amplificação de suas vozes na realidade reconfigurada pela internet (BENEDITO, 2018).

Concordando com este entendimento e atualizando a metáfora do “quarto próprio conectado” (ZAFRA, 2011), visto como um lugar privilegiado para a experimentação e autoexpressão das mulheres na internet, pensamos na ideia de um “celular próprio conectado”, por meio do qual são ampliadas as possibilidades de autoexposição das agricultoras, à medida que podem ocupar, com sua existência virtual, espaços aos quais ainda estão relegadas, construindo em seus perfis um lugar próprio de fala.

Zafra (2011) menciona um quarto próprio conectado habitado por prossumidores (*prosumers*) para dizer da construção de pessoas que produzem a si mesmas enquanto realizam uma atividade, usuários que não só “consomem” informações, mas as produzem e, ao mesmo tempo, produzem suas identidades nesse contexto. De acordo com a autora, é necessário questionar as condições que o cenário marcado pela biopolítica pode oferecer para a subjetividade criativa e para a criação de um imaginário emancipador através das telas:

Um cenário on-line que marca cada vez mais nossas relações de trabalho e afetivas com os outros, mas também contribui para rearticular a gestão dos nossos tempos próprios e a nossa produção criativa frente ao computador. Refiro-me não apenas a uma prática criativa profissional e, como tal remunerada, mas também a novas formas de (auto) produção derivadas das crescentes demandas de gestão afetiva e relacional de nossa vida on-line, como as derivadas das redes sociais. (ZAFRA, 2011, p. 2, tradução nossa)²⁸.

²⁸ Do original: Un escenario online que enmarca cada vez más nuestras relaciones laborales y afectivas con los otros, pero que además contribuye a rearticular la gestión de nuestros tiempos propios y nuestra producción creativa frente al ordenador. Me refiero no solamente a una práctica creativa profesional, y como tal remunerada, sino también a nuevas formas de (auto)producción derivadas de las crecientes

É por meio das microtelas de celulares que muitas das agricultoras da Articulação Nacional de Agroecologia têm acessado outros horizontes virtuais, iniciando um processo de autoaprendizagem tecnológica sem conhecimento prévio das dinâmicas *on-line*, e muitas vezes sem terem concluído, ou concluído tardiamente, o processo de alfabetização formal. Neste cenário de desafios e possibilidades, são elas próprias que também recompõem neste ambiente a comunicação dos grupos informais, redes locais e movimentos que constroem, tendo em vista que, em grande parte, essas dinâmicas organizativas não possuem comunicadoras profissionais: a comunicação externa cotidiana ou é feita por estas mulheres ou não acontece.

Tal processo é significativo não apenas pela possibilidade de registro e expressão de processos organizativos que se encontram invisibilizados, mas também pela forma experimental e legítima como emergem, a partir dos diferentes modos que as sujeitas que vivificam a agroecologia encontram para enunciar suas realidades. Uma comunicação com as marcas próprias de linguagens, traços e lastros da realidade que vivem, e que potencialmente pode trazer uma identificação mais direta por parte de quem constrói coletivamente tal realidade e pelos públicos com os quais se relacionam que a comunicação produzida pelas organizações que as representam em níveis mais globais. Assim, a ótica pela qual analisamos a presença dessas mulheres na internet é menos a das “telas e técnicas” e mais a dos horizontes de luta que elas descortinam; não é a da sobrevalorização das redes sociais, mas a de valorização de mulheres que estão se expondo, com diferentes intencionalidades e de diferentes formas, e se (re)inscrevem virtualmente e a suas coletividades.

Como aprofundaremos adiante, há uma visão cautelosa dessas mulheres em relação às mídias em geral e à apropriação de redes sociais. Embora haja carência de aprofundamento sobre segurança digital e apropriação das mídias, o Facebook é encarado, em maior ou menor medida, pelas agricultoras pesquisadas como terreno de disputas e há toda uma discussão em relação ao espaço em que as interações efetivamente se dão e sobre quais as possibilidades de construção de autonomia diante das ferramentas

exigencias de gestión afectiva y relacional de nuestra vida online, como las deducidas de las redes sociales. (ZAFRA, 2011, p. 2).

de controle²⁹. Apesar de todas as problemáticas do Facebook, ele é compreendido como importante ambiente a ser disputado pelas organizações na construção de diálogos mais amplos com a sociedade, tendo em vista sua alta adesão.

O Facebook é a rede social mais acessada no mundo, atingindo, em 2018, a marca de 2,2 bilhões de usuários mensais – só no Brasil são cerca de 127 milhões de usuários ativos mensalmente, dos quais 90% usam a rede a partir de dispositivos móveis, sobretudo *smartphones* (FOLHA, 2018). O serviço é categorizado como um *site* de redes sociais e apresenta mecanismos de individualização que permitem a construção de uma pessoa, por meio de um perfil ou página social, e promove a interação através das conversações e a exposição pública da rede social de cada ator. Raquel Recuero (2009, p. 102) explica que “a grande diferença entre sites de redes sociais e outras formas de comunicação mediada pelo computador é o modo como permitem a visibilidade e a articulação das redes sociais, a manutenção dos laços sociais estabelecidos no espaço off-line”.

A projeção da identidade no Facebook envolve simultaneamente a construção e a publicização de identidades, em uma lógica de identificação e de individuação, pela qual o usuário se vincula com pessoas que compartilham dos mesmos interesses, mas também se diferencia por aquilo que lhe é mais particular, tensionando a sua autoimagem e a imagem pública que aspira compor (BELLO, 2009).

²⁹ “Ao criar um perfil de usuário no Facebook e em outros sites de mídias sociais e navegar pela internet, todas as ações nas mídias e redes sociais digitais ficam registradas. De modo crescente, desenvolvem-se sistemas de controle jamais vistos. Do ponto de vista da segurança institucional, a possibilidade de vigilância dos cidadãos e cidadãs ficou mais ampla e fácil. Do ponto de vista empresarial, além do controle e apropriação dos perfis psicográficos, a privacidade é invadida com mensagens persuasivas, direcionadas a partir dos movimentos do usuário, cujo perfil é demarcado pelo Google, entre outros, com base no algoritmo. Não se tem o direito de abrir horizontes sobre determinado tema ao buscar livros ou artigos, por exemplo, pois o que vem como resultado da busca foi selecionado pela empresa, que oferece o sistema gratuito de busca, mas está interessada nos dados do usuário. Algo semelhante ocorre no Facebook, que seleciona o conteúdo que o usuário vai receber, a partir de curtidas anteriores, supostamente, de maior identificação com o usuário. O passo seguinte é a invasão de anúncios publicitários de produtos e serviços que acedem ao espaço do endereço eletrônico e às páginas noticiosas on-line acessadas – uma reportagem, por exemplo. Como se pode observar, essas são grandes empresas transnacionais, que cito como exemplo de corporações que cada vez se aperfeiçoam mais no controle de dados dos usuários, os quais acabam cedendo suas informações, em geral sem saber, por conta do encantamento e facilidades proporcionadas pelas tecnologias atuais. Esses dados são fonte de receita e são negociados (manipulados em pesquisas e vendidos a anunciantes e a empresas de marketing comercial ou eleitoral, por exemplo) por essas corporações do mundo virtual em suas transações econômicas” (PERUZZO, 2018, p. 87).

De acordo com Cíntia Dal Bello (2009, p. 70) não há uma transposição integral do eu para a virtualidade, o que ocorre são processos de espectralização que fazem emergir uma nova forma de lidar com a própria identidade. Entretanto, o perfil virtual não deve ser encarado apenas como um dispositivo de dissimulação ou representação dos indivíduos – restrito às práticas de gerenciamento de impressões³⁰ –, uma vez que se transforma em uma extensão imediata do sujeito; se torna constituidor dos usuários. “Em uma frase: ‘Eu sou aquilo que pareço ser sempre que apareço’. Não se trata apenas de *ter* um perfil, conjunto de textos e imagens que pretende representar o sujeito quando ausente da rede; mas de *ser* o perfil (...)”.

A constituição de identidades *on-line* é um processo relacional e em permanente construção, que guarda lastro com os estriamentos da raça, da etnia, do gênero, da orientação sexual, da classe, da localização geográfica, do nível de escolarização e de outras características e condições dos indivíduos. Os perfis virtuais são sempre inacabados, a exemplo da incompletude da produção de sujeitos humanos, que é um local de experimentação contínua (DOEL, 2001).

A alta adesão de diferentes atores a grupos e redes sociais virtuais pode ser explicada, segundo Recuero (2009), pelo fato de que os usuários percebem valores constituídos que são acessíveis a eles, tendo em vista que na internet são representados e reconstituídos vínculos sociais já existentes. O princípio homofílico (*likeminded*)³¹ que organiza a vida social é transposto para redes virtuais como o Facebook, e, ao construir seus perfis pessoais, os usuários tendem a se conectar a amigos, colegas e conhecidos com os quais já possuem proximidade emocional e compartilham pensamentos e visões de mundos semelhantes. Outro fator que corrobora essa reciprocidade entre iguais é que, apesar de serem pouco conhecidos os parâmetros que regem os algoritmos do *site*, a

³⁰ Várias pesquisas tratam das táticas de autoapresentação e gerenciamento de impressões de perfis no Facebook, abordando principalmente o público jovem (HOGAN, 2010; ROSENBERG; EGBERT, 2010; KIM; LEE JE, 2011 etc.)

³¹ A homofilia se refere ao grau de interação entre indivíduos, com base em atributos (como crenças, valores, educação, status social), fatores demográficos e comportamentos. É o princípio de que o contato entre pessoas que compartilham visões semelhantes ocorre com maior frequência que entre dessemelhantes (MCPHERSON et al., 2001).

escolha do que os usuários veem com maior destaque em sua *timeline* é relacionada ao histórico das suas interações com pessoas e conteúdos³².

Por outro lado, Recuero (2009) explica que, além de permitir a manutenção das conexões presenciais no ciberespaço, o Facebook facilita a heterofilia, ou seja, a associação com membros da rede que são pouco familiares ou desconhecidos, com os quais os indivíduos dificilmente aprofundariam os laços sociais na vida social. Isso decorre porque as conexões virtuais funcionam como canais contínuos de compartilhamento de informação entre os usuários, ao permitirem que as conversas continuem visíveis, se prolonguem e multipliquem, independente da presença *on-line* dos atores e de investimento.

Uma vez que as conversas e interações disponibilizadas podem ser facilmente vistas e reproduzidas por outros atores, elas migram e repercutem entre grupos e espaços distintos de seus contextos iniciais, o que faz com que os diálogos sejam cada vez mais públicos e potencialmente capazes de moldar opiniões, gerar debates e amplificar ideias. Tal processo é denominado por Recuero (2014, p. 116) de conversações em rede: “São, assim, conversações públicas que tomam espaço nesses sites, coletivas, que se espalham pelas redes e que suplantam as limitações dessas, mantendo-se de forma síncrona e assíncrona no ciberespaço”.

Essa redução da distância social entre os usuários, promovida pela hiperconexão, traz consigo a perda da privacidade dos indivíduos. Além de as interações estarem cada vez mais públicas e circulantes, elas “tornam-se mais rastreáveis, mais capazes de espalhamento e acessíveis a atores que, aproximados pela ferramenta, pertencem a grupos mais heterogêneos” (RECUERO, 2014, p. 116). Isto significa que, ao permitir o contato

³² Apesar de não constituir um objetivo deste estudo aprofundar-se no modo como a arquitetura do Facebook influencia a experiência *on-line* de seus usuários, cumpre pontuar o quanto o site, a exemplo de outras plataformas, envolve uma complexa confluência de aspectos que extrapolam o computacional e que complexifica, mesmo para desenvolvedores e engenheiros, a tarefa de localizar os algoritmos em algum lugar em específico nas estruturas físicas e digitais que conformam aquilo que os usuários recebem em seu *feed* de notícias. De acordo com Araújo (2017, p. 23), “as definições que compõem esses processos, mesmo os aspectos genéricos, representam valiosos segredos empresariais protegidos pelas leis de propriedade intelectual”. Estudos recentes, que consideraram a interação de mais de 10 milhões de usuários, apontam que “redes sociais criam bolhas ideológicas inacessíveis a quem pensa diferente” (FOLHA, 2017, s/p.) e que “os usuários transformam seus murais no Facebook em ‘bolhas’ ideológicas” (EL PAÍS, 2015, s/p.). Desde 2017, o Facebook anunciou uma mudança na rede social, passando a privilegiar *posts* de “famílias, amigos e grupos”, não sendo o principal foco ajudar o usuário “a encontrar conteúdo relevante”, mas ajudá-lo a “realizar interações sociais mais significativas” (NEXO JORNAL, 2018, s/p.).

entre os diferentes, entre grupos e redes heterofílicas, as interações ficam mais acessíveis ao público.

Sabendo que os públicos se agregam em função de motivações e afinidades eletivas e que é fundamental reforçar laços homofílicos nos processos de vinculação em torno de uma causa, a conversação contínua no Facebook pode se constituir como um fator importante de coesão para as agricultoras organizadas em torno da agroecologia e dos feminismos, tanto em níveis locais – dessas mulheres e os públicos com os quais se relacionam em suas comunidades e organizações –, quanto em níveis mais globais – entre as mulheres de diferentes movimentos, que se encontram geograficamente dispersas, mas alinhadas em torno da Articulação Nacional de Agroecologia. Tal caráter homofílico traz como possibilidade para essas mulheres “rascunhar e testar” discursos para a expressão pública da causa e comunicar suas práticas comuns cotidianas, além de gerar laços afetivos mais profundos, buscando aproximar pessoas que já compartilham da proposta e contribuem em sua legitimação.

Por outro lado, a característica heterofílica da plataforma pode ser útil diante dos desafios de projeção pública da causa, de falar para fora do círculo de pessoas que já comungam a proposta agroecológica. A presença de “outros” modela e modula os discursos e cria possibilidades de alargamento do círculo de atuação dessas mulheres, o que é muito importante para tornar porosa a interação dessas “geradoras” para fora dos seus campos de atuação, principalmente no sentido de criar e fortalecer vínculos com novos possíveis “legitimadores” de suas ações. Ao ampliar a possibilidade de projetar suas mensagens para os que desconhecem a proposta ou pensam diferente dela, traz também como perspectiva a possibilidade de convocação e convencimento acerca das causas que defendem, com seus discursos e práticas cotidianos.

À vista dessas possibilidades, buscamos compreender de que forma mulheres agricultoras constroem a si mesmas e o sentido público da agroecologia e dos feminismos em seus perfis pessoais no Facebook. Uma experiência *on-line* que é enraizada em experiências concretas vividas por sujeitas que constroem a agroecologia em diferentes territórios e contextos socioambientais do Brasil e que, em um exercício de autoexpressão, têm transformado, em textos e em imagens, as lutas que empreendem cotidianamente em torno da valorização das suas pautas. Uma comunicação que traz as

marcas de linguagens, traços regionais e dificuldades técnicas das sujeitas que a produzem, e que diz profundamente de um modo de interpretar e apresentar suas perspectivas.

Ao construírem suas singularidades e suas coletividades em rede e pelas redes, essas mulheres expõem socialmente suas subjetividades, de forma pública, afirmando seus modos próprios de ocupar os espaços virtuais, transitando por esferas antes consideradas invisíveis, reinventando sua corporeidade pessoal e coletiva, resistindo às representações pejorativas e redutoras de si e do projeto de sociedade que defendem (PELBART, 2015).

2. QUEM SÃO AS SUJEITAS DESTA PESQUISA?

Desenvolvemos um estudo que considera a interação de cinco mulheres no Facebook e relatos orais de oito participantes. Para caracterizá-las, lançamos mão dos dados de autoapresentação dessas mulheres na rede social³³, bem como das entrevistas que nos concederam.

São mulheres que se localizam em sete estados (Ceará, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e São Paulo) em quatro regiões do país, e com faixa etária entre 41 e 73 anos. Autoidentificam-se, entre outras categorias, enquanto agricultoras, camponesas, experimentadora³⁴, indígena, cozinheira e artesã.

A agricultora de Magé (RJ) possui 73 anos e na sua autoapresentação descreve: “trabalho na cozinha (nome) no sítio (nome) orgânico em Magé”. Ao preencher as informações relacionadas a “Trabalho e educação”, dá a ver que é “agricultora familiar na empresa Agricultora”, “Trabalhou na empresa ABIO – Circuito Carioca de Feiras Orgânicas” e que mora em Magé. Não informa dados sobre escolaridade e disponibiliza publicamente informações de contato telefônico, endereço completo, data de nascimento

³³ A despeito da provisoriedade dos dados diante da permanente possibilidade de atualização do perfil, tomamos como base a autodescrição informada até o dia 15/05/2019.

³⁴ O conceito de agricultor-experimentador é uma nova identidade social, autoatribuída entre aqueles que se percebem integrados a um processo coletivo de inovação agroecológica e diz dos indivíduos que inovam em suas práticas de manejo e que comunicam os resultados de suas inovações aos seus pares. “Nessa lógica, experimentação e comunicação passam a ser compreendidas como funções indissociáveis na gestão do conhecimento agroecológico que se processa nas redes de agricultores-experimentadores.” (PETERSEN, 2007, p. 114)

e vínculos familiares. No campo “Detalhes sobre” a agricultora diz: “faço uma geleia de pimenta maravilhosa”. Estabeleceu amizades com 1609 amigos na rede. Presencialmente, se apresenta enquanto agricultora agroecológica, membro da cooperativa Coopagé e da Cozinha (nome).



Figuras 1-2: Prints retirados do perfil da agricultora de Magé

A agricultora de Salinópolis (PA) tem 53 anos e na composição do seu perfil não preenche o campo de autoapresentação. Dá a ver que mora em Salinópolis e frequentou o colégio “Dr Miguel de Santa Brígida”. Possui 405 amigos na rede social e omite suas informações de trabalho. Presencialmente se descreve enquanto agricultora da comunidade Alto Pindorama, militante do Movimento de Mulheres e do Movimento Sindical desde a década de 80, integrante do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MNEPA), da Associação de Mulheres da Comunidade Alto Pindorama e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar.



Figuras 3-4: Prints retirados do perfil da agricultora de Salinópolis.

A agricultora de Solânea (PB) não preenche o campo de autoapresentação, mas dá a ver suas informações de “trabalho e educação”: trabalha no “Sindicato dos trabalhadores Rurais” e na “As-pta Agroecologia”, e estudou na Universidade Federal da Paraíba. Possui 41 anos e interage com 3390 amigos na rede social. Pessoalmente, se descreve como mulher agricultora, experimentadora, mãe de dois filhos e membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Polo Sindical da Borborema, em Solânea (PB).



Figuras 5-6: Prints retirados do perfil da agricultora de Solânea.

A artesã de Fortaleza (CE) se autoapresenta como: “Somos um grupo produtivo de mulheres do grande BOM JARDIM, trabalhamos com artesanato e culinária.”, de onde se intui que o perfil é coletivo, apesar de ter inscrito como nome de usuário a identidade da sujeita pesquisada. Ao preencher as informações relativas à trajetória profissional e educacional, a artesã afirma “coordenação na empresa Grupo Produtivo (nome)”, frequentou o “Bomjart” (projeto Bom Jardim com Arte) e mora em Fortaleza. Possui 254 amigos na rede social. Ao apresentar-se para nós, relata que mora na periferia de Fortaleza, é artesã, tem 42 anos, é casada, mãe, mulher negra, com o ensino médio completo, e coordenadora de um grupo produtivo de artesanato e culinária que conta com quatro agricultoras diretamente envolvidas e mais de 20 outras mulheres na rede de economia solidária local, com apoio da Diaconia³⁵.

³⁵ Uma organização formada pela união de 11 igrejas evangélicas que há 50 anos apoia pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social: <http://bemvindo.diaconia.org.br/institucional>. A pesquisada conta que o grupo se iniciou “pelo projeto cultural que teve aqui na comunidade da Diaconia [o Bomjart] e que os pais participavam, tinham uma comissão família (família, religiosidade, criança e adolescente e geração de renda). “Eu gostei e eles me chamaram pra fazer parte dessa comissão. Eu saí do



Figuras 7-8: Prints retirados do perfil da artesã de Fortaleza.

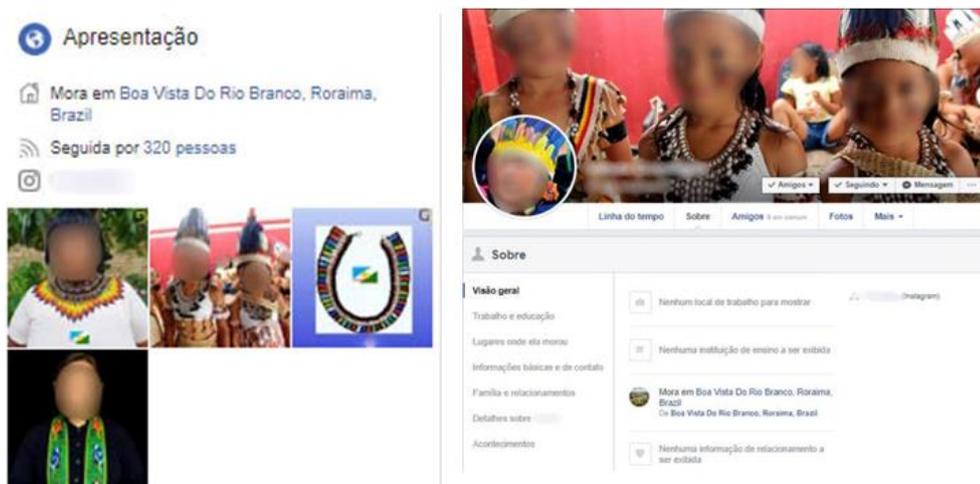
A camponesa de São José do Cedro (SC) apresenta-se no Facebook como camponesa. Nas suas experiências profissionais e educacionais informa que é “autônoma na empresa agricultor” e que estudou na “ENSP/Fiocruz”, bacharelado em Ciências Contábeis no Grupo UNINTER, além de ter frequentado Ceja (Colégio Estadual João Alfredo). Possui 735 amigos na rede. Presencialmente, apresenta-se como militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) desde o ano de 1985, casada, mãe de dois filhos, avó e moradora de Palma Sola.



Figuras 9-10: Prints retirados do perfil da camponesa de São José do Cedro.

lado de pai para estar contribuindo nesse processo. Nas andanças a gente já iniciou na economia solidária e eu conheci o Fórum de Mulheres, então já fez um elo da corrente: ‘Dá certo esse casamento’. A partir disso, a gente criou o grupo. Eu era aquela dona de casa, sabe? Não ia pra nenhum canto, só ficava dentro de casa esperando o marido chegar. Nos primeiros momentos eu não me vi como artesã. Eu me destaquei na organização, comprar material. E nisso houve uma indicação pra que eu fosse coordenadora. ‘Deus do céu! Eu vou fazer o quê? Eu não sei coordenar nada’. E eu fui aprender junto com a turma, a estar aprendendo e ensinando. Não precisa entrar no grupo só quem sabe, eu sou exemplo disso, não sabia nada. A gente foi construindo em cima disso: quem sabia só cortar, quem sabia só costurar, quem sabia só vender. E foi uma construção até eu me ver como artesã.”

A Pajé do Povo Macuxi possui 4.271 amigos na rede e inscreve, logo abaixo do seu nome, a descrição “Pajé Macuxi”. Não informa dados profissionais ou educacionais, mas deixa visível o endereço de sua conta no Instagram; que é moradora de Boa Vista do Rio Branco, Roraima; “Católica”; e que fala os idiomas “inglês e português”. Presencialmente apresenta-se como pajé, parteira e artesã.



Figuras 11-12: Prints retirados do perfil da pajé do Povo Macuxi de Roraima.

A camponesa de Palma Sola tem 51 anos, se autoapresenta como “Sou simples sonhadora gosto de viver coisas diferentes, me orgulho de ser brasileira e camponesa.”, informa que é “autônoma” e estudou “Comercio Exterior na instituição de ensino Grupo UNINTER”, frequentou “Escola de Educação Básica Cedrense” e “Eeb Catharina Seger”; mora em Palma Sola. Possui 1.552 amigos na rede. Presencialmente, se identifica “como mãe, como esposa, como dona de casa, mas principalmente como agricultora, porque eu trabalho o dia todo na agricultura”. Relata estar nos movimentos de mulheres desde 1991.



Figuras 13-14: Prints retirados do perfil da camponesa de Palma Sola.

A agricultora de Barra do Turvo (SP) possui 58 anos e deixa visível apenas a informação de data de nascimento na rede social, ambiente em que possui 288 amigos. Pessoalmente ela diz: “Moro em Barra do Turvo (SP), na divisa com o Paraná, no município de Adrianópolis. Eu participo do grupo e incentivo as outras mulheres, a gente faz uma liderança, né? E é muito importante esse grupo de mulheres ser fortificado e eu participo mesmo. Não meço esforço pra ajudar, a gente está sempre juntas. Eu sou agricultora e cozinheira, chefe de cozinha e uso a produção do sítio para colocar na mesa. Eu vendo comida na mesa, eu tenho uma pousada simples e sempre tem gente lá em casa.”

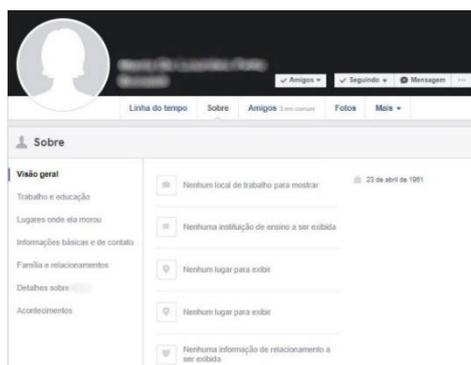


Figura 15: Print retirado do perfil da agricultora de Barra do Turvo (SP).

Compreendendo que, mais do que o desenvolvimento de competências tecnológicas, o que está na centralidade da perspectiva feminista em relação às TICs é o alcance político e social da cultura digital e do ambiente tecnológico para o afloramento das vidas e lutas das mulheres (NATANSOHN, 2013), uma das nossas primeiras interrogações de pesquisa buscou compreender as motivações e intencionalidades da apropriação do Facebook pelas sujeitas do presente trabalho.

2.1 Os contextos e sentidos políticos do uso da internet e do Facebook por agricultoras feministas e agroecológicas

Ao descreverem suas experiências na internet e ao construírem suas narrativas cotidianas, as mulheres pesquisadas demonstram que encaram o Facebook como campo de ocupação política, de disputa e de visibilidade para as lutas que travam coletivamente em torno dos feminismos e da agroecologia.

Ao fazerem a retrospectiva de quando e como passaram a utilizar a internet e o site de redes sociais, elas apontam sua organização política como um dos fatores para a

inserção no ambiente digital. Parte delas relata que a participação nos movimentos foi um propulsor para que criassem e-mail, comprassem celular ou computador, e instalassem internet, muito devido à própria necessidade de comunicação entre elas e seus movimentos. Algumas expressam orgulho por terem se reconhecido enquanto geradoras de renda e, por isso, capazes de assumir os custos da compra desses dispositivos. Outras lideranças dizem de como têm se investido de um compromisso de articulação política, diante da necessidade de troca de informações entre as localidades e as direções das organizações e movimentos sociais, tendo criado uma conta no Facebook “muito mais por uma necessidade que uma vontade própria” e compreendendo a internet e o site de redes sociais como ferramenta de trabalho:

Pra falar verdade, depois que eu me empenhei com cadernetas³⁶, eu me aperreei porque, quando eu entrei, eu assumi essa grande responsabilidade, porque se eu não tenho o máximo de importância desses cadernetas, das mulheres que têm hoje, né, como é que eu vou responder, como vou estar em comunicação com as coordenações que estão em Belém e em outros lugares? Pra mim era *obrigação* instalar internet em casa. E ano passado eu instalei, então tenho mais acesso de comunicar com coordenação dos trabalhos, de como está sendo. Eu mando fotos, tudo que eu faço mando pra coordenação, então elas também acompanham de longe. (...) Eu vejo estão cobrando muito no face, mas eu não gosto de me posar muito no Face. Eu não gosto. É muito transparente. É muito o público. Eu não gosto disso. Eu me arrependi que eu fiz isso aí. Eles cobram, quase eu não mando minha imagem assim. Eu não venho pra dizer que no Face é beleza, não, não, não; *é necessidade*. Eu não gosto muito. Eu falo muito pros meus filhos que eu fiz esse negócio de Face, mas é um meio de comunicação, né? Mas eu vejo hoje, o Face leva a imagem da gente às vezes no lado do bom, às vezes no lado do ruim, feio; tantas coisas que a gente vê, eu não gosto não. Precisa mandar foto de atividade, de trabalho, dança, da cultura, alimentação típica, alguma coisa a ver com nossa cultura, sim. Mas eu mesma pra dizer, eu não faço isso. Eu vejo no Face tanta gente chega [simula uma selfie]: “Olha eu tô num evento posando por aí” ou: “Eu tô sentado, comendo, olha”. Eu não faço isso não. (...) Tem que ser um objetivo em que estou *representando*. Aí tudo bem, mas para *aparecer* assim, não. (Pajé do povo Macuxi, parteira e artesã no estado de Roraima, *Grifos nossos*)

Todas as agricultoras com quem conversamos relatam nunca terem participado de oficinas voltadas para uso de redes sociais e a maioria não fez curso de computação. Utilizam de forma experimental a internet, sem ter muita dimensão do alcance e

³⁶ A caderneta agroecológica é um instrumento de visibilização da contribuição econômica das mulheres rurais, a partir do monitoramento e valoração da renda monetária e não monetária que geram, tendo em vista a contabilização das suas produções para o autoconsumo, troca, doações e vendas. Descrito recentemente pela ONU Brasil (2019, s/p.) como parte de uma “revolução silenciosa que é impulsionada por grupos feministas da agropecuária”, o trabalho das cadernetas pode ser melhor conhecido por meio dos estudos de Liliam Telles (2018) e de Lopes Neto et al (2016).

visibilidade dos seus dados, construindo intuitivamente, por muitas vezes, táticas que as protejam de vulnerabilidades nas redes. A despeito das dificuldades que enfrentam para compreender as dinâmicas virtuais e permanecerem interagindo neste ambiente, diante de um processo experimental e de autoaprendizagem tecnológica, essas lideranças se tornam um “elo” entre a coletividade e as agricultoras que se encontram em áreas mais remotas e excluídas digitalmente:

Quando você vai pra Amazônia que você vai entender o quanto em alguns lugares internet e telefone não chegam, ficam inacessíveis. Se você descer um pouco alguns rios, você não acessa mais nada lá. Você fica uma semana lá com as mulheres e fica uma semana sem comunicação (...). Pro Marajó a gente viaja 12h de barco pra chegar à cidade. A gente trabalha por divisões regionais, então a gente acessa os coordenadores ou as coordenadoras regionais e elas viajam de barco. Vão até os sindicatos e até os grupos de mulheres pra mobilizar pras atividades. A gente tem regiões mapeadas em que a estratégia não é *WhatsApp*, não é Facebook. É a comunicação via barco, via rádio. (Liderança da comunidade Alto Pindorama-PA).

Nos locais em que a internet é acessível, as agricultoras relatam modificações na forma de articular, avaliando que agora há maior rapidez nos seus processos organizativos: “Pra gente reunir o grupo de mulheres, por exemplo, com uma semana, dois dias, três dias você mobiliza. Você posta algum texto, rapidamente as mulheres já leem, já respondem, já comentam, já argumentam”. Entretanto, há o entendimento comum de que as novas tecnologias não substituem o trabalho por elas feito presencialmente, o que as redes virtuais fazem, segundo afirma a agricultora de Solânea (PB), “não é *melhorar* a forma de se organizar, porque as mulheres já são organizadas, mas uma forma de *agilizar* o processo de articulação”³⁷.

Os perfis não só expressam as dinâmicas presenciais dessas mulheres, mas se tornam um novo ambiente de interação e organização. Como será discutido posteriormente, orbitam ao redor dessas sujeitas uma ampla teia de organizações, redes e grupos de fortalecimento dos seus trabalhos e de solidariedade entre mulheres que é, em maior ou menor grau, reconstituída no ambiente virtual, reverberando para esta esfera parte dos vínculos e relações interpessoais tecidas na vida social. A rede passa a ser mais

³⁷ Evidencia-se aqui um contraponto à visão predominante acerca da incorporação de tecnologias para “desenvolver” a vida no campo; a mobilização já acontece de forma satisfatória na visão da entrevistada, a tecnologia potencializa, “agiliza”, este processo de articulação.

um dos canais de comunicação entre as mulheres e seus grupos, um ambiente para mandar recados, definir reuniões, convidar para atividades e reforçar agendas presenciais³⁸.

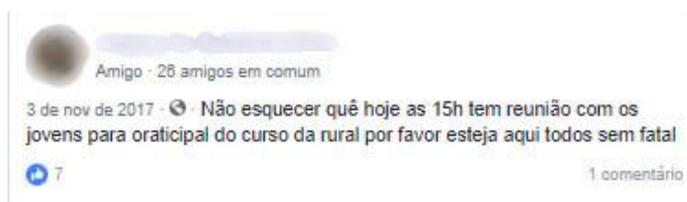


Figura 16: *Post* retirado do perfil da agricultora de Magé (RJ)

Ao mesmo tempo em que a rede é utilizada como forma de interação entre essas mulheres e seus movimentos, há uma perspectiva de ampliação da sua capacidade de diálogo com a sociedade, a fim de superar a dificuldade que o movimento agroecológico tem de coletivizar suas causas e atingir outros públicos. “Nós falamos de nós pra nós, precisamos fazer essa narrativa com a sociedade sobre alimentação saudável, bens comuns, natureza. (...) Precisamos usar a comunicação para alcançar e sensibilizar ‘o público lá fora’.”, analisa a agricultora de Alto Pindorama. A liderança ressalta o caráter do Facebook enquanto ambiente de disputa de narrativas, logo de necessidade de seleção dos conteúdos postados:

Nos nossos grupos o que a gente tem pedido bastante é conteúdo com qualidade, que traga informações criativas e que tenha algum conteúdo prático e objetivo pras mulheres. Tenho conversado com as mulheres nos sindicatos pra não usar *baby doll* e postar no Facebook: ‘Eu amanheci, eu tô alegre...’. Não, tem que usar o Facebook e o *WhatsApp* como ferramenta de mobilização, pras nossas ações, pras nossas leituras.

Como mostraremos adiante, não só a produção de conteúdo é politicamente orientada, mas as preferências no consumo de informações são carregadas de escolhas e critérios de seleção por essas sujeitas. “Direitos das mulheres”, “o corpo das mulheres”, “produção orgânica e agroecológica”, “sementes”, “plantas medicinais”, “tinturas”, “valores medicinais”, “elixires”, “sabão caseiro”, o cotidiano das páginas das organizações das quais participam e das páginas de organizações parceiras, “política”, “movimentos sociais”, “movimento de mulheres”, “agroecologia” são alguns dos

³⁸ Há de se ressaltar uma criteriosa diferenciação entre o teor dos diálogos que circulam no Facebook e aqueles compartilhados em aplicativos de conversa como WhatsApp e Signal, estes últimos com sentido político muito mais estratégico para a organização interna e, portanto, restrito a essas mulheres e seus grupos.

interesses de busca relatados pelas agricultoras, que têm utilizado as páginas das organizações agroecológicas como meios de informação e comparação entre os trabalhos desenvolvidos em rede, como descreve a agricultora de Solânea (PB):

Eu vou olhando o trabalho que outra organização tá fazendo, comparo um pouco com a gente, pra gente ir interagindo esse trabalho também no conjunto do território, seja ele território local, regional, estadual, enfim... Eu acho que as páginas das entidades são muito mais chamativas pra eu entrar e dar uma olhada que as notícias do país.

Além do cotejo e intercâmbio entre os trabalhos e práticas, a internet é descrita como facilitador de informações acerca de temas que tocam diretamente a vida dessas mulheres, subsidiando-as, por exemplo, nos enfrentamentos ao machismo institucional que se expressa nas organizações, bem como nos posicionamentos críticos diante do contexto social e político, carregado de ameaças a direitos sociais:

Eu gosto de ver documentários, faço pesquisa na internet sobre a organização das mulheres, o empoderamento das mulheres, a luta sindical. Até porque eu participo de muitas mesas como mulher, defendendo a bandeira do sindicalismo, do feminismo, da participação incisiva das mulheres no movimento sindical e, no dia a dia, a gente faz essa queda de braço também com os companheiros que estão na própria Federação e no próprio Sindicato. A nossa convivência é muito desafiadora pra nós mulheres ocuparmos esses espaços. E não basta ocupar, fazer o trabalho, fazer as tarefas, cumprir a missão dentro do sindicato e do movimento de mulheres; também não é tarefa fácil fazer essa disputa de espaço com os homens. Ela é pesada e também desafiadora. Porque têm muitos companheiros que apesar de se dizerem ‘companheiros’, fazerem um discurso muito bonito, quando as mulheres exercem, de fato, o cargo, eles tentam de alguma forma inibir o nosso crescimento dentro da entidade. Eu tenho vivenciado isso, e sou prova viva disso. (Agricultora da comunidade de Alto Pindorama e liderança sindical)

Eu gosto de ver, assim, político, porque hoje a gente vê o problema grande que nós estamos no nosso país e a gente tem que estar por dentro pra saber o que que tá acontecendo. Nossa preocupação grande é a aposentadoria, salário-maternidade. A gente tá muito preocupada com isso. Vai acabar... Por isso, eu acompanho, porque outros, que não têm [acesso à internet], não têm conhecimento do que se passa. Então, às vezes, eu chamo na minha casa [outras indígenas] e abro pra ver o que tá acontecendo. ‘O problema tá assim, a gente tem que se preocupar’, essas coisas assim. Porque quem tem, essas pessoas rico, não vai levar pra nós, então tem que ser nós mesmo. (Pajé do povo Macuxi, em Roraima)

A leitura crítica que essas mulheres têm da internet e do Facebook incide na frequência de acesso e no tempo dedicado à interação na rede social, como expressado

em vários relatos³⁹. A disponibilidade de tempo, de equipamento, de internet, o nível de entendimento e de interesse em relação ao site também influenciam em usos diferenciados pelas agricultoras. Há desde aquelas que estão todos os dias navegando, até as que restringem os usos à necessidade: “Todos os dias eu tô lá, uns 15 minutos, meia horinha de almoço, aquelas horinhas que eu tenho disponibilidade ou à noite, quando eu já tô em casa. Não compartilho todas as vezes, mas eu tô sempre lá vendo o que entrou na minha página, o que eu devo compartilhar.”, relata a agricultora de Solânea (PB). Já a pajé do povo Macuxi, em Roraima, não utiliza a rede “a qualquer hora” que quer, porque a motivação principal de ter internet é o trabalho: “Eu entro quando eu quero ver se tem alguma mensagem dos trabalhos, das coordenações. Eu abro duas vezes por semana ou se eu tenho alguma coisa pra escrever, pra salvar”.

E os grupos também eu só tenho grupo de trabalho. Eu não tenho grupo pra eu perder meu tempo, que eu não tenho muito tempo. Às vezes, eu só vejo minhas mensagens mais à noite. Eu levanto às seis horas da manhã, começo a trabalhar, às vezes, eu saio da Cozinha às sete horas da noite. Tomo um banho, janto, aí depois que eu vou ver a internet, vou ver os grupos. Às vezes, vou dormir antes de acabar de ver tudo, mas eu tento ver tudo à noite. (Agricultora de Magé)

Tanto na fala quanto nas postagens, as agricultoras explicitam que o Facebook e a internet são ambientes de ação política e formas alternativas e mais qualificadas de acessar notícias e conteúdos. Dizem da diversificação das fontes de informação, para além do rádio e da TV, para ter “outros elementos”, “outros argumentos pra você discutir com as mulheres e na própria família”, por uma lógica alternativa à “lógica capitalista, tradicional, que bota só uma versão dos fatos” – como expressa a camponesa de São José do Cedro –, demonstrando descontentamento e desconfiança em relação às mídias tradicionais, principalmente à televisão e especificamente à Rede Globo.

³⁹ A gestão que essas mulheres fazem do pouco tempo livre que possuem para se conectar, diante da sobrecarga de trabalho que marca o seu dia a dia, apareceu de forma recorrente nos relatos das agricultoras e que merece ser melhor investigada.



Figuras 17-22: Seleção de *posts* retirados dos perfis da agricultora de Solânea e da camponesa de São José do Cedro, em crítica à mídia tradicional e suas abordagens: “A TV brasileira e o incentivo a violência à mulher”; “O domingo que os jornais vão ignorar”; “Isso o Jornal Nacional não mostra”; “O feminismo da Globo é o feminismo que nos aprisiona”; “O poder da publicidade”. Na imagem 17, a camponesa de São José do Cedro comenta: “me perguntaram pq a globo não tem aquelas propagandas de carnaval este ano? Hoje entendi o porque, tem uma escola que rebate o agrotech e os venenos e agora vejo a escola corintiana homenagear o Lula tá explicado”.

Diante do descrédito em relação à mídia tradicional, principalmente no relato da agricultora de São José do Cedro, os grupos e páginas ligados aos movimentos sociais são descritos como canais que “orientam” suas leituras, existindo, para tanto, um processo de filtragem das páginas que segue e replica:

O MMC se orienta pela Via Campesina e dentro dele a gente tem algumas fontes de informações, por exemplo, o Brasil de Fato, hoje a Frente Brasil Popular. Então têm alguns sites na internet por onde a gente busca saber os rumos e os olhares que a classe trabalhadora tem em relação ao que acontece no Brasil e no mundo. (...) Se a gente facilitar, a gente pode até compartilhar coisas que são contra nós. Precisamos selecionar. Não podemos repassar informações que não são as da nossa lógica. Por isso, tenho o cuidado de olhar de onde vêm as informações. (Agricultora de São José do Cedro-SC).

A internet e as redes sociais passam a ser fontes de informação dessas agricultoras também pela flexibilidade de adequação às suas rotinas de trabalho, ao seu poder de escolha “do tipo de informação” e “de quando” buscá-lo. Em várias entrevistas as mulheres demonstraram “não ter tempo a perder” assistindo à televisão, por isso, navegam em horários específicos, quando suas tarefas cotidianas já estão concluídas, e por canais em que suas preferências de conteúdo são enfocadas:

Eu não tive estudo porque você vê hoje, a minha mãe e meu pai não sabiam escrever nem ler. Então quando eu tenho atividade, tarefa pra casa, eles não sabiam me ajudar. Então, assim, eu não tomei a frente do meu estudo, porque ficou muito difícil. Mas, depois, agora, surgiu esse EJA, eu comecei a estudar. Mas por motivo de viagem, desde tempo do julgamento do Raposa Serra do Sol, eu venho pra Brasília constante. E eu ausentava da sala de aula. E eu saí. Tá com nove anos que eu parei de estudar na sexta série, mas eu aprendo. Nós temos televisão, mas eu ligo televisão, mas não é pra assistir novelas. Eu assisto pra ver debates dos ministros, órgãos, e eu aprendi no televisão, assistindo televisão, os palavras que eles usa. Quando eu abre dicionário: ‘O que que eles estão falando? O que significa?’. Então eu estou aprendendo por aí. Minha sala de aula é em casa. Eu sei que novela é muito bom pros outros, mas pra mim não é bom não. Eu prefiro estudar outras coisas, aonde eu posso chegar, conversar, como eu estou aqui com você, não é? Eu tenho que saber entender o que que eu tô falando. Televisão muitas vezes não mostra tudo. Televisão faz cortar a realidade, quando a pessoa fala, corta. Então, têm os livros também, que quando eu vou nas bancas eu leio os livros, aí como eu aprendi, agora tem esse Facebook. Então eu aprendi navegar certas coisas, aonde eu quero fazer pesquisa, eu encontro. As coisas que eu não sabia antes, eu encontro hoje. Por aí que eu tô aprendendo, eu sozinha. Eu não tenho rádio em casa. Então é mais televisão. Só jornal mesmo e debates depois de meia noite. Sempre têm aqueles debates, então eu acompanho. (Pajé do povo Macuxi, em Roraima)

Eu me informo através das redes sociais porque eu não tenho tempo de assistir televisão; raramente eu tenho tempo pra assistir, quase nem assisto. Mas as redes sociais, os boletins informativos, os jornais, que às vezes trazem uma matéria X, eu vou lá e leio. Mas eu não sou muito também de ler, eu tenho essa dificuldade de pegar um livro, tipo da história do Brasil e ler. Eu tenho essa dificuldade enorme, mas as notícias, o que acontece no país, eu vou sempre lendo nas redes sociais, inclusive no Facebook e tem me ajudado. (Agricultora de Solânea-PB).

Eu e meu marido decidimos não assistir televisão. Canal nenhum, Globo nem nada. Mas as informações vêm pelos amigos que assistem, né? E pelo celular. É muito danadinho, fofoqueiro que só, o celular (risos). E aí tem muita coisa que vem falso, não é? Aí eu vejo alguma coisa que me deixa assustada, eu procuro saber com quem assiste, pra saber. Dia desses, eu liguei pra uma amiga: ‘Isso aí é assim e assim?’, ‘Não, isso é falso’. Tem muita gente que acredita em tudo. Eu mesma tava acreditando. A gente tem que aprender a filtrar o que é verdade. Mas a televisão tem muita coisa falsa, não tem? A Globo, principalmente, encobre tudo.

[Por achar que tem muita coisa falsa que a senhora decidiu não ver mais televisão?]

Muita perda de tempo, repete muita coisa. Você fica lá assistindo, fala cinquenta vezes, ou mais até, de uma coisa só. Dois, três dias falando do mesmo assunto. Eu acho perda de tempo. Tudo bem, você tem que saber das coisas, mas não ficar alimentando aquela coisa. A mídia faz muita coisa para parecer ser uma coisa que não é. Pelo menos a alimentação. Eles estão pondo na cabeça da gente uma coisa que... Daí a gente fica com vontade de comer aquela coisa que faz mal. Eu acho isso... Nossa madrastra lá é evangélica e fica escutando rádio lá que fala da igreja, essas coisas. Eu escuto mais cd e vejo documentário. As coisas que *eu escolho* pra assistir. Eu não fico assistindo qualquer coisa. Quando vejo, já são nove, dez horas da noite e eu nem vi a televisão. É só um dia mesmo que estou descansando, que eu coloco alguma coisa pra eu ver. (...) Esses dias eu fiquei até nervosa, eu fazendo as coisas e o celular em cima da mesa apitando. A gente tem que ir lá escutar o áudio, demora... Às vezes você tem que tirar um tempinho pra isso. Você tem que parar pra olhar o bichinho que tá lá chiando, mandando mensagem ou você desliga. Eu durmo só se desligar ele total, à noite. Tá sempre alguém acordado, mandando mensagem, e não chega na hora certa. Se manda agora, pode chegar uma hora depois, por causa da internet, né? Daí é altas horas da noite e tá chegando mensagem. Eu desligo tudo, só ligo de manhã e é aquela enxurrada de mensagem. (Agricultora do Vale do Ribeira-SP)

A internet e o Facebook têm reorientado não apenas as possibilidades de consumo de informações, mas de expressão das agricultoras e de seus movimentos, que veem esses ambientes como espaços de sua ação política. De acordo com Peruzzo (2015), no contexto dos movimentos populares e comunitários, a comunicação se ancora na prática da liberdade, por meio do exercício do direito de comunicar a partir da própria voz e do empoderamento das mais diversas tecnologias de comunicação, a fim de colocá-las a serviço das comunidades nas lutas por efetivação de direitos e influenciar a política, as políticas públicas e a ação do Estado.

Esse direito de comunicar se refere a recuperação do direito a ter voz, a expressar a própria voz, sem esquecer que em geral o próprio resgate da voz, do poder de se manifestar e de ser ouvido, antecede e vai além de aparatos tecnológicos, mas os inclui. As tecnologias ampliam o potencial comunicativo, não resta dúvida e, ao mesmo tempo, o seu uso representa o acesso social ao patrimônio da humanidade e o exercício do direito à cidadania. (PERUZZO, 2015, p. 12)

No exercício de autoexpressão e autoexposição dessas mulheres, a partir das possibilidades que têm de construir, com seus perfis um "lugar de fala" – mais do que um lugar já dado, um espaço construído e ocupado –, elas não dissociam os usos pessoais dos potenciais usos políticos. Há um imbricamento entre as experiências pessoais e ordinárias e as experiências coletivas, uma atravessando a outra e compondo juntas cada um dos perfis e, ao mesmo tempo, uma representação de "ela" e de "elas", de um "eu" e de um "nós".

Expostas algumas intencionalidades, preferências e dinâmicas de uso das redes e do Facebook, adentramos aos temas que sobressaem nos perfis das sujeitas pesquisadas na construção das faces individuais e coletivas da agroecologia.

2.2 A construção do “Eu” e do “Nós”

Ao observarmos os perfis das mulheres pesquisadas, sempre nos chamou atenção a presença preponderante de uma construção coletiva neste ambiente; o quanto, ao constituírem sua presença no Facebook, essas mulheres trazem consigo as faces, cores e sabores plurais do movimento agroecológico. A partir de elementos e temas que emergem nas interações virtuais dessas agricultoras, buscaremos entender como essas sujeitas constroem a si próprias e o sentido público da agroecologia e dos feminismos.

Analisaremos a experiência *on-line* dessas mulheres ao longo de 2017, ressaltando aspectos que são reveladores de sua experiência coletiva, considerando o modo como produzem conhecimento sobre si e seus movimentos; as formas como agem publicamente, conformando o “ser mulher agroecológica e feminista”; e como constroem seus arranjos associativos e organizativos na rede. Para tanto, faremos o seguinte movimento analítico: em um primeiro momento, apresentaremos aquilo que, na síntese dos conteúdos postados e em nossas observações e anotações, consideramos que de mais proeminente foi tematizado por essas mulheres ao longo de 2017; analisaremos de forma específica alguns temas convergentes encontrados nos perfis e que revelam uma experiência compartilhada de construção da agroecologia e dos feminismos; discutiremos algumas reverberações da experiência de ser visível, a partir da interação dos usuários com aquilo que essas sujeitas abordam.

2.2.1 Ter e ser um perfil

Para analisar os perfis das agricultoras pesquisadas, partimos de uma visão de conjunto, que considera os *posts* compartilhados por essas sujeitas ao longo do ano de 2017. Foram observadas e compiladas informações de 976 *posts* produzidos pela agricultora de Magé; de 180 *posts* produzidos pela agricultora de Salinópolis; 530 *posts* produzidos pela agricultora de Solânea; 475 *posts* produzidos pela camponesa de São José do Cedro; e 279 *posts* produzidos pela artesã de Fortaleza.

A síntese desses conteúdos, visualmente representada nas nuvens com as palavras mais acionadas na descrição dos *posts*, evidencia o caráter coletivo das tematizações e como o componente social da agroecologia e dos feminismos é recomposto nos perfis. Em um panorama geral acerca dos perfis de cada pesquisada, pudemos notar que:

A agricultora de Magé (RJ) compartilha postagens relacionadas ao seu cotidiano no seu sítio e na sua Cozinha – lugares privilegiados de sua experimentação produtiva –, bem como aos ambientes de participação social pelos quais transita, a exemplo dos circuitos de feiras, contextos de formação e viagens integrados a projetos e atividades de lazer⁴⁰. Dá a ver suas faces enquanto mãe, agricultora, avó, ao mesmo tempo em que se mostra protagonista na Cozinha, ativa nos movimentos sociais e público das ações de assistência técnica e extensão rural de organizações e instituições diversas⁴¹. Compartilha conteúdos relacionados à agricultura familiar e às lutas das mulheres – seja no momento de suas ações, no “hoje” e no “presente”, seja de modo mais atemporal –, mas não é monotemática: receitas, músicas diversas, vídeos sobre “costumes antigos”, além de postagens sobre seus netos e familiares são recorrentes nesta construção⁴². Reporta-se aos interagentes de forma ampla, muitas vezes sem marcações específicas, mas a “todas” e “todos” as e os amigos do “Face”, dos grupos e movimentos.

⁴⁰ Expressados, por exemplo, pelas palavras “Cozinha”, “Colher”, “Magé”, “UERJ”, “Horta”, “Sítio”, “Natal (RN)”, “Palácio” (Guanabara), “redes”, “jornal”, “Sesc”, “Caxias”, “Mossoró”, “Rio”, “colheita”.

⁴¹ Expressados, por exemplo, pelos termos: “Mulheres”, “Formação”, “sítio”, “oficinas”/“oficina”, “evento”, “curso”, “reunião”, “encontro”, “exposição”, “produtos”, “grupo”, “agroecológica”, “Sebrae”, “Idaco”, “amiga”, “amigas”, “visita”, “atividades”, “almoços”. Além disso, no perfil da agricultora circulam imagens de mobilizações contra a reforma da previdência e por nenhum direito a menos; contra o desmonte da UERJ; fotos da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

⁴² São compartilhados pela agricultora inúmeros vídeos com receitas de comida, vídeos de humor, imagens de contemplação da natureza, conteúdos culturais, sobre Magé, artesanato, informativos acerca da agricultura e culinária; poesias nordestinas musicadas; crianças, cachorros, inúmeros vídeos do Roberto Carlos.

plenárias, e externas, representando a Federação no âmbito da discussão de determinados temas e de formação de lideranças, tais como cooperativismo, organização produtiva, enfrentamento à violência no campo e ao feminicídio, e políticas públicas⁴⁷.

Devido às violações de direitos humanos no Pará e compreendendo que qualquer pessoa pode acessar o seu perfil e ver o que está fazendo, a liderança afirma que nunca divulga os trabalhos no contexto imediato da ação, buscando preservar sua integridade física e a dos seus familiares:

Hoje eu sou uma pessoa pública e, no meu estado, que é um estado violento, que faz massacre de trabalhadores, que as lideranças são muito visadas, principalmente quando é uma mulher, então as minhas postagens geralmente eu faço quando eu não estou mais naquele local. Eu só faço depois que eu saio daquele local, nunca posto alguma coisa no momento da ação. Nunca posto de onde estou vindo e nem pra onde estou indo, pras pessoas não controlarem minha vida. E são postagens nunca assim: “Ah, eu tô comendo isso”, “Ah, eu tô fazendo aquilo”. Nunca. *Sempre postagem de trabalho, de ações, do coletivo. Muito pouca coisa individual.* Sempre em uma atividade, em uma oficina com as mulheres, com as trabalhadoras, é assim.

No perfil, em menor medida também comparecem postagens sobre família, sobre a “dádiva de ser mãe”, sobre o luto familiar. Além de postagens sobre a cultura local e no âmbito das atividades de trabalho; sobre a valorização das belezas proporcionadas pela “mãe natureza”, enaltecendo as paisagens pelas quais percorre, os rios, flores, as comunidades quilombolas; bem como *posts* sobre protestos, paralisações e manifestações em defesa de direitos, como a previdência social.⁴⁸

representantes do poder público (vereadores/as, prefeitas/os, vice-prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores, secretário de obras, promotoras/es, defensoras/es públicos, delegados); acadêmicos, instituições financeiras como Banco Amazônia; acadêmicos, pessoas públicas e autoridades nacionais e internacionais (como Leonardo Boff, Dira Paes, defensor dos direitos humanos e prêmio Nobel da Paz 2014, senhor Kailash; presidente da corte interamericana dos direitos humanos).

⁴⁷ A exemplo de: Luz Para Todos, Pronaf Produtivo Orientado, Previdência, Casas Populares do PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural.

⁴⁸ Pela natureza das Federações Sindicais, bem como pelo cargo de liderança que a agricultora exerce, são vistas, na quase totalidade dos *posts*, participações políticas mais gerais, representando a Federação e as/os agricultores, que retratando atividades executadas nas unidades produtivas específicas. Em muitas ocasiões tivemos a sensação que as postagens assumem um caráter de “prestação de contas” e de reafirmação de uma gestão que está trabalhando.

que a gente tiver, seja no sindicato fazendo processo, encaminhando processo de uma agricultora para o INSS, entendeu? Cada um desses processos que a gente vivencia no dia a dia a gente tá comunicando aquilo que a gente faz. Apesar de eu não ter o curso, de eu não ser formada, mas eu me dedico muito a essa questão de comunicar a todas as pessoas aquilo que eu faço. Então eu me reconheço como uma comunicadora mesmo sem ter o curso, sem ter o certificado. No meu caso, foi a convivência, o movimento, a participação nos movimentos é que me ajudou a ter essa experiência de me comunicar. Nem oficinas de comunicação eu não tive ainda oportunidade de participar, que no meu território já houve, mas eu não tive oportunidade ainda, mas eu acho muito interessante.

Vida, militância, trabalho formal se entrelaçam e, apesar dos muitos registros de atividades institucionais, não utiliza uma linguagem de *nós* “técnicas” para as agricultoras, mas uma linguagem de *nós*, técnicas agricultoras, para *nós* agricultoras.

Assim como no caso da liderança do Pará, percebe-se atualidade nas suas postagens. Ela conta a ação enquanto ela acontece ou muito próximo de sua decorrência. Marcadores temporais – hoje, ontem, tarde, nesta noite – permeiam suas postagens, que são marcadas também pelo recorrente uso do *status* “*Sentindo-se*”, para caracterizar “seu estado de espírito” durante o relato da ação vivida⁵¹.

Por integrar as organizações sindicais e de assessoria a agricultura familiar, tematiza questões como os trabalhos de campo, as lutas por direitos, em especial contra Reforma da Previdência, e as mobilizações em defesa do ex-presidente Lula. São evidenciados trabalhos relacionados à convivência com o semiárido, seja de modo pessoal, apresentando as experiências desenvolvidas no seu sítio, seja nas muitas atividades e dinâmicas promovidas pelas organizações que integra. São visibilizadas as muitas iniciativas de cuidado com os bens naturais, como a água e as sementes crioulas (sementes da paixão); as tecnologias sociais construídas coletivamente, como o Banco Mãe de Sementes; bem como as metodologias político-pedagógicas desenvolvidas nesse

⁵¹ Algumas das emoções descritas no momento da postagem foram: “abençoada”, “feliz”, “satisfeita”, “confiante”, “alegre”, “determinada”, “agradecida”, “otimista”, “encantada”, “tranquila”, “festiva”, “bem”, “muito feliz”, “divertida”, “pensativa”, “privilegiada”, “motivada”, “esperançosa”, “orgulhosa” (de si), “engraçada”, “sentimental”, “positiva”, “alegre”, “aliviada”, “renovada”. Essas variações que se repetem, ao longo dos *posts*, em geral demonstram o bem-estar da agricultora em relação aos fatos. De forma muito pontual, ela também descreve sentimentos e sensações desconfortáveis: “irritada”, “entediada”, “decepcionada” e “triste” (diante do falecimento do tio). Essa felicidade “perene” é afirmada também em publicações específicas, em que ela questiona: “Eu sou feliz sempre e você?” ou afirma: “Ser feliz é meu mérito.”.

processo educativo, tais como os intercâmbios agroecológicos, os mutirões, carrossel de experiências e o fundo rotativo solidário de animais.

A cobertura das atividades de assessoria desvela também a interação das organizações com outros atores: os públicos atendidos pelas organizações em que trabalha, evidenciando, sobretudo, ações para mulheres e jovens; a relação com representantes políticos e políticas públicas, universidades e órgãos públicos; igreja; comunidade; financiadores em nível nacional e internacional, nos diferentes tipos de ações prestadas⁵².

São evidenciados, ainda, seu forte engajamento familiar e comunitário, o cuidado afetivo familiar e a religiosidade, presentes na sua leitura de mundo.

⁵² A título de exemplo, podem ser mencionadas algumas atividades do dia a dia do Polo da Borborema, AS-PTA e Sindicato registradas pela agricultora: reuniões da comissão de Mulheres; reunião da coordenação ampliada do Polo; reunião da Comissão Saúde e Alimentação; Comissão de Juventude; Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia; reunião de planejamento e análise de conjuntura; jornada municipal; mutirão das crianças; preparação da Festa das Sementes da Paixão; reunião sobre estratégias do trabalho regional da agricultura familiar e agroecologia; reuniões com parceiros internacionais (como o CCFD – Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento da França); eleição no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares; visitas de intercâmbio no território local; visitas a outros territórios (como em Mossoró, com mulheres do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR-NE sobre o reuso da água servida para produção de alimentação nos quintais); recebimento de visitas de agricultoras de outros estados (como vinda das mulheres do Pará para conhecer o Polo); reunião de Balanço Político e Financeiro; reuniões com parceiros e financiadores (Superintendente do Banco do Nordeste, Presidente do Banco BNDES, secretário de agricultura, prefeito, secretário de educação); atividades de execução de políticas públicas (como o P1+2; PNAE; ATER Agroecologia); formações e treinamento (sobre a Lei 13.340 de Renegociação e Prorrogação dos Créditos Rurais para os Sindicatos Rurais da Borborema; INSS Digital); audiências públicas e mobilizações contra a reforma da previdência; Campanha de Fortalecimento da Agricultura Familiar; participação em mesas redondas sobre feminismo e agroecologia; reuniões sobre recursos hídricos e gestão e usos do “Banco Mãe de Sementes”; encontro dos núcleos em agroecologia; participação em feiras das juventudes camponesas; construção do Grito dos Excluídos; oficinas municipal sobre polpa de frutas; comissão municipal de recursos hídricos; apresentação na UFPB sobre a experiência em políticas públicas para mulheres rurais.

outras pessoas que não estão mais vinculadas e a coordenadora não sabe gerenciá-la – ela e as demais artesãs não possuem acesso a computadores e algumas nem têm acesso ao celular, sabem escrever ou digitar⁵⁶.

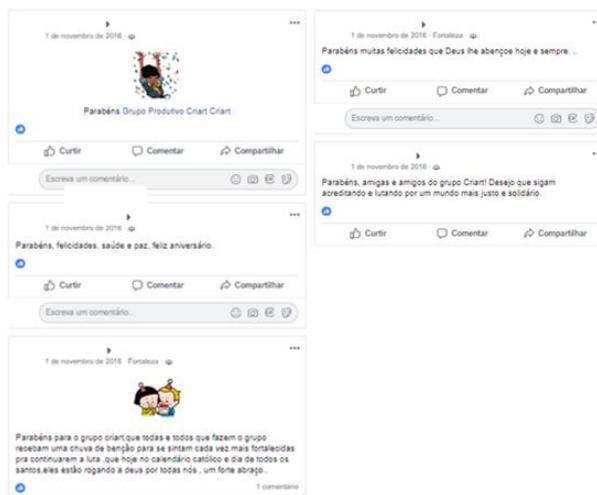
Esta dificuldade técnica de gerenciamento se evidencia não só na ambiguidade dos canais, mas na dissociação desses dois espaços, uma vez que, apesar de referenciar diversas vezes o grupo produtivo, a pesquisada não menciona diretamente a página (o que pode ser feito usando o @, por exemplo) e nem usa *hashtags*, ao invés disso, escreve o nome em maiúsculo para destacá-la, dificultando a vinculação entre os dois ambientes e a projeção dos conteúdos via os mecanismos de buscas do *site*.

Antes de nos atentarmos às postagens do ano de 2017, que é efetivamente o período analisado nesta pesquisa, cumpre notar um fato curioso do ano de 2016 e que contribui para visualizar a relação íntima estabelecida entre a construção pessoal e coletiva do perfil. No dia primeiro de novembro, data de aniversário da artesã, essa assimilação do perfil como um perfil coletivo do grupo é expressada diante da confusão gerada nos usuários com relação ao endereçamento das felicitações. Enquanto algumas pessoas parabenizaram a artesã, outras tantas pessoas enalteceram o grupo, desejando votos de sucesso aos seus trabalhos, como pode ser visto nas imagens a seguir:

⁵⁶ “Eu utilizo como o meu trabalho. A gente tenta otimizar o tempo, e nesse espaço eu divulgo tudo das atividades. Da minha vida tem o mínimo, mas eu tô dentro diretamente, né? A gente coloca as nossas demandas, o que a gente tá precisando e também as nossas conquistas.

[O perfil é atualizado só por você ou outras agricultoras também têm acesso?]

Está recente elas terem acesso, também elas não tinham nem e-mail, né? Algumas pelo movimento têm acessado. Algumas são analfabetas também, então a gente escreve a postagem e algumas curtem né, outras compartilham, daí a família já conhece o que elas fazem. E isso tá recente elas no Facebook, acho que do ano passado pra cá. O Facebook é aberto e elas têm a senha.”, conta a pesquisada.



Figuras 27-28: Prints de *posts* feitos no perfil da artesã

Considerando o período de análise, como a própria descrição na rede já antecipa, na maior parte do tempo é tematizada a dinâmica produtiva cotidiana das mulheres deste coletivo. Em *posts* curtos, construídos com pequenas legendas e fotos das produções, as enunciações são feitas de modo “plural”, “coletivo”, em nome de um “nós Grupo produtivo” e, na maioria das imagens, são mostrados o ambiente de produção, com seus equipamentos, máquinas de costura e tecidos, sempre composto pelas artesãs em ação e os produtos por elas feitos, como bolsas, panos de pratos, blusas customizadas e bonecas. São divulgadas também imagens dessas sujeitas em espaços de participação diversos, a exemplo das manifestações de rua, feiras, atividades de formação⁵⁷.

“Grupo”, “produção”, “produtivo”, “encomenda”, “oficina”, “economia”, “bonecas”, “tecidos”, “arte”, “brinquedos”, “sede”, “curso”, “gratidão”, “mulheres”, “crianças”. “juventude”, “novidades”, e o nome do grupo – aqui suprimido para preservar

⁵⁷ Apesar de o grupo produzir culinária saudável e de termos conhecido a pesquisada em um contexto de Programa de Formação em Gestão de Empreendimentos de Mulheres Rurais, as duas únicas publicações tratando explicitamente da agricultura foram a participação do grupo em uma atividade de monitoramento da renda de mulheres camponesas e a divulgação do doce da casca de melancia e banana, que foi produzido e vendido pelo grupo. Dialogando com a pesquisada, pudemos concluir que ela pessoalmente não se identifica enquanto agricultora, mas sim como artesã. A entrada dela na dinâmica do movimento agroecológico se deu pela participação nos grupos feministas e no movimento da economia solidária, que têm convergência de pautas e valores em relação ao horizonte de transformação social agroecológico proposto, bem como pela produção coletiva do grupo de culinária saudável. Ela cita, entretanto que, outras quatro mulheres do grupo, além de artesãs, se identificam como agricultoras, cultivam e fornecem alimentos saudáveis produzidos nos seus quintais (temperos, verdura, plantas medicinais, frutas) para o preparo das comidas comercializadas pelo coletivo.

executam. Essas diversidades do saber-fazer e refletir a agroecologia e os feminismos guardam sentidos comuns e especificidades que compõem o mosaico plural de um movimento que floresce no chão dos territórios.

Identificados os assuntos mais tematizados por cada uma das agricultoras, esmiuçaremos alguns eixos comuns da experiência de construção destas mulheres e da causa agroecológica e feminista no Facebook, interagindo com o que elas dão a ver nos *posts*, e interpretando essas mensagens à luz das entrevistas em profundidade aplicadas e das nossas experiências no movimento agroecológico. São, portanto, alguns recortes das suas relações intersubjetivas, muito mais amplas e complexas, que não podem/devem ser reduzidas aos componentes aqui tematizados.

2.2.2 Feminismos e Agroecologia em rede e nas redes

Ao construírem significados individuais e coletivos para sua experiência *on-line* e ao materializarem as faces plurais da agroecologia em imagens e textos em seus perfis, as mulheres investigadas revelam elementos que nos permitem traçar identificadores da experiência partilhada enquanto agricultoras agroecológicas e feministas. Emergem, na rede social, horizontes comuns de luta, que podem ser interpretados à luz das dimensões cognitiva, performática e organizativa, e que trazem à tona problematizações e anúncios de outra realidade, pautada pelo bem viver. Performam suas presenças e lutas reelaborando aquilo que valorizam e querem comunicar, constituindo imagens de si e de seus movimentos, que rompem e confrontam estereótipos que circulam no imaginário social acerca de como são (ou devem ser) as agricultoras. Subverterem imagens petrificadas e, por vezes, subalternizantes que qualificam de antemão como esteticamente são as agricultoras, como se vestem, falam, quais tipos de hábitos culturais (não) possuem.

2.2.3 “Não é ajuda, é trabalho: Eu sempre posto tentando mostrar”

“Trabalhar na terra é o que mais me anima, é o local onde eu me sinto bem, lá no meu sítio, no meu quintal” – camponesa de São José do Cedro, liderança do MMC.

Como já evidenciado anteriormente, a internet é descrita pelas agricultoras pesquisadas como uma ferramenta de trabalho. Quando observadas as suas postagens, verifica-se que os processos produtivos têm ampla centralidade entre as tematizações e muito do que elas dão a ver está enraizado nas rotinas e dinâmicas de trabalho e articula-

se com a organização coletiva delas, bem como com os tempos e ciclos da natureza. Sobressaem expressões das inúmeras atividades desenvolvidas, da diversificação agrícola e das relações que tecem com a natureza e com as pessoas no interior das suas unidades produtivas, nas famílias, comunidades e organizações sociais que constroem o movimento agroecológico.

À exceção do perfil da artesã, ganham visibilidade na rede das agricultoras os espaços agrícolas, ambientes de construção concreta das práticas cotidianas dessas mulheres atravessados por relações de poder. A partir da reflexão sobre o fazer nos quintais⁵⁸ e roçados, as mulheres do movimento agroecológico têm reconfigurado suas realidades, discutindo, dentre outros temas, a divisão sexual do trabalho, os usos do tempo e dos espaços e os rumos da renda advinda da produção, fazendo reverberar tais lutas também no ambiente digital.

É perceptível nos perfis das agricultoras um perene movimento de afirmação do que fazem no dia a dia, trazendo uma perspectiva de autovalorização dos trabalhos que é impregnada dos sentimentos e das forças que são colocadas no próprio processo laboral, que se revela na celebração dos pequenos gestos: o semear, o colher, o beneficiar, o transformar, o vender, o alimentar e o compartilhar com outras e outros tantos... Ao mesmo tempo em que trazem a beleza e a poesia do trabalho cotidiano, esta afirmação parece estar sempre acompanhada de uma busca, de uma expectativa de que sejam vistos e reconhecidos como importantes os frutos dos seus esforços.

⁵⁸ No âmbito do GT Mulheres da ANA, os quintais são redefinidos coletivamente como “local de trabalho e experimentação e de construção do conhecimento (do saber-fazer) de forma autônoma da mulher, para a produção da agrobiodiversidade, soberania e segurança alimentar” (MULHERES E AGROECOLOGIA, 2018, p. 86), de importância social, cultural, política, ambiental e econômica. São ambientes em que as agricultoras produzem para o autoconsumo e também para comercialização, e socializam suas produções: trocam, doam e conversam com outras pessoas. “As relações que se estabelecem a partir dos quintais vão além do fator monetário, de compra e venda, pois outras relações, com diferentes valores e solidariedades, também se desenvolvem para manutenção da vida familiar e comunitária” (ALVES et al., 2018, p. 11).



Figuras 30-31: Comentário retirado de uma interação da agricultora de Solânea e foto retirada do perfil da agricultura de Magé.

Esta busca pelo olhar positivante do outro fica evidenciada nos seus relatos orais, na expectativa de que sejam notadas e valorizadas as suas contribuições para a agricultura familiar. A agricultora de Magé descreve que, além de postar para manter os familiares do Nordeste informados – já que se comunicam muito mais por Facebook que por telefone –, ela faz questão de compartilhar conteúdos relativos ao dia a dia da produção, para mostrar aos vizinhos que o que faz é importante:

E eu gosto muito que as coisas sejam vistas, assim, por exemplo, às vezes, eu posto muita coisa, eu sei que é vaidade minha, mas eu posto quando eu participo de um encontro desse. Tem muita gente que acha que eu só faço bobagem, entendeu? Tem gente que acha que eu não represento a agricultura familiar, tem gente que acha que eu não represento as mulheres. Quando tem um evento desses que eu posso mostrar, que eu estou aqui representando a agricultura familiar e as mulheres, eu gosto de postar.

[Digo que nas minhas explorações percebi que muitas pessoas comentam elogiando as fotos dela e pergunto como ela se sente em relação a isso]

Me incentiva muito. As pessoas que comentam o meu dia a dia é muito mais as pessoas da articulação ou minha família, que os próprios vizinhos.

[Então é uma forma de mostrar pra quem tá no entorno que o que você faz é importante?]

É isso aí! *Eu sempre posto tentando mostrar...* Principalmente quando posto as coisas da minha roça, da minha neta, porque eu tenho muita preocupação dos jovens que tão saindo da agricultura. Principalmente lá na nossa região, os jovens têm vergonha de dizer que eram agricultores. A maioria agora perdeu essa vergonha, eu digo mesmo, através de mim, porque eu comecei a postar essas coisas, aí eles começam a ver. Quando tem alguma entrevista lá no sítio eu convido eles pra participar. Eu faço questão, quando tem filmagem, dos jovens participarem. Principalmente uma jovem lá que não dizia que o pai dela era agricultor. E o pai dela é o maior agricultor lá na nossa região. E ela não dizia de jeito nenhum. Quando foi um dia, teve uma filmagem lá em casa, do “Matemática em Toda a Parte”, da TV Escola, aí eu levei no sítio do pai dela, pra ser gravado lá e gravou com ela. Desse dia pra cá, ela perdeu a vergonha

de dizer que era agricultora e que o pai dela é agricultor. Então eu tenho um grande orgulho quando eu posto alguma coisa, porque eles tão vendo que aquilo ali tem alguma coisa a ver com a gente, a ver com agricultura, que a agricultura tem valor, que agricultura é importante na nossa vida, que nós, sem a agricultura, não vivemos.

Caminham na mesma direção as afirmações das agricultoras de Solânea (PB) e do Alto Pindorama (PA), buscando dar visibilidade a suas ações no intuito de que as pessoas percebam o que estão fazendo, atribuam valorações positivas, se identifiquem nas imagens e textos que compartilham e compreendam que há uma luta compartilhada e que precisa ser fortalecida.

Eu sempre tô lá postando o que eu faço com meus filhos, com a minha família, e as coisas do movimento também, porque a luta ela não é só minha, mas é de um grupo, de uma região, de um estado, de uma comunidade. (...) Eu não tenho muita dimensão de até onde vai, mas, pra mim, o que importa é eu fazer aqueles que estão na minha página *perceberem* o que eu estou fazendo. A gente precisa compartilhar as coisas boas, seja na agricultura, seja na pesca, seja nas quebradeiras de coco, seja qualquer atividade que os povos tradicionais estejam fazendo, no nosso caso, dos agricultores familiares, é importante que o mundo saiba. Sendo coisas boas, é importante multiplicar para o mundo. (Agricultora de Solânea).

Eu mesma só gosto de postar aquilo que eu me sinto bem e que eu acho que vai fazer bem pra outras pessoas, tanto do que a gente está construindo em família quanto do que a gente está vivendo na comunidade. Eu gosto de postar essas coisas pra que as outras *peçoas saibam* que a gente tá fazendo... Muitas vezes a gente posta uma coisa que muitas pessoas que passaram por isso que a gente está postando hoje, curtem, vivenciam, dizem: ‘Ah eu me reconheço’, ‘Ah, eu fazia isso’. Então eu gosto de postar o meu trabalho. (Agricultora do Alto Pindorama-PA).

Interessante notar que as valorações “coisas boas” e “fazer bem”, que as agricultoras de Solânea e do Alto Pindorama atribuem aos trabalhos desenvolvidos, é uma constante nos perfis pesquisados. Apesar da intensa jornada, do acúmulo de afazeres que recai sobre estas mulheres, bem como da persistente desvalorização e invisibilização das suas atividades, em suas publicações o trabalho não é descrito como penoso, cansativo nem acompanhado de reclamações ou queixas.

A sistematização sobre os quintais produtivos⁵⁹ construída pelo GT Mulheres e com a participação de quase 300 agricultoras, em quatro regiões do país, evidenciou, por

⁵⁹ O projeto “Os quintais das mulheres e a caderneta agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”, resultante da parceria entre a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e a Universidade Federal de Viçosa, em articulação com ações do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da também extinta Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais.

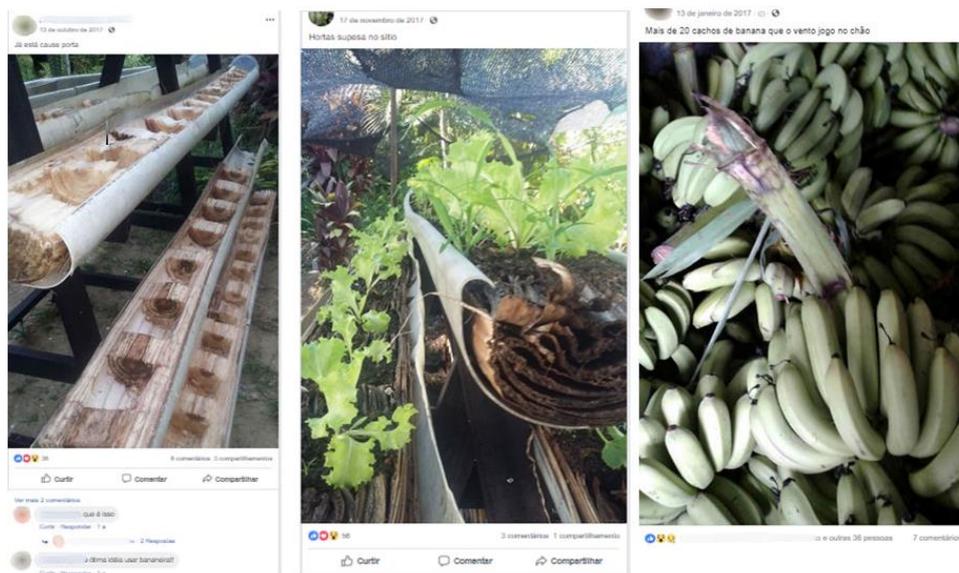
exemplo, disputas em torno do quintal, trazendo relatos de agricultoras de que o espaço de produção das mulheres é o menos privilegiado e localizado de maneira marginal na unidade de produção; de que, ainda gerando renda, os quintais são vistos como “produção ‘pro gasto’ da família” e “não são valorizados como espaços produtivos e rentáveis, pouco ou nenhum investimento é realizado”. Além da desconsideração de suas contribuições, algumas mulheres evidenciaram formas de destruição dos seus trabalhos pelos maridos: “Meu marido começou a perceber que vinha muita gente na cerca pedir, comprar e até trocar produtos com as coisas da minha horta, ele não gostava e destruiu os canteiros”; “Meu marido disse que eu não tenho tempo de ficar capinando a horta e colocou veneno” (ALVES et al., 2018, p. 12).

Não percebemos nos *posts* das agricultoras indícios de problematização destas realidades ou de outras formas de violências no contexto intrafamiliar, pelo contrário, os conteúdos que compartilham iluminam de forma positiva a esfera da reprodução e da produção agroecológica, dando visibilidade ao conjunto de atividades realizadas no dia a dia.

Tomando como referência o perfil da agricultora de Magé, percebemos que circulam fotos de mudas, flores, frutas, verduras, legumes, colheitas diversas e o processo de beneficiamento na cozinha... Inúmeras imagens relacionadas ao dia a dia da sua produção não só nas experimentações no sítio Santa Bárbara, mas também na cozinha produtiva. Exemplos como os da fabricação das hortas suspensas, representados abaixo (imagens 32 e 33), mostram a criatividade no aproveitamento dos bens disponíveis e tiveram reverberações muito positivas na rede: “Ótima ideia usar bananeira”; “Continue mostrando o desenvolvimento”; “Quero ver o resultado, querida”, “Nossa e eu sem saber o que fazer com as minhas”, são alguns dos comentários recebidos.

As dificuldades enfrentadas no trato da produção também são expostas na rede, assim como as soluções que ela constroi diante desses desafios. Na imagem 34, pode-se ver um relato sobre a queda dos cachos de banana por conta do vento, bem como o aproveitamento que ela fez do alimento, diante do ocorrido. “Talvez precise dar um manejo nestas bananas... Não foi a primeira vez hein? Plantá-las na técnica do Ernst para se firmarem melhor”, “ fazer biomassa de banana verde”, recomendam os usuários. “Eu

vou aproveitar todos com a farinha e as bananadas sem açúcar”, “Eu já comecei a fazer o manejo, mas são muitos pés. Está difícil de manejar todos”, ela responde.



Figuras 32-34, retiradas do perfil da agricultora de Magé: Exemplos de como a agricultora vai experimentando, criativamente, formas de manejo e respondendo às intempéries e desafios produtivos cotidianos, no caso, no aproveitamento das bananeiras para sementeira e das bananas derrubadas pelo vento.

Muitas postagens compartilhadas pela agricultora têm teor informativo e evidenciam que sua prática cotidiana de produção de alimentos saudáveis está ligada a conexões mais amplas da luta pela garantia da segurança alimentar e nutricional, à resistência da agricultura agroecológica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro diante da expansão urbana, da especulação imobiliária, do manto da invisibilidade⁶⁰, além das disputas com o agronegócio. Podem ser vistos, por exemplo, *posts* sobre curso de manejo e podas de sistemas agroflorestais avançados; dicas de como ter uma horta orgânica em casa; sobre a reutilização de garrafa PET para artesanato; vídeos com inovações tecnológicas e científicas que tratam desde a transformação de resíduos orgânicos em gás de cozinha, até a mobilidade urbana em uma cidade do futuro. Vídeos diversos sobre a necessidade de democratização da alimentação saudável; desmistificando que alimentos orgânicos são mais caros; tratando da importância de implementação de políticas públicas para diminuição dos preços dos alimentos sem agrotóxicos; explicando porque orgânico

⁶⁰ Os termos aqui usados fazem referência direta ao documentário “Agricultura mora em mim: A face invisível das cidades”, disponível em: < <https://vimeo.com/55602335> >.

é melhor; alertando para os riscos dos conservantes nos sucos convencionais para a saúde humana; sobre a fome no mundo.



Figuras 35-36: Um dos vídeos de maior repercussão divulgados no perfil da agricultora, desmistificando fatos sobre a agroecologia, e vídeo do Tedx tratando da democratização da alimentação saudável.

Tais conexões mais amplas também são observadas nas menções em conteúdos e compartilhamentos feitos por outros usuários no perfil da agricultora. Ela aparece marcada, por exemplo, em postagens sobre feiras agroecológicas, filmes sobre agroecologia e produção orgânica, atividades formativas relacionadas à agroecologia e a políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Reverberam também para a rede diálogos iniciados presencialmente e que geram conversações sobre o fazer agroecológico. Um desses exemplos é a postagem do dia 13 de julho, na qual uma usuária pergunta: “D.[nome], cadê o artigo do INCA falando que agrotóxico é cancerígeno e que durante um ano as pessoas ingerem cerca de 5 litros de agrotóxicos? Fiquei curiosa e assustada!”



Figuras 37-38: Conversação no perfil da agricultora de Magé, gerada a partir de uma interação presencial transportada para o Facebook.

Tomando como referência o perfil da agricultora de Solânea, percebemos que são compartilhadas inúmeras imagens do seu roçado, dos ciclos de plantio e colheita. As fotografias e legendas dão visibilidade ao trabalho em família, aos mutirões, à doação de alimentos entre agricultoras/es e reforçam os vínculos de solidariedade e partilha presentes na sua realidade social.

A dimensão da religiosidade é bastante expressiva na compreensão de mundo da agricultora e reiterada constantemente na apresentação dos seus trabalhos. Não só os bens naturais são enunciados como bênção de Deus – a “mãe terra”, as “sementes da paixão” (sementes crioulas), e sobretudo a água, em uma realidade de convivência com o semiárido, mas também há pedidos constantes de que a graça divina faça frutificar os esforços empreendidos, agradecimentos e rituais religiosos por essas colheitas.

 está se sentindo feliz com  28 de maio de 2017

Na manhã de hoje...recebendo as bênçãos de Deus "chuvinha" e no trabalho...mutirão no viveiro...enchendo saquinhos pra produzir mudas.



198 17 comentários 1 compartilhamento

Curtir Comentar Compartilhar

Ver mais 13 comentários

 Eita q farra boa em prima
Curtir · Responder · 1 a

 está se sentindo alegre. 22 de maio de 2017

De hoje no final da tarde, uma visitinha ao meu abençoado roçado, cortando maniva, vendo meu feijão na flor...tudo muito lindo com direito ao pôr do sol e tudo! Obrigada Senhor.



153 13 comentários 1 compartilhamento

Curtir Comentar Compartilhar

Ver mais 9 comentários

 parabéns !! Que boas lembranças você é uma guerreira
Curtir · Responder · 1 a

 FICO FELIZ LEMBRO QUANDO EU MORAVA AI PERTINHO
Curtir · Responder · 1 a

 está se sentindo agradecida. 19 de abril de 2017

De ontem à tarde com elas no meu roçado plantando feijão, maniva...agora está nas mãos do Senhor.



148 12 comentários

Curtir Comentar Compartilhar

Ver mais 8 comentários

 a que horas mulher, depois do curso de beneficiamento

 está se sentindo agradecida com  29 de maio de 2017

Ainda não é do meu roçado, mais a solidariedade nos faz saborear as delicias da Mãe Terra. obg



165 26 comentários 2 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Ver mais 22 comentários

 vc está fazendo inveja né ? kkkkkkk
Que saudades oósses tempo bom de mais!!! aproveitar menta...
Bjs

 Eta que me lançado minha ócu

 9 de abril de 2017

Hoje cuidando da minha pequena criação:



131 3 comentários 1 compartilhamento

Curtir Comentar Compartilhar

 Essa galinha Na Paneia E Bom
Curtir · Responder · 1 a

 Linda
Curtir · Responder · 1 a

 É muito bom cuidar delas
Curtir · Responder · 1 a



Figuras 39-45, retiradas do perfil da agricultora de Solânea: São evidenciadas práticas e processos laborais realizados em família e em comunidade, acompanhados de emoções e qualificativos positivos pela agricultora.

Percebe-se que tais postagens recebem inúmeras reações e comentários elogiosos e, muitas vezes, saudosos por parte dos usuários com os quais a agricultora se relaciona. Além de aproximar os vínculos e legitimar o trabalho local feito pelas famílias agricultoras e suas organizações, tal composição valoriza os sujeitos e saberes envolvidos nas experiências de construção da agroecologia, reforçando o pertencimento local e a estima das agricultoras e agricultores. De acordo com Alexandre Pires, da Articulação do Semiárido Brasileiro, a comunicação é um fator determinante para mudar a visão que as pessoas têm do semiárido, que ocupa o imaginário de “lugar-problema”:

Quando se fala do semiárido nordestino o que vem à mente? Normalmente as pessoas respondem que o que vem à mente é a imagem do chão rachado, das pessoas famintas, da cabeça de gado, de animais mortos, de pessoas magras... Ou seja, normalmente, está associado a uma visão de um semiárido como lugar ruim, de pobreza, de miséria, de pouca sabedoria, de pouco conhecimento. (BRASIL DE FATO, 2019, s/p.)

Ao dar vida, sabor e cor à agroecologia no Facebook, a partir do seu trabalho cotidiano, as imagens da agricultora de Solânea contribuem para criar outros sentidos e significados para o seu território, disputando, no alcance do seu campo de atuação, os sentidos em torno da agroecologia e do semiárido.

Quando consideramos, por sua vez, as postagens do perfil da artesã do Grupo Produtivo, reparamos que são privilegiadas imagens das mulheres nos seus processos laborais, em íntima conexão com o projeto de vida dela:

Hoje faz dez anos de existência. O Grupo já faz parte da minha vida, não há diferença: é o meu trabalho, é onde eu me identifico, faço as minhas coisas, as minhas produções, o local onde eu recebo as pessoas. Quem me conhece, conhece o Grupo; está interligado. A gente gerou, mas não cortou o umbigo, como a gente fala (risos). É um projeto que faz parte da comunidade.

O trabalho coletivo das artesãs é constantemente associado a algumas ideias-força, com valores que sustentam suas ações, a partir de suas visões de mundo e dos horizontes de transformação social que propõem. Nas legendas são ressaltadas as qualidades dos produtos feitos artesanalmente, enfatizando que são “impossíveis de serem copiados”, que possuem não apenas uma dimensão técnica, mas afetiva e cuidadosa de quem o produz. Outras ideias que ganham destaque são *ecologia, sustentabilidade e responsabilidade ambiental*: nas campanhas de arrecadação de óleo para a produção de sabão ecológico e nas vendas do produto, por exemplo, a todo momento a ideia de consciência ecológica, de cooperação com o ambiente é afirmada; *de economia justa e solidária*, a partir de um paradigma que considera não apenas o lucro, mas privilegia relações respeitadas e justas na produção e comercialização, baseadas na solidariedade e mútua cooperação; *de promoção da igualdade de gênero e solidariedade entre mulheres*, com posicionamento explícito pela igualdade e contra a opressão, em um trabalho não só feito por mulheres, visando à autoestima e autonomia econômica delas, mas inspirado por expoentes feministas como Rosa Luxemburgo e Frida Kahlo; *de mudança* que já está em curso, que já é realidade, a partir do protagonismo feminino; *de preocupação com o futuro das juventudes e crianças*, destacando ambientes como rodas de conversa e reunião com estes públicos, e mensagens como: “Nossa arte faz florescer a resistência na juventude de luta pelo seus direitos...”; *de espiritualidade cristã*, englobando um projeto feminista feito por mulheres “de fé”; e de *valorização da identidade negra*, na produção e divulgação de bonecas negras, feitas por mulheres negras e periféricas, bem como na circulação de imagens de mulheres negras que inspiram a produção.

A produção de bonecas negras e a valorização da identidade negra têm estreita relação com as trajetórias de vida das artesãs do Grupo, com os modos de enfrentamento

das múltiplas estruturas de desigualdades que incidem sobre elas e com a ressignificação de suas experiências pessoais diante das faces perversas do racismo:

Dentro do grupo foi preciso que uma ONG viesse dar uma oficina aqui sobre bonecas negras e a gente foi descobrir porque tinha resistência... ‘Vamos fazer boneca negra?’, ‘Não, não, isso é feio’. E eu não entendia e achava que tinha que ter uma formação pra gente entender por quê dessa resistência das mulheres em produzir. Quando vê, foi revelação de cada mulher. Foi relatada a questão do racismo muito forte, uma dizia que ela foi gerada de um estupro e a mãe dela, quando descobriu que ela era negra, queria jogá-la fora... Menina, cada história cruel, que eu entendi o sentimento de resistência. Depois dessa formação, que caiu como uma luva, a gente se reconhece negra, a gente busca essa identidade dos nossos antepassados, antes de fazer a boneca, a gente busca a história. É desconstrução... A gente fez a Emília negra, a Frida também a gente faz, o povo acha que a gente tava ficando era doida. ‘Mas, gente, a criança tem que se ver na boneca, tem que ver que é parecida com ela’. A gente faz essa parte da comercialização por outro lado, não o que tá na moda; as nossas bonecas são muito diferentes das que a gente vê no mercado. Na feira o grupo faz esse diferencial, na exposição foi aprovado, na hora, porque ninguém faz as bonecas negras, por medo, talvez. ‘Ah, bruxinha?’, ‘Não, moça, essa é a boneca de pano. Você conhece alguém negra?’ A gente ainda tem que fazer isso, porque é forte. A partir da formação, a gente criou esse empoderamento da fala, de não só abaixar a cabeça, né? O grupo traz essa força, não só de eu falar, mas todas falarem...

Como expressado na legenda de uma imagem, “retalhos que transformam vidas”, não só são criadas as artes por essas mulheres, mas, a partir dos seus processos artesanais, são recriadas suas próprias realidades, a partir da permanente (re)construção de suas trajetórias. Os valores que emergem nas suas produções estão, assim, profundamente conectados com as experiências vividas e a afirmação da identidade dessas artesãs.

13 de fevereiro de 2017

PRODUCAO A TODO VAPOR...XALES, JOGO AMERICANO, CENTRO DE MESA...VEN NOVIDADE POR AI...AGUARDEM

Curtir Comentar

e outras 29 pessoas

18 de agosto de 2017 - Fortaleza

Bom dia...pra começar: doce de casca de melancia e bolo da casca de banana. BOM APETITE

Curtir Comentar

e outras 42 pessoas 16 comentários

27 de junho de 2017 - Fortaleza

Producao de hoje...Responsabilidade ambiental...SABAO ECOLOGICO

Curtir Comentar

e outras 33 pessoas 7 comentários

Parabéns querida esta aprovado
Curtir Responder 1 a

Gostou...que bom, divulgue
Curtir Responder 1 a

4 de agosto de 2017 - Fortaleza

QUALIDADE DE VIDA E DO BEM VIVER...SOMOS PRODIZIMOS E ARTE E CULTURA... O QUE

Curtir Comentar

e outras 39 pessoas 8 comentários

Ver mais 4 comentários

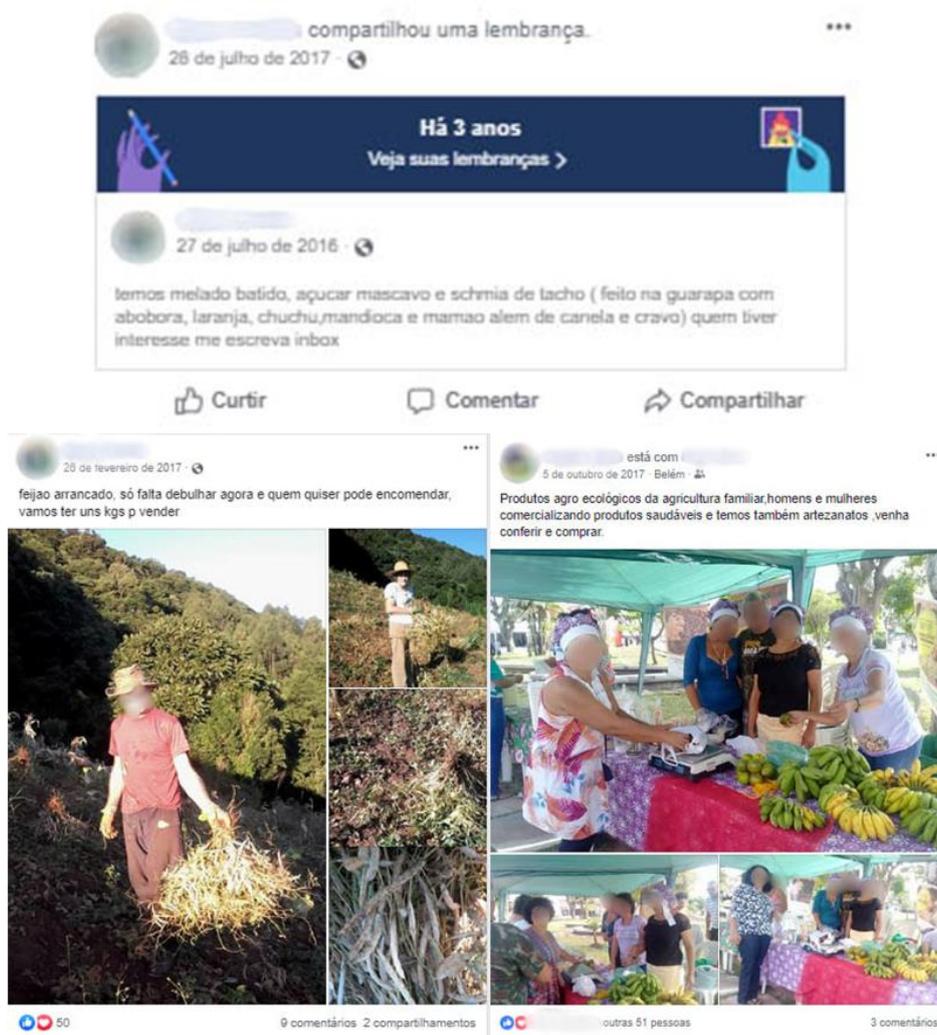
Gratidão seu relato nos motiva mas a lutar pela vida das mulheres
Curtir Responder 1 a



Figuras 46-51, retiradas do perfil da artesã: evidenciam valores presentes no cotidiano do grupo e afirmados pelos seus membros.

Além da perspectiva de valorização associada aos trabalhos, é evidenciada uma busca por ampliação das formas de comercialização das produções empreendidas por essas mulheres. Esta preocupação com a intensificação dos processos de comercialização e com a ampliação de sua autonomia econômica é expressa tanto nos relatos orais de algumas pesquisadas, quanto nas imagens que circulam em seus perfis, sendo a internet e o Facebook apontados como propulsores de suas vendas.

2.2.4 “É dia de feira, quem quiser pode chegar”



Figuras 52-53, retiradas do perfil da camponesa de São José do Cedro: “Temos melado batido, açúcar mascavo e schmia de tacho (feito na garapa com abobora, laranja, chuchu, mandioca e mamão, além de canela e cravo) quem tiver interesse me escreva inbox” e “Feijão arrancado, só falta debulhar agora e quem quiser encomendar, vamos ter uns kgs p vender”.

Figura 54, retirada do perfil da agricultora do Alto Pindorama (PA): “Produtos agroecológicos da agricultura familiar, homens e mulheres comercializando produtos saudáveis e temos também artesanatos, venha conferir e comprar.”

Durante as entrevistas presenciais, parte das agricultoras com que conversamos afirma que tem se desafiado a aprender a se comunicar na internet, “já que é esse o jeito que tem”; a “viver com a tecnologia” pra “fazer propaganda” do trabalho, para “ter mais freguês, aumentar a renda”. Aliado às listas de e-mail e aos grupos de *WhatsApp*, o Facebook tem se constituído como um espaço de visibilidade das vendas dessas sujeitas,

como uma “banca virtual” na qual são expostas suas produções individuais e coletivas, e compartilhadas imagens dos seus grupos produtivos e produtos.

Aparecem, com frequência, imagens produzidas no contexto das feiras agroecológicas, que são espaços estratégicos de venda direta aos consumidores; e de formação sobre políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciativas que têm contribuído para a ampliação de mercados, por meio de compras públicas. Nesses ambientes de comercialização, mas também de convívio social e de comunicação viva da agroecologia, a partir da riqueza da diversidade que as mulheres cultivam, elas visibilizam suas produções, ao mesmo tempo em que constroem um ambiente pedagógico de socialização de saberes e práticas e de valorização de suas culturas alimentares⁶¹. Se são nas hortas, jardins e quintais produtivos os ambientes nos quais têm maior liberdade de experimentação e decisão sobre o cultivo e manejo, sem a interferência direta dos maridos, são nas redes de interação com outras agricultoras e com outros públicos que elas podem expor, valorizar e também valorar suas produções.

Neste aprendizado na prática, em que muitas delas aventuram-se ao marketing digital sem saber lidar com as lógicas virtuais, recorrem a auxílios de outras familiares e colegas próximos, para efetivarem a comercialização, como relata a agricultora de Magé:

Eu tô meio grogue ainda. Só consigo entender mesmo aquilo que é mais prático como o Facebook, o Gmail e o WhatsApp, que eu entendo mais ou menos. Às vezes, eu fico enrolada, tenho que pedir auxílio. Eu peço ajuda pras meninas que trabalham comigo, que são bem antenadas, às vezes, peço pro meu filho, até minha neta, de cinco anos que, às vezes, me ajuda. Eu tenho um grupo que eu vendo e os pedidos vêm todos pelo Gmail. Às vezes, têm clientes que me pedem também pelo Gmail, tem o pessoal da faculdade, do Cefet. E nós temos também uma página no Facebook que é das cestas do sítio onde a gente tem as nossas cestas de orgânicos. Minhas filhas têm a senha e fazem tudo, elas só mandam o pedido pra mim.

⁶¹ “Na agricultura brasileira, as mulheres também são defensoras da cultura alimentar local e regional. As mãos que lavram a terra, insistindo nos frutos nativos, são as mesmas que transformam a colheita em doces, geleias, compotas e uma diversidade de preparações culinárias, tão enraizadas quanto o próprio alimento cultivado. Da terra à mesa, elas preservam o gosto do lugar por meio do paladar. Tais iniciativas reforçam a necessidade de valorizar, proteger, preservar, compartilhar os sabores regionais do país, como estratégia para fortalecer a identidade cultural frente às ameaças impostas pela homogeneização e simplificação do gosto, com hábitos construídos nas agências de marketing das indústrias alimentícias” (FBSSAN, 2015, s/p).

Já a agricultora de Barra do Turvo, no município de Adrianópolis (SP), diz ir à cidade apenas uma vez por mês de modo que, quando os pedidos pela internet já estão recebidos e organizados, precisar fazer arranjos para garantir as entregas: “Mando os produtos com ônibus, com outras pessoas, ou eu mesma vou à cidade entregar”, conta.

Não só estar na internet para divulgar suas produções, mas ter internet em casa tem se tornado necessidade para a agricultora, uma vez que o turismo rural é uma das suas fontes de renda e a falta de telefonia e de internet no sítio dificultam o acolhimento de visitantes. Caso queiram ou precisem acessar a internet, as/os turistas necessitam se deslocar para as *lan houses* da cidade. “Não tem sinal telefônico em muitos lugares, esse é o problema do sítio. Nem com fumaça (risos). A gente tá no meio de um matão. Não tem telefone fixo e é caro pra colocar telefone rural. Os planos de celular são caros.”

Considerando as publicações do Facebook, é possível perceber que, enquanto registros dos processos de comercialização são bastante evidentes no perfil da agricultora de Magé e artesã de Fortaleza, são menos profusos no perfil da camponesa de São José do Cedro. Por sua vez, nos perfis das agricultoras de Solânea e do Pará, que estão também no dia a dia institucional dos Sindicatos e de assistência técnica e extensão rural, a comercialização não emerge como um processo protagonizado por essas mulheres em suas unidades produtivas, mas aparece por meio da viabilização de ambientes de comercialização de outras agricultoras, por exemplo, nas feiras, e principalmente pelo registro de espaços de diálogo e formação dos quais participam, com agricultoras/es, representantes políticos e entidades públicas, a exemplo de reuniões sobre políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o crédito agrícola.



Figuras 55-56, retiradas do perfil da agricultora de Solânea: “Agora reunião com a Juventude Camponesa discutindo o FRS (Fundo Rotativo Solidário) de Pequenas Criações e a 4ª Feira Agroecológica e Cultural da Juventude do Campo” e “Nossa Primeira Oficina Nossa Municipal de “polpa de frutas” com representantes da feira agroecológica, mulheres e jovens...Aprendendo e Ensinando boas práticas para aproveitar nossa diversidade de alimentos e assim ter uma boa segurança alimentar e nutricional pra família. #valeuSTR #ValeuASPTA #ValeuPolodaBorborema”.

Figura 57, retirada do perfil da camponesa de São José do Cedro: “Por essas e outras barbaridades é que nós mulheres organizadas no MMC trabalhamos com a produção de alimentos saudáveis sem agroquímicos e demais sintéticos e tóxicos que envenenam o alimento. faça parte da nossa campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis, adquira alimentos produzidos pel@s camponesa/es dos quais você sabe a procedência”.

Tomando como referência imagens que circulam no perfil da agricultora de Magé, percebe-se que ela está inserida em diversos circuitos curtos de comercialização e são constantes fotos sinalizando sua participação nas mais diversas feiras semanais e esporádicas (como na Freguesia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em Paraty, Feira Agroecológica e Cultural na Ilha do Governador). Além das fotos feitas por ela mesma, a presença da agricultora é registrada nas fotos, vídeos e transmissões *online* produzidas pelas organizações, grupos e demais participantes que constroem esses espaços de comercialização. São vistas também interações das consumidoras/es no seu perfil, com dúvidas e afirmações como: “Necessito visitar essa cozinha”, “Como pode participar desta feira?”, “Qual o dia que você está na feira da Freguesia? Quero ir lá”.

Ela não só frequenta ambientes externos de comercialização, como também disponibiliza e divulga o sítio para visitaçao de diferentes grupos. São frequentes as visitas de intercâmbio na unidade produtiva, bem como são compartilhadas no seu perfil publicações da página do Sítio com as cestas de alimentos. Imagens exibem parte de suas produções, indicando que os itens estão à venda, assim como usuários tecem elogios sobre

as produções e consultam se tem este ou aquele produto (“Você tem açafão da terra? Estou precisando... Se tiver passo ai ...bjs”). Em outras imagens nota-se ainda que a Cozinha produtiva recebe formação sobre a viabilidade econômica dos seus empreendimentos: “Nosso professor maravilhoso que nos ensinou como fazer a formação de preços dos produtos”; “Curso de formação de preço dado por [nome] professor do Sebrae. Obrigado Idaco por nos ajudar” são alguns dos exemplos.



Figuras 58-61: Posts da agricultora de Magé que exemplificam como a dimensão da comercialização está presente no seu dia a dia e é transposta para o ambiente virtual, divulgando, por exemplo, a venda das cestas mensais dos seus produtos, as feiras agroecológicas e a venda direta, através do perfil.

Já tomando como referência a artesã do Grupo Produtivo, percebe-se que as dinâmicas de comercialização são permeadas por apelos mais indiretos, noutras com apelos mais diretos e propagandísticos. Como apelos indiretos podemos citar publicações em que são mostradas encomendas prontas com agradecimento à cliente que fez a solicitação dos artesanatos. A intenção de dar publicidade às peças é depreendida não apenas do fato de que o agradecimento poderia ser feito de forma pessoal/privada, mas também porque em algumas postagens outras possíveis consumidoras são marcadas, como um “chamariz” para a compra: “Olha aí, [fulana de tal]... É só escolher o tema, a cliente escolheu nas cores da sua cozinha”.

Percebe-se reciprocidade na interação por parte das consumidoras, que dão retorno sobre os produtos, comentando de forma elogiosa os trabalhos: “Ficou belíssimo”. Além disso, por vezes, clientes ou potenciais clientes utilizam o espaço para demandar a divulgação de outros produtos que têm interesse de conhecer: “Quero ver o jogo americano”, ou perguntam se há outros modelos das peças artesanais.

Outra forma indireta percebida é o suspense que se estabelece acerca das produções. Às vezes são mostradas peças ainda em construção, ou algo que está inspirando a concepção das peças: “Criações e Produções... Aguardem novidades...GRUPO PRODUTIVO [nome]”. Ao que clientes respondem que estarão aguardando, que estão muito curiosas, desejando bom trabalho e perguntando sobre prazos da produção.

Como apelos mais diretos, percebemos situações em que a pesquisada menciona nominalmente pessoas, solicitando doação de tecidos para as produções do grupo, e doação de brinquedos para as ações que realizam com crianças. Também são divulgados os locais e horários de vendas, convidando diretamente pessoas a participarem das feiras e bazares.

Cumpramos destacar que trabalho e autonomia econômica são dois importantes campos de atuação feminista, por se tratarem das dimensões da capacidade de autodeterminação das mulheres sobre suas próprias vidas. Como já mencionamos, em geral as atividades realizadas pelas mulheres nos quintais, hortas, pomares, não são consideradas trabalho e sim uma extensão das atividades domésticas e, por vezes, encontram-se inviabilizadas e não contabilizadas enquanto parte da economia das famílias.

2.2.5 “Família Nossa Base”

Ao observarmos os perfis das agricultoras, percebemos que as relações de parentesco estão profundamente presentes. A família apresenta-se como valor e constantemente os vínculos afetivos intrafamiliares são reiterados – a exemplo da visão da artesã de Fortaleza, para quem família é “lugar de vida...território de cura...palco do perdão...alegria e paz”. De modo geral, várias imagens e textos constituem a presença dos núcleos familiares e várias interações acontecem entre familiares.



Figura 62: *Post* retirado do perfil da agricultora de Solânea, em almoço em família.

Além do forte caráter de produção em família, sobressai o caráter de reunião e celebração da vida familiar, da partilha e da abundância, de valorização e agradecimento por esses vínculos sanguíneos. Felicitações, mensagens de agradecimento, homenagens em datas casuais e comemorativas como dia das mães, dia dos pais e Natal, bem como em aniversários são constantes nos perfis. Todas elas, mulheres mães, trazem forte nas imagens e textos as relações de cuidado familiar e orgulho de seus filhos.

Maria de Nazareth Wanderley (2000, p. 30) afirma que o espaço rural é construído socialmente pelos seus moradores em função de relações fundadas em laços de parentesco e de vizinhança, tanto ao nível da vida cotidiana quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, a exemplo dos nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, em relação ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa. “Este é, fundamentalmente, o ‘lugar’ da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes.”

De acordo com Silvestro (2001), é inexistente uma atividade econômica para a qual as relações familiares tenham tanta relevância quanto a agricultura, uma vez que, na maior parte da agricultura contemporânea, não existe separação entre negócio e família e o local de residência geralmente se confunde com o local de trabalho. São construídos nessa dinâmica não apenas os espaços de produção agrícola, mas os espaços sociais de

gênero, com suas hierarquias e desigualdades, uma vez que historicamente o campesinato se estruturou, dentre outros modos, a partir do controle masculino da organização do trabalho, da terra e da família (WOORTMANN, 1990).

Sabemos que um dos grandes campos de disputa das mulheres da agroecologia na busca da emancipação de suas vidas é a família, o que perpassa necessariamente a desnaturalização das relações intrafamiliares e o questionamento do “que é família para a agricultura familiar”. No Facebook, entretanto, foram raras as cenas de interpelação direta das idealizações de família e das desigualdades de poder expressadas no interior desse ambiente, o que nos leva a pensar como o caráter homofílico da rede pode contribuir para silenciamentos dos conflitos socialmente existentes, uma vez que parecem existir constrangimentos à exposição pública de problematizações envolvendo famílias.

Algumas exceções foram por nós registradas. Em uma imagem do bisneto, a agricultora de Magé desabafa: “Este meu bisneto é muito lindo e esperto, mas não fala do pai. Ele não ajuda a cuidar, precisa ficar mais perto dele”. Tentamos recuperar a postagem de diversos modos, mas não conseguimos, o que nos leva a pensar que, apesar da exposição pública da situação, a agricultora apagou ou editou o *post*.

Como podem ser vistas nas imagens abaixo, no perfil da agricultora de Solânea foi compartilhado um *post* sobre a campanha “Pela Justa Divisão do Trabalho Doméstico”, e no perfil da agricultora do Alto Pindorama foi compartilhada uma frase desencorajando pais a obrigarem crianças a amar parentes distantes.

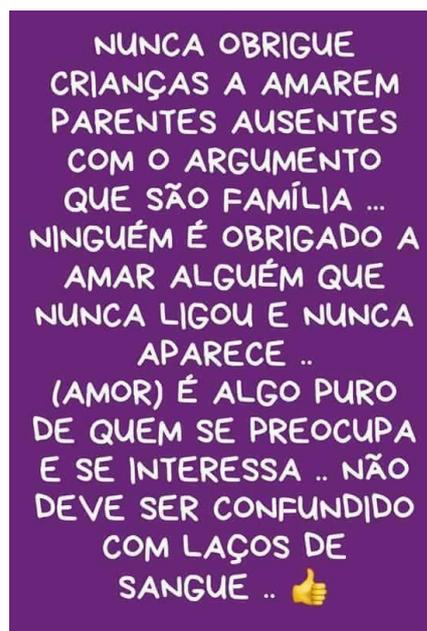


Figura 63: “O trabalho doméstico e de cuidados é algo que necessita ser tratado enquanto responsabilidades de homens e mulheres, apontando a necessidade de discutir com toda a sociedade sua origem e consequências na vida das mulheres. Direitos são para mulheres e homens, responsabilidades também! #pelajustadivisao #divisaodotrabalhodomestico”;

Figura 64, retirada do perfil da agricultora do Alto Pindorama: “Nunca obrigue crianças a amarem parentes ausentes com o argumento que são família... Ninguém é obrigado a amar alguém que nunca ligou e nunca aparece.. (Amor) é algo puro de quem se preocupa e se interessa.. Não deve ser confundido com laços de sangue.

Se por um lado o ambiente não favorece a exposição do conflito familiar, por outro percebemos a reprodução de alguns discursos que reforçam os estereótipos de gênero e a afirmação da maternidade como símbolo de um ideal de realização feminina. Em uma postagem, uma agricultora compartilha a música “Lei Maria da Penha”, de Smell Soares, que se inicia assim: “Atenção mulher: você só apanha em casa se quiser. Hoje já existe a Lei Maria da Penha. Aprenda a se defender.”, em uma responsabilização da mulher pela violência doméstica sofrida.

Em outra ocasião, uma agricultora e diversas outras mulheres são mencionadas por um usuário em uma foto com copos rosa e azul, com a marca do empreendimento dele e com a seguinte legenda: “Atenção, mulheres, vocês já podem vir lavar seus veículos na [nome da empresa]. Chegaram os copos rosa”. A agricultora não interage com a postagem, que recebeu entre as reações “amei” e “surpresa”, com comentários como “muito da hora, tenho que passar por aí”, “eu quero o meu”, “que legal”.

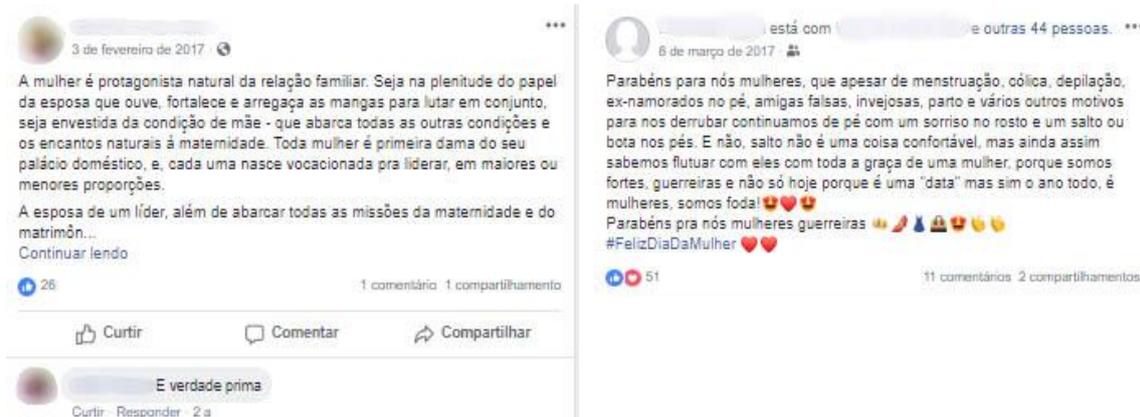


Figura 65: “A mulher é protagonista natural da relação familiar. Seja na plenitude do papel da esposa que ouve, fortalece e arregaça as mangas para lutar em conjunto, seja investida da condição de mãe – que abarca todas as outras condições e os encantos naturais à maternidade. Toda mulher é primeira dama do seu palácio doméstico, e, cada uma nasce vocacionada pra liderar, em maiores ou menores proporções. A esposa de um líder, além de abarcar todas as missões da maternidade e do matrimônio é a todo tempo uma militante. Casou com um homem e com uma causa. Dividiu o companheiro com a história e viu os filhos gozarem das ausências sentidas e das presenças efêmeras entre e um e outro movimento da história.” Fragmentos do texto de Mariana Teles, quando do falecimento de Marisa Letícia, e compartilhado por uma agricultora.

Figura 66: Marcação de uma pesquisada em postagem, com a descrição: “Parabéns para nós mulheres, que apesar de menstruação, cólica, depilação, ex-namorados no pé, amigas falsas, invejosas, parto e vários outros motivos para nos derrubar continuamos de pé com um sorriso no rosto e um salto ou bota nos pés. E não, salto não é uma coisa confortável, mas ainda assim sabemos flutuar com eles com toda a graça de uma mulher, porque somos fortes, guerreiras e não só hoje porque é uma "data" mas sim o ano todo, é mulheres, somos foda! Parabéns pra nós mulheres guerreiras. #FelizDiaDaMulher”

O essencialismo em torno da imagem da mulher pode ser visto nos *posts* acima e exemplifica discursos que circulam na vida social e que concebem gênero como essência natural, pré-determinada biologicamente, a-histórica, desconsiderando como as identidades são engendradas no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes (SCOTT, 1998).

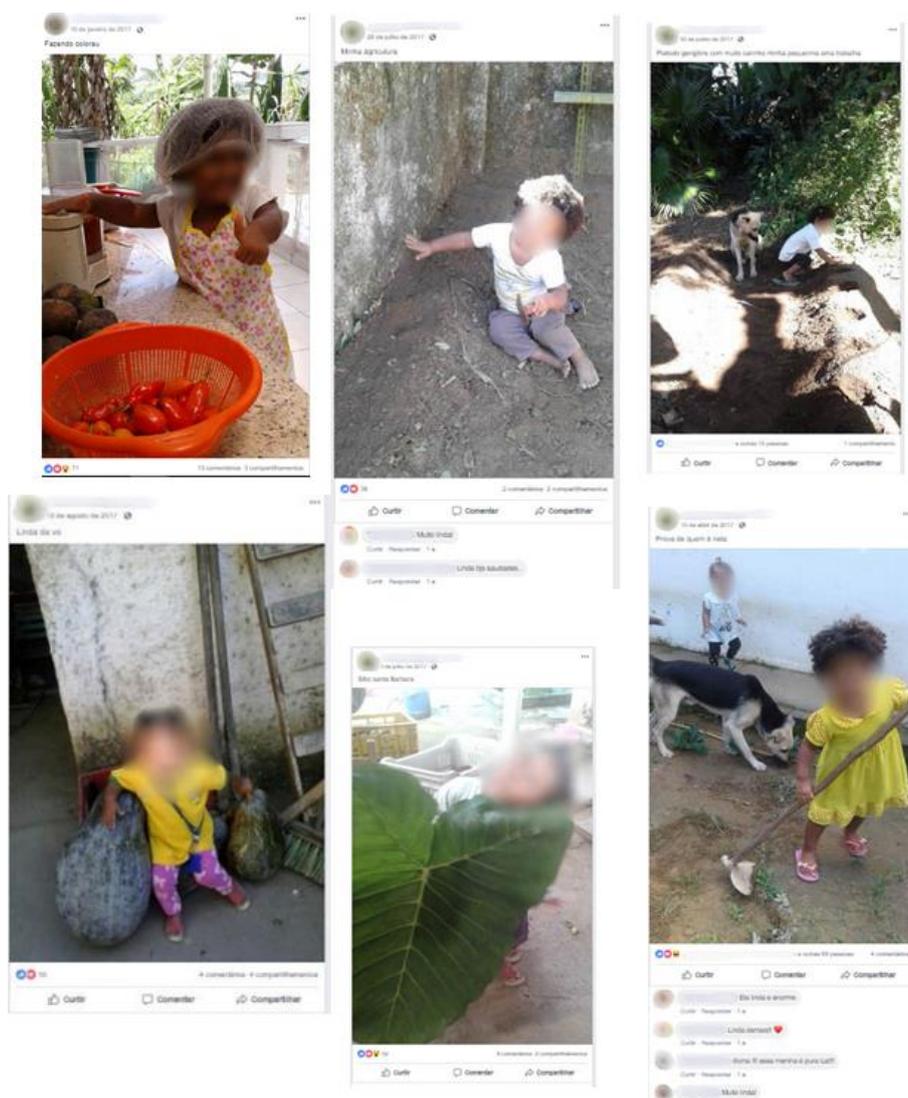
Outro aspecto que chama atenção, quando se considera como as relações familiares são expressadas no Facebook, é a projeção da experiência das mulheres adultas para as crianças, com a expectativa de continuidade das práticas rurais e artesanais. No caso da artesã do Grupo produtivo, a filha figura não só como alguém que inspira o trabalho, mas como alguém que herda o gosto pelo artesanato. Em um *post*, a menina é descrita como: “Nossa modelo do [nome do grupo]/ Na caminhada da arte... Adora um pedaço de retalho..”.



Figuras 67-68: Prints retirados dos *posts* da artesã de Fortaleza

Já no perfil da agricultora de Magé, várias imagens mostram a inserção da neta dela nos espaços de organização das mulheres, convivendo entre as dinâmicas dos grupos feministas e agroecológicos, figurando várias vezes como aprendiz e possível sucessora de suas práticas, como uma “futura agricultora”. Há não só nas imagens reproduzidas, mas também nos discursos que as acompanham, uma iniciação da criança nas atividades agrícolas e uma projeção de sua experiência na agricultura. São recorrentes fotos da criança com instrumentos como enxada, pá, touca na cabeça, na horta, na cozinha, na água, plantando ou exibindo os frutos da terra. “Plantando gengibre com muito carinho. Minha pequena ama trabalhar”, “Essa é agricultura” são algumas das legendas. Os usuários reagem não só enaltecendo a criança, mas fazendo previsões sobre sua trajetória: “Será uma grande agente da ecologia e sustentabilidade”.

De acordo com Wanderley (1996), um dos principais eixos da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a perspectiva de que os investimentos materiais e de trabalho feitos pela geração atual sejam transmitidos à geração seguinte, garantindo condições de sua sobrevivência. As estratégias familiares de construção do patrimônio fundiário, a distribuição e intensidade de trabalho dos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, as associações informais entre parentes e vizinhos, entre outros arranjos são fortemente orientados para a promoção, a médio ou longo prazo, de sucessão entre gerações.



Figuras 69-74: Retiradas do perfil da agricultora de Magé exemplificam a interação da neta com a natureza e as atividades agrícolas.

2.2.6 “Feminismos, Resistência e Fé”

A NÓS MULHERES.

Olhando para a realidade
 Fico meio assustada
 Com tanta modernidade
 A população sempre atrasada.

Como tudo mudou
 Será que temos saída?
 Estamos virando robô
 Querem manipular a vida.

Tanta chuva e tanta seca
Do frio ao extremo calor
Deslizamentos e furacões
Quanta morte quanta dor.

Tudo no mundo mudando
Tá difícil de entender
O capitalismo avançando
A vida faz desaparecer.

A você quero perguntar
O que vamos fazer?
Temos que nos organizar
E esse sistema vencer.

Ser mulher e camponesa
Feminista e socialista
Estudar e entender a natureza
Acabar com a opressão machista.

Decidir sobre o corpo e a vida
Nos direitos avançar
Para os problemas a saída
Juntas vamos buscar.
Cuidar da biodiversidade
Plantar alimentos diversos
Para buscar a liberdade
Não podemos estar dispersas.

Escolher o que plantar
Para muitos alimentos ter
As sementes recuperar
A fome e a miséria vencer.

Estudar participar e decidir
Se a mulher se organizar
Novo projeto irá construir
E o machismo vai derrotar.

Do nosso jeito de mulher
O socialismo vai buscar
Plantar, organizar e viver
Na certeza da vitória chegar

(Poesia de autoria da camponesa de São José do Cedro, publicada originalmente no Facebook no dia 16 de julho de 2017)

O feminismo é uma coisa muito importante na nossa vida, principalmente porque as mulheres são muito rejeitadas, né, e quando nós empoderamos o

nosso feminismo, *nós começamos a empoderar que nós somos gente também*, que nós temos os mesmos direitos que os homens têm. E dentro da agroecologia, graças a Deus, a gente tá conseguindo fazer com que as mulheres se representem e sejam representadas, sejam mulheres que são reconhecidas e que possam dizer: ‘Eu sou mulher, eu tenho o meu direito’ (Agricultora de Magé).

“Empoderando-se que são gente também” as mulheres têm construído perspectivas feministas transversais em relação a todos os eixos temáticos que aqui estamos evidenciando, entretanto cabe destacar um olhar específico para as expressões dos feminismos que encontramos nos perfis das sujeitas pesquisadas.

Nota-se, em todos os perfis, a reconstituição dos processos auto-organizados que essas mulheres constroem na vida social: reuniões, encontros, produções, feiras, visitas de intercâmbio, viagens, protestos, atividades formativas, culturais e de lazer, calendários de lutas recheados de mobilizações e homenagens a outras mulheres em datas celebrativas como dia das mães, aniversário... Enfim, práticas plurais, estratégias de atuação e afetos tecidos no dia a dia dos movimentos locais, estaduais e nacionais das mulheres.

Neste movimento de lançar luz aos seus processos organizativos, essas sujeitas vão reforçando seus vínculos de solidariedade e partilha no ambiente virtual, interagindo e constantemente fortalecendo a importância de suas dinâmicas específicas e o componente sociopolítico da agroecologia e dos feminismos⁶². Como lembra Moreno (2016), a auto-organização é uma estratégia para fortalecer as mulheres enquanto sujeitos políticos, ao permitir trocas que geram o reconhecimento das mulheres enquanto mulheres, a identificação de problemas compartilhados, e a definição das prioridades de reivindicações e demandas, e dos caminhos e resistências para alcançá-las.

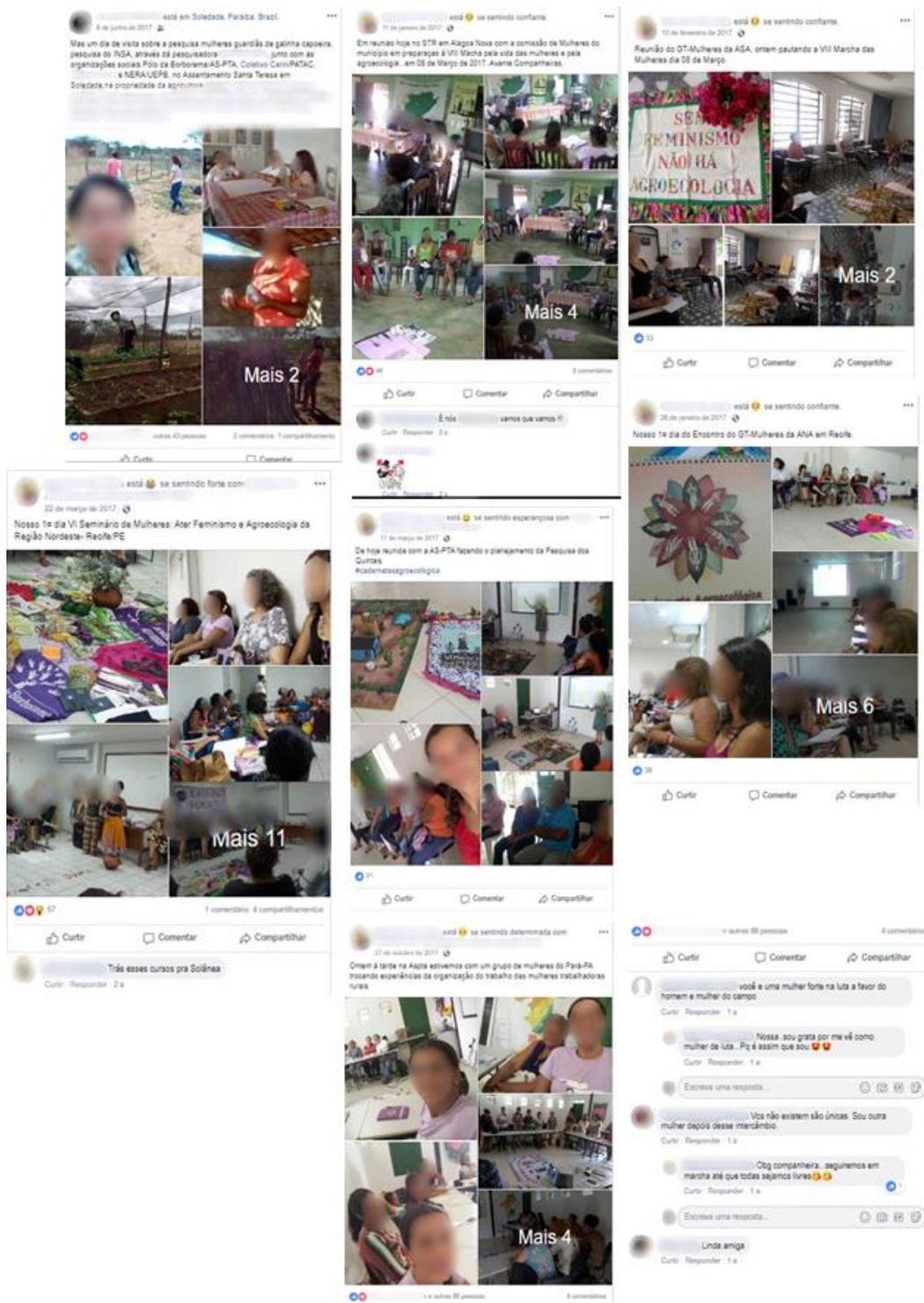
⁶² Ganham vida, por exemplo, múltiplas instâncias de organização das mulheres como as comissões de mulheres dos sindicatos, o GT de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), o GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, o Fórum Cearense de Mulheres, a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas, o GT Mulheres da Articulação do Semiárido; bem como as metodologias político-pedagógicas e agendas construídas nesses ambientes, a exemplo dos trabalhos nos quintais, das Cadernetas Agroecológicas, e de atividades específicas na execução de políticas públicas como a ATER Agroecologia (Assistência Técnica e Extensão Rural).



Figuras 75-77: Retiradas do perfil da agricultora de Salinópolis (PA) exemplificam atividades sindicais que tematizam a vida das mulheres e suas lutas específicas.

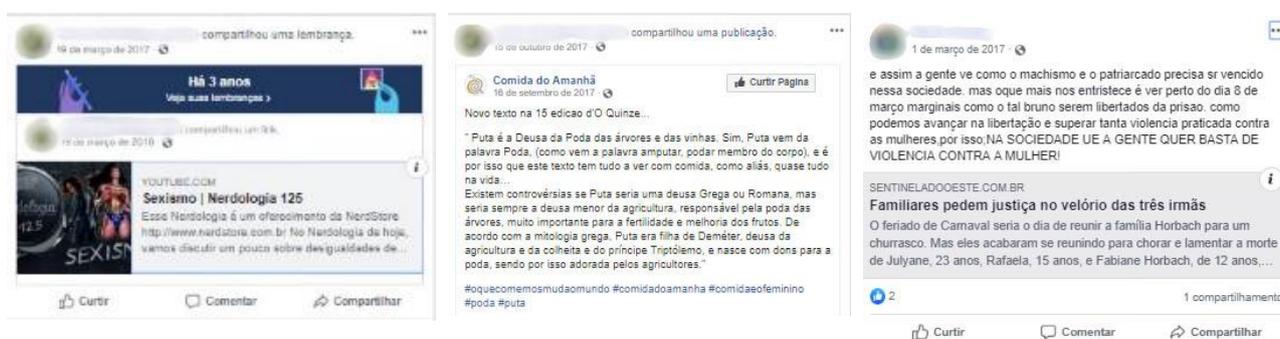
Quando analisamos os perfis das agricultoras do Alto Pindorama (PA) e de Solânea (PB), por exemplo, percebemos tematizações ligadas ao trabalho específico com mulheres no cotidiano das organizações que integram. Seminário regional tratando dos “Desafios da mulher na sociedade atual: a luta contra o racismo e a violência doméstica”; audiência pública sobre feminicídio; oficina sobre organização produtiva e construção da agroecologia pelas mulheres rurais da região norte; e reunião do coletivo regional de mulheres foram algumas das atividades registradas pela agricultora do Pará.

Já a agricultora de Solânea, além de fazer postagens sobre as diversas atividades específicas para mulheres rurais atendidas pelo Sindicato e pela AS-PTA, tematiza também a participação dela e de outras agricultoras na construção do conhecimento agroecológico, na interação com pesquisas e em palestras em instituições de ensino. Outros destaques foram os encontros preparatórios e a culminância da oitava edição da “Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia” – que anualmente mobiliza em torno de cinco mil mulheres no 8 de março e é realizada pelo Polo Sindical da Borborema, com apoio da AS-PTA –, e que trouxe como grandes pautas em 2017 o fim da cultura do estupro e a luta contra a Reforma da Previdência defendida por Michel Temer (PMDB), por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016.



Figuras 78-86: Posts retirados do perfil da agricultora de Solânea, relacionados à auto-organização das mulheres. Na descrição da primeira imagem, se lê: “Mais um dia de visita sobre a pesquisa mulheres guardiãs de galinha capoeira, pesquisa do INSA, através da pesquisadora [nome], junto com as organizações sociais Polo da Borborema/AS-PTA, Coletivo Cariri/PATAC, Casaco Cariri e NERA/UEPB, no Assentamento Santa Teresa em Soledade, na propriedade da agricultora [nome].”

Por sua vez, nos perfis da agricultora de Magé e da camponesa de São José do Cedro, além do feminismo enquanto experiência vivida no cotidiano do movimento agroecológico, são percebidas tematizações do feminismo também por meio de reflexões teóricas e conceituais. Encontramos vídeo explicando o que é sexismo; a poesia de Rose Kareemi Ponce “Chamam de Bruxa”; texto ressignificando a palavra puta; questionando a chamada “cura gay”; e a hipocrisia em torno do aborto, em um contexto de avanço do conservadorismo no país. Já no perfil do Grupo de artesãs, evidencia-se que o trabalho artesanal é influenciado por Frida Kahlo e Rosa Luxemburgo, e há postagens com frases inspiradoras destas mulheres. Além disso, o feminismo recorrentemente aparece como conceito e prática associada à “resistência” e à “fé” das artesãs, que evidenciam a Diaconia como parceira constante na formação e nas ações do grupo.



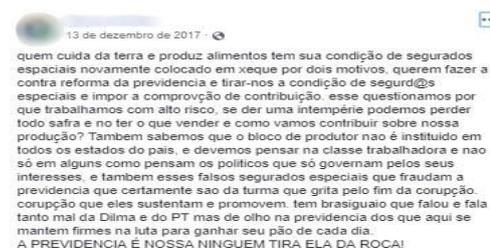
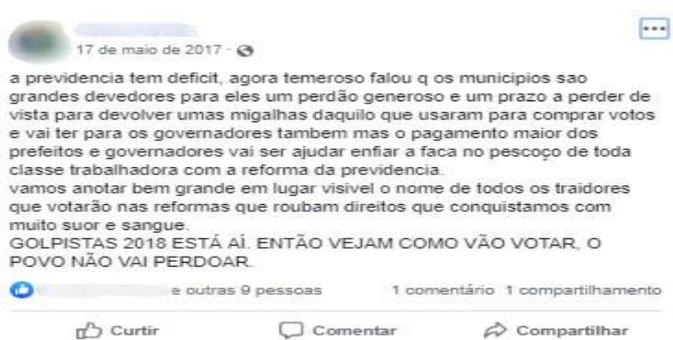


Imagens 87-102: Seleção de *posts* retirados dos perfis da agricultora de Magé, da camponesa de São José do Cedro e da artesã de Fortaleza, trazendo a perspectiva feminista dessas mulheres.

Em consonância com as agendas de lutas dos movimentos sociais e das centrais sindicais, as mobilizações contra a reforma da previdência, #ForaTemer e por #NenhumDireitoaMenos foram também tematizadas por todas as mulheres pesquisadas, a partir de diferentes modos. Sob os mais diversos formatos e linguagens – conteúdos de humor, memes, paródias, exposição pública de parlamentares a favor da PEC 287/2016, protestos, marchas, programas de rádio, filtros de perfil (“A previdência é nossa, ninguém tira ela da roça”), greves de fome, poesias – as mulheres se posicionaram fortemente contra a reforma, abraçando a pauta nas principais mobilizações de seu calendário de lutas, e compartilharam inúmeras publicações com o intuito de informar a população sobre os retrocessos sociais implicados na PEC e de convocar as pessoas a se engajarem contra o projeto⁶³.

⁶³ No perfil da agricultora de Solânea, aparecem várias divulgações e chamamentos à mobilização contra a Reforma, tais como: “Plenária dos Rurais da CUT-Pb em Lagoa Seca..Refletindo nosso enfrentamento e mobilização #Contra a Reforma da Previdência”; “Eu tenho direito de me aposentar..Vamos à luta mulheres agricultoras. sou contra a reforma da previdência e você?”; “Campanha contra a Reforma da Previdência. Esquerda e movimentos sociais começam a se unir....e você tá esperando o que aí parado@ venha e junte-se a nós.”; “É nós também somos contra essa Reforma da Morte.”; “Policiais federais, militares e civies invadem congresso em Brasília contra a Reforma da Previdência”; “Dia 17/02 na Luta Contra a Reforma da Previdência nenhum direito a menos João Pessoa”; “Com a criatividade do povo brasileiro...A verdade aparece.”; “Ontem e hoje passando nas rádios: correio FM, Solânea FM e Integração do Brejo AM para convidar toda sociedade para o Ato Público contra a Reforma da Previdência e outros nesta sexta 28/04. venha participar vc também fora temer nenhum direito a menos”.

Sempre vigilante estamos
Dos direitos não descuidamos
Os deputados observamos
Seus gestos corruptos anotamos
Na próxima eleição os julgamos
Quero ver sua cara de panos
Nossos votos não damos
Aos detestáveis fulanos
Sois covardes e tiranos
Do povo direitos roubando
Suas mãos em nosso dinheiro lançando
De olho em vocês estamos
Ao povo os denunciemos
Sua cara ta se manchando
Se nossa previdência quer ir tirando
E trabalhadores na sarjeta jogando
Nossa arma estamos apontando
A mira não vamos descuidando
Votou contra nós vai se lascando
Eleição no próximo ano
Seu voto não vai dando
Se cata seu fulano
Trabalhador está cansando
Conforme a nota o troco vai dando
E você duvida? Vai se cuidando
Que ainda somos bons e estamos te avisando
A previdência é nossa
E ninguém pode dela se apropriando
(Poesia da camponesa de São José do Cedro)



Figuras 103-106: Posts retirados do perfil da camponesa de São José do Cedro em posicionamento contrário à Reforma da Previdência.

Apesar de não se tratar de um ativismo *on-line* orquestrado entre essas mulheres, percebe-se que, desde seus territórios e movimentos específicos, todas as integrantes dessa pesquisa construíram mobilizações contra a PEC 287 e buscaram convocar os usuários do Facebook a se engajarem nesta luta. Mostram também que, com um olhar sobre o agravamento das desigualdades de gênero a partir da proposta de Reforma da Previdência⁶⁴, e incorporando outras tematizações específicas – a exemplo do combate ao racismo, ao feminicídio e outras violências contra as mulheres –, o calendário de luta

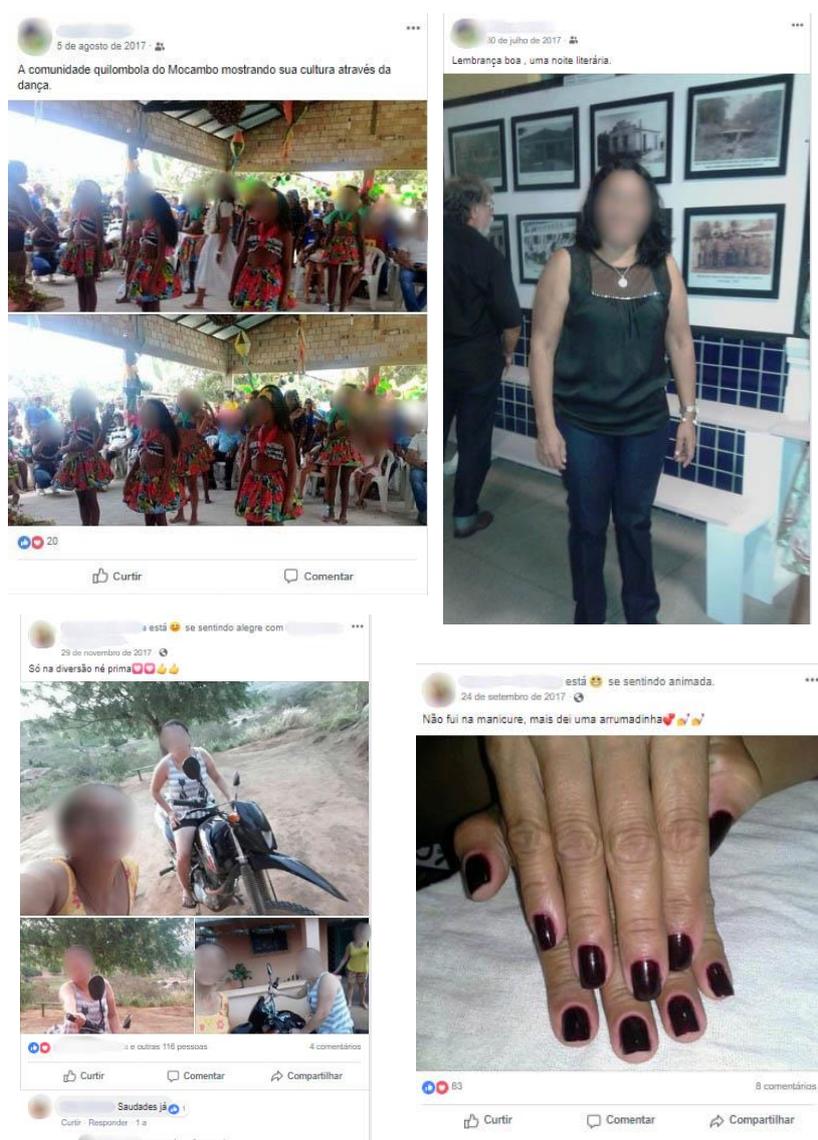
⁶⁴ A síntese dessas desigualdades pode ser consultada, entre outras fontes, na Nota Técnica 171/2017, “As mulheres na mira da reforma da Previdência”, produzida pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec171MulherPrevidencia.pdf>>. Acesso jun.2019

feminista e agroecológico brasileiro esteve alinhado à defesa mais ampla de direitos, assumindo em suas principais mobilizações nacionais o mote por “Nenhum Direito a Menos”, diante dos retrocessos sociais.

2.2.7 “Cuidar de si, cuidar do outro, cuidar da vida”

Além dos registros das dinâmicas organizativas, das ações no espaço público e do compartilhamento de conteúdos diversos sob a perspectiva específica das mulheres, as sujeitas pesquisadas dão a ver, nas suas imagens, o componente cultural e de lazer de suas construções coletivas. Compartilham fotos de noites culturais, intercâmbios e momentos educativos de lazer que revelam paisagens visitadas, afetos partilhados e possibilidades de descanso e autocuidado.

Ao nos depararmos com as imagens das agricultoras em cidades e estados distantes; dizendo que estão saindo para jantar com outras mulheres; “ostentando” em cima de uma moto; pintando as unhas; fazendo *selfies* em ambientes de diversão, como nos forrós, nos perguntamos se essas cenas seriam registros “menos” políticos ou dissociados das postagens com fotos de atividades formativas e de trabalho, em marchas ou protestos. Diante das faces desumanizadoras de uma rotina sobrecarregada, em que o autocuidado é relegado a último plano; e em contextos de privação e controle masculino, em que o lazer é quase inexistente, e a saída de casa para a participação social é um vetor de conflito e enfrentamento com maridos e filhos, parece-nos especialmente importante que essas imagens emerjam e sejam reafirmadas por essas mulheres.



Figuras 107-108, retiradas do perfil da agricultora de Alto Pindorama: “A comunidade quilombola do Mocambo mostrando sua cultura através da dança” e “Lembrança boa, uma noite literária”.

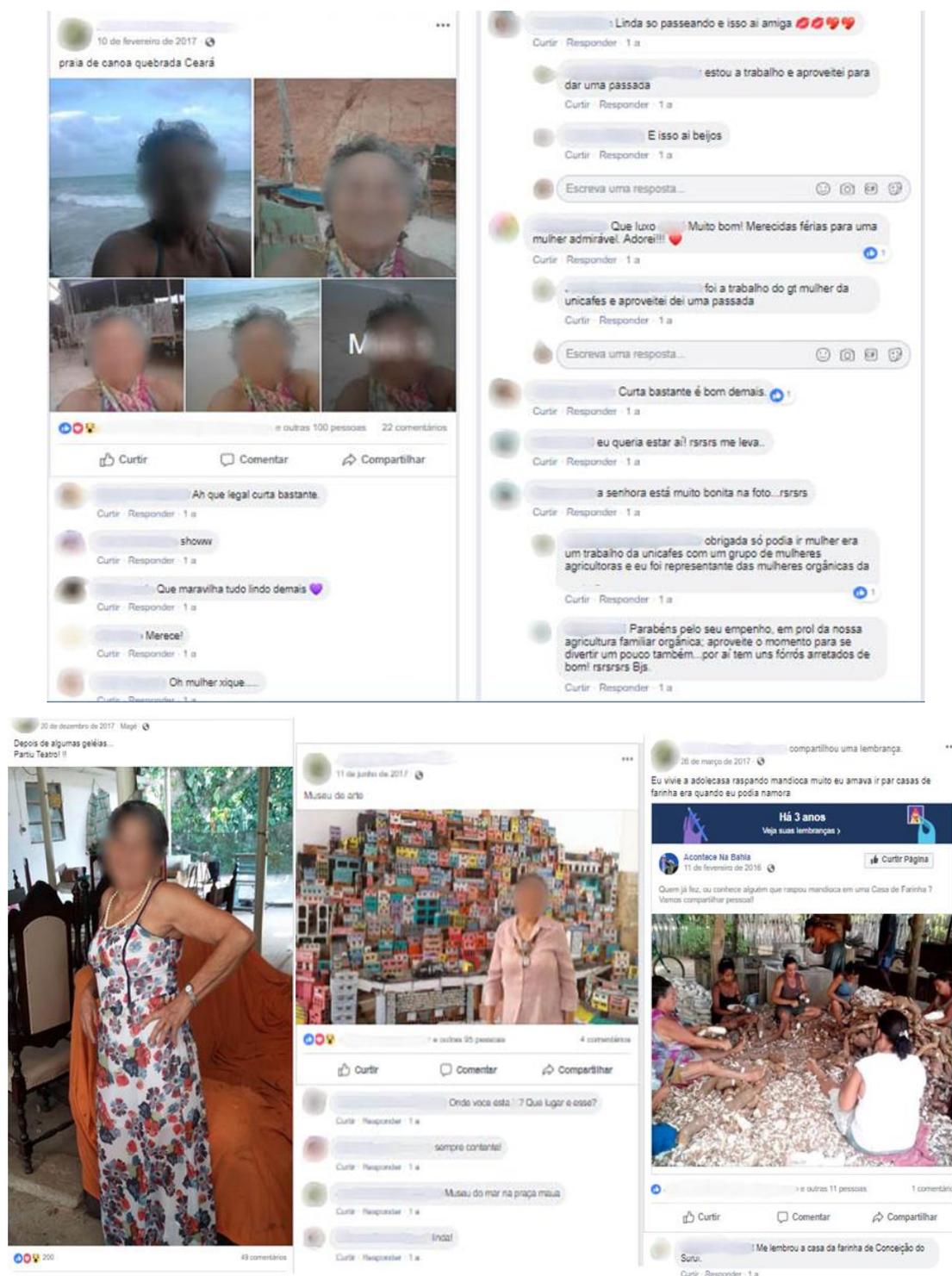
Figuras 109-110, retiradas do perfil da agricultora de Solânea: “Só na diversão né, prima” e “Não fui à manicure, mas dei uma arrumadinha”, descreve.

Sabemos que as atividades culturais e de lazer são componentes estratégicos no cronograma das ações promovidas pelo GT Mulheres da ANA e por outros grupos auto-organizados, em vista de serem ainda pouco presentes na realidade de mulheres para quem o ambiente doméstico e de trabalho apresenta-se muitas vezes como único destino

– recordando das palavras da agricultora de Espera Feliz que abrem esta pesquisa: “É em casa, na roça e na igreja, né, o mundo de algumas mulheres”.

Embora os *posts* não traduzam em extensos argumentos a reivindicação das agricultoras por acesso ao lazer e de tempo para o autocuidado, em imagens e vídeos as mulheres pesquisadas expressam que essas dimensões fazem parte de suas dinâmicas e que são importantes, alargando os significados sobre a própria experiência das mulheres agricultoras.

Quando tomamos por referência o perfil da agricultora de Magé, percebemos que uma das fotos mais comentadas, ao longo de 2017, é uma imagem na qual ela descreve: “Depois de algumas geleias... Partiu teatro!”; em outra imagem a agricultora está em um museu de arte; noutras tantas fotos, compartilhadas no período carnavalesco, aparece fantasiada entre as/os foliões. Circula entre o quintal, o roçado, a cozinha, as muitas visitas de intercâmbios, feiras, atividades e viagens relacionadas à agroecologia, ambientes de visibilidade midiática, rodas de samba, protestos e atos de rua... Rompe, assim, não só com os estereótipos associados à condição de agricultora, mas à velhice, mostrando que a experiência enquanto mulher agroecológica idosa pode ser ativa, cheia de vitalidade e riqueza cultural.



Figuras 111-114: Evidenciam como a dimensão da cultura e do lazer estão presentes no perfil da agricultora de Magé.

Ao mesmo tempo em que a agricultora aparenta gozar de maior poder de decisão no presente, em alguns momentos deixa indícios de suas privações e vulnerabilidades

passadas e cotidianas. Aliás, presente, passado e futuro são tempos que se confluem na sua linha do tempo, convivendo, simultaneamente, aspectos de sua realidade atual, de seu olhar para o futuro e da reconstrução da memória vivida. Diversas fotos e vídeos recordam instrumentos antigos: fotonovelas, máquinas de costurar antiga, músicas e bandas antigas compartilhados sob algumas chamadas viralizantes de apelo – “Me respeita, porque sou dessa época”, “se você é dessa época compartilhe”. Em uma imagem que compartilha, com mulheres em uma casa de farinha, ela descreve: “Eu vivi a adolescência raspando mandioca. Muito eu amava ir para casas de farinha. Era quando eu podia namorar”. Tematiza também a invisibilidade e a solidão da velhice em outro vídeo, em que uma idosa relata: “tornei-me invisível”.

2.2.8 Andar com Fé

A dimensão da religiosidade não está dissociada da visão política dessas mulheres, pelo contrário, nos perfis de todas as pesquisadas a espiritualidade cristã católica ou evangélica é um componente orientador de suas visões de mundo, perpassando inúmeras de suas ações e demonstrando as expressões políticas da fé.

Tanto as imagens quanto as descrições dos *posts* são carregadas de crenças e de valores religiosos, em uma íntima relação com as comunidades eclesiais de base (CEBs), impulsionadoras de lutas sociais desde o período ditatorial. Ao mesmo tempo em que essas mulheres lançam olhares feministas para as práticas religiosas que desempenham em suas comunidades, a religiosidade aparece como elemento fortalecedor, e muitas vezes legitimador, de suas lutas por direitos.

De acordo com Paulo Petersen (2007), é inequívoco que o movimento agroecológico brasileiro é herdeiro, direta ou indiretamente, das CEBs, ao se constituir, a partir década de 1980, na interação entre as organizações de assessoria à agricultura familiar alternativas à Revolução Verde e as comunidades rurais e organizações de base estimuladas pelas CEBs.

Três dos princípios de ação das CEBs podem ser identificados atualmente em práticas metodológicas de organizações do campo agroecológico. O primeiro refere-se ao fato de que as CEBs organizavam suas ações a partir das questões colocadas pelo cotidiano das famílias. Mesmo os mais abrangentes temas mobilizadores da reflexão e da ação comunitária eram interpretados à luz de

suas manifestações concretas na vida material das comunidades. Essa ligação do geral com o particular, do macro com o micro, do genérico com o específico permitia que as dinâmicas sociais locais não se desvinculassem das dimensões mais amplas relacionadas à luta contra o modelo excludente de desenvolvimento. O segundo relaciona-se ao estímulo às iniciativas de inovação técnica e de cooperação social. Do ponto de vista sócio-organizativo, disseminaram-se diversificados processos coletivos e de ajuda mútua para a gestão de recursos ou para a execução de serviços comunitários. As casas de farinha, as roças coletivas, os bancos de sementes, os mutirões e outras modalidades de associativismo são alguns exemplos nesse sentido. Do ponto de vista técnico, irradiaram-se práticas e métodos alternativos aos pacotes tecnológicos modernos, tais como a adubação orgânica, a adubação verde, as plantas medicinais e os métodos naturais de controle de pragas. A libertação do povo era a idéia-chave de todo o processo social de construção de soluções aos problemas locais. O terceiro princípio liga-se ao fato de que as CEBs enraizavam suas ações nas práticas de convívio social preexistentes nas comunidades. Criavam novos laços de interação comunitária sem que para isso os antigos fossem desatados, reforçando os mecanismos de sociabilidade local. Dessa forma, as CEBs foram capazes de associar seu desenvolvimento à revitalização das culturas locais, incrementando-as com novos conceitos para a leitura da realidade e novas metodologias de ação. Nesse sentido, o seu método era estimulador da plena participação dos membros das comunidades nos processos de transformação de suas próprias realidades, valendo-se da criatividade da vida comunitária como força social transformadora. (PETERSEN, 2007, p. 11)

Em todos os perfis das agricultoras, encontramos elogios à postura do Papa Francisco, descrevendo-o como “verdadeiro pastor preocupado com seu rebanho”; “grande Papa Francisco, representa quem tem sede de justiça e de um mundo sem preconceitos e sem exploração”. A catequese que ele fez sobre os sindicatos⁶⁵ repercutiu amplamente nos perfis dessas mulheres e, em outros momentos, elas compartilharam também reflexões da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de padres tratando da crise econômica e dos malefícios da reforma da previdência. Circulam também, nos perfis dessas mulheres, imagens de santos e de Nossa Senhora, pedidos e correntes de oração, e mensagens em datas religiosas como Páscoa e Natal.

⁶⁵ “Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato. E não há um bom sindicato que não renasça todos os dias nas periferias, que não transforme as pedras descartadas da economia em pedras angulares. Sindicato é uma bela palavra que provém do grego syn-dike, isto é, ‘justiça juntos’. Não há justiça se não se está com os excluídos.”



Figura 115, retirada do perfil da camponesa de

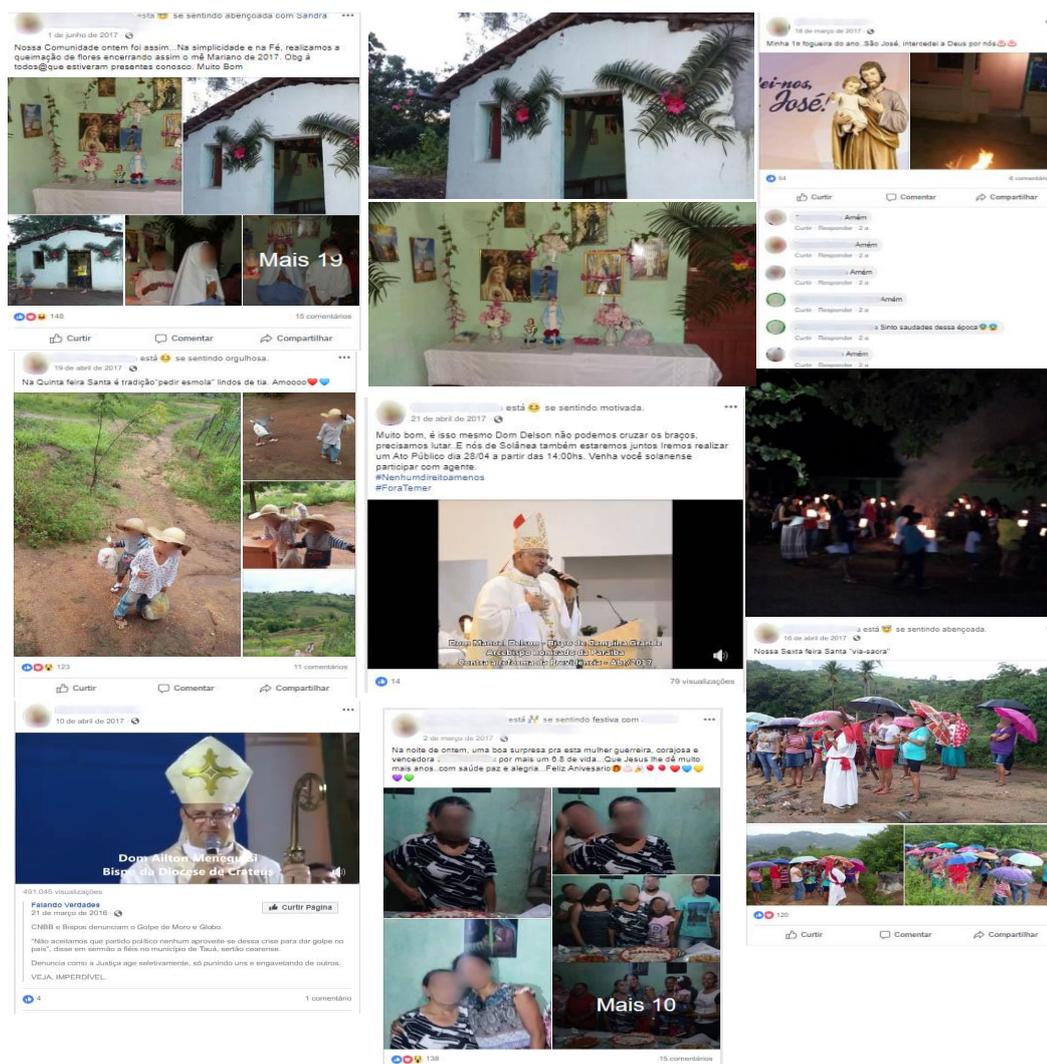
São José do Cedro: “Que a pascoa seja de fato uma ressurreição do povo trabalhador, que renasça a rebeldia, a indignação, e a força para lutar contra os muitos pilatos e herodes que afrontam a vida e a soberania do povo brasileiro. Que seja uma Pascoa de verdade. RESSUSCITEMOS ALELUIA. NENHUM DIREITO A MENOS.”.

Figura 116, retirada do perfil da agricultora de Solânea: “Neste 07 de Setembro...não comemoramos a Independência mais lutaremos pra que ela volte a fluir em nosso país”.

Figura 117, retirada do perfil da agricultora do Pará: Uma “corrente” de oração compartilhada.

No perfil da agricultora de Solânea, em especial, vê-se forte como a religiosidade está atrelada ao seu protagonismo comunitário. Como já anteriormente pontuamos, a agricultora apresenta os bens naturais e os frutos de sua ação na agricultura como dádivas divinas. No programa de rádio que apresenta e transmite *on-line*, há sempre imagens religiosas, também ela publica inúmeras mensagens pedindo bênçãos e abençoando; orações; transmissões ao vivo de ordenações e de atividades paroquiais. Registra e divulga imagens de cerimônias religiosas (batizados, crismas, casamentos), procissões, novenas, dias de santos e feriados religiosos, bem como acontecimentos importantes na vida da comunidade: falecimento de pessoas, nascimentos das crianças, pedidos de oração para os adoentados. As expressões das tradições populares nas festas religiosas também aparecem, trazendo forte a convergência e integralidade das ações feministas, religiosas, comunitárias⁶⁶.

⁶⁶ Alguns exemplos de suas postagens foram: “Na tarde deste dia especial à Nossa Senhora Aparecida nossa comunidade não podia deixar de celebrar e rezar pelo Brasil e por todas as Crianças...e tb não podia faltar aquele bolinho”; “No finalzinho de tarde, reunião na casa da catequese familiar, junto com representante de ONGs e Entidades para pensar no grito dos excluídos...onde iremos sair num pilotão contra todas as perdas e cortes de direitos em nosso País.”; “Na noite de ontem rezamos novena do Sagrado Coração de Jesus em agradecimento por mais um ano de vida da D., muito bom..parabéns amada.”, “Acordar vendo essa riqueza não tem preço...obrigada Senhor pela benção da chuva que cai em nossa mãe terra”; “São Pedro tb merece.viva são pedro”; “Sobre à noite de ontem...Indo pra novena de "São João" na



Figuras 118-130: *Posts* retirados do perfil da agricultora da Solânea que demonstram a presença das crenças e valores religiosos em suas experiências cotidianas.

A riqueza das práticas tradicionais comunitárias e religiosas que circulam no perfil da agricultora é fundada “nas relações cotidianas com a natureza, na espiritualidade, no conhecimento empírico amplo, na oralidade e prática, na família e comunidade, em relações de cooperação diversificadas, na mística, na poética e nas danças” (SILVA, 2014, p. 26) que marcam a cultura camponesa. E recebem inúmeras interações positivas com os usuários da rede, a exemplo de comentários como: “muito bom as festas juninas me vem muitas lembranças dos tempos em que eu morava aí”; “obrigado por nos fazer

casa da Amiga [nome]...muito bom; “Nossa Comunidade ontem foi assim...Na simplicidade e na Fé, realizamos a queimação de flores encerrando assim o mês Mariano de 2017. Obg à todos@que estiveram presentes conosco. Muito Bom”

matar um pouco a saudade desta terra abençoada”; “saudade da minha Paraíba”; “viva! eita videl! nordeste maravilha”; “lembro desta data de São João com muita festa”; “aí sim, amore e eu ai para comer esse milho”; “coisa boa é a roça, é bênção pra todos nós, prima”; “eita que saudades desse tempo”; “só resta saudades de quando eu participava também”; “Muito lindo voltei ao passado... Lembro-me quando fazia na casa do meu avô... como era bom!”; “Saudade de todos reunidos, tempo bom”; “que saudades dessa época que morava aí e ia novenas do mês de maio”; “me veio boas lembranças aqui agora, muito bom!”; “que lindo... ainda tem essa comemoração no mês mariano que saudades”; “isto que eu chamo de viver em comunidade”; “Isso é amor e dedicação”; “comunidade unida tudo funciona”.

Evocando sentimentos de pertença, saudosismo e orgulho da cultura local, o registro das práticas de celebração da fé são também o que Paulo Freire (1998, p. 211) denominou de "manhas" ou "imunizações" que as classes populares vão criando em seu corpo, em sua linguagem, em sua cultura e que se manifestam nas “suas festas, suas danças, seus folguedos, suas lendas, suas devoções, seus medos, sua semântica, sua sintaxe, sua religiosidade.”

2.2.9 Embates de visões político-partidárias

Como já acenado anteriormente, o Facebook também é lugar de expressão das visões político-partidárias dessas sujeitas. Atentas ao cenário político nacional – e internacional, especificamente no caso da camponesa de São José do Cedro –, muitas delas compartilham postagens de páginas de mídias alternativas e de esquerda, e de representantes políticos que acompanham no dia a dia⁶⁷.

⁶⁷ A agricultora de Solânea compartilha, por exemplo, conteúdos das páginas: CUT Brasil; Mídia Ninja; Esquerda Online; Gleisi Hoffmann; Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba; Lindbergh Farias; Socialista Morena; PT – Partido dos Trabalhadores; Revista Fórum; Jornalistas Livres; Debate Progressista; Alice Portugal (PCdoB); Vanessa Grazziotin; Lula Presidente; Você Não Lê na Mídia; Esquerda Diário; PT no Senado; Frente Povo Sem Medo; Cariri Em Ação (especificamente sobre Lula inaugurando a Transposição do Rio São Francisco); REDE Sustentabilidade; Alessandro Molon; Enio Verri.



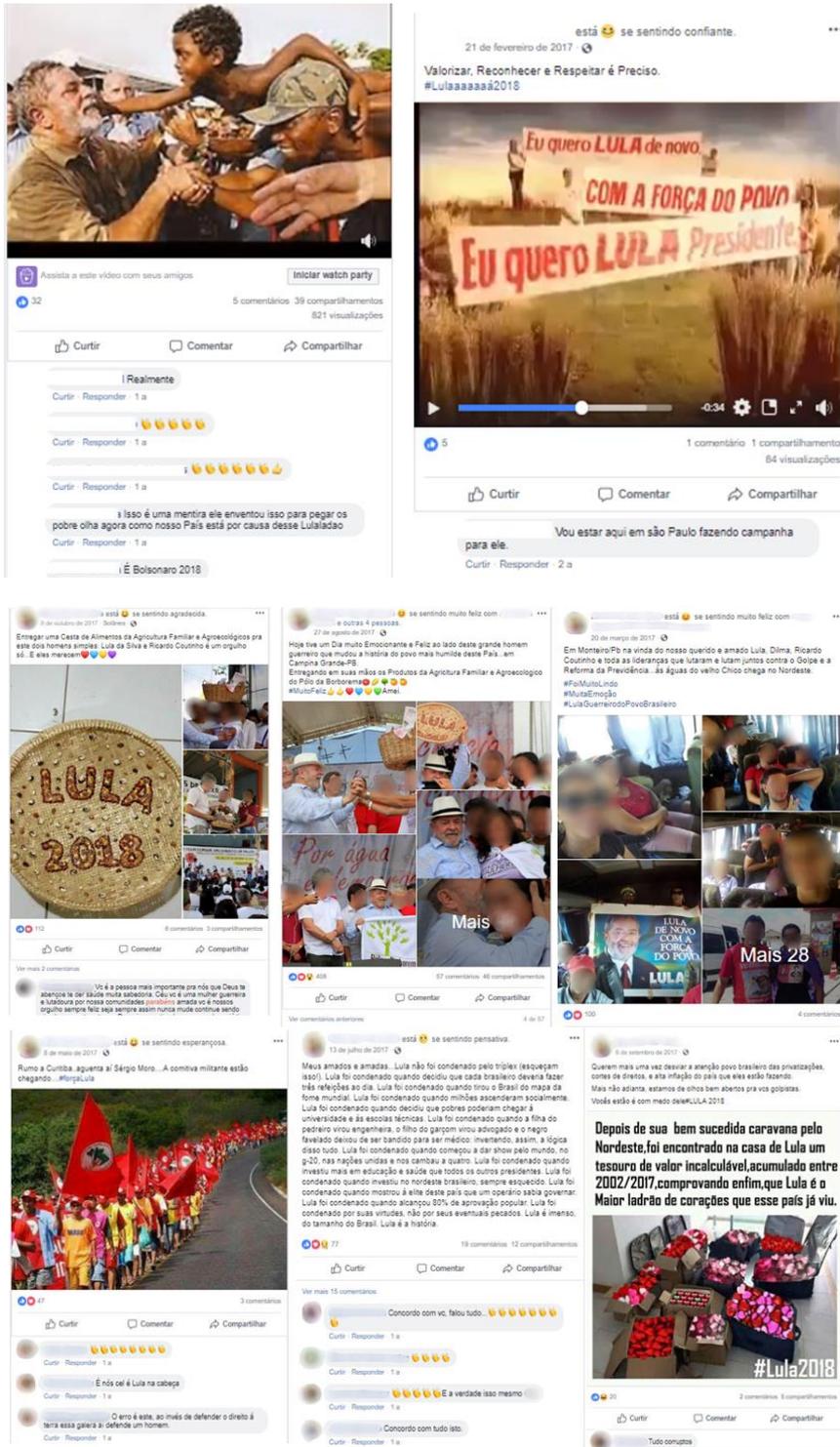
Figuras 131-137: Imagens retiradas dos perfis das agricultoras de Alto Pindorama, Solânea e Magé que expressam as visões político-partidárias dessas sujeitas.

Tomando como referência o perfil da agricultora de Solânea, percebe-se que diversas postagens expressaram críticas a Michel Temer e ao juiz Sérgio Moro, ao passo que inúmeras outras defendem o ex-presidente Lula e a ex-presidenta Dilma. Ela esteve pessoalmente com Lula por ocasião da Caravana pelo Semiárido e as postagens relacionadas ao acontecimento tiveram ampla repercussão. Entre outros adjetivos, a agricultora qualificou Lula como “grande homem guerreiro que mudou a história do povo mais humilde deste país”, “homem simples”, “eterno presidente”.

Em face do grande número de amigos que a agricultora tem no *Facebook*, não foi observada nenhuma reação contrária aos *posts* ou comentários com divergência explícita, apenas falas elogiosas a ela e a Lula, afirmando o quanto representa a agricultura familiar⁶⁸. Isto pode ter decorrido porque a agricultora ocultou ou apagou algum tipo de comentário ofensivo, mas inicialmente não foi observado enfrentamento direto de visões políticas na ocasião, em um contexto de amplo alcance – em um único *post* foram 408 reações, 57 comentários e 46 compartilhamentos na página da agricultora.

Já em postagens subsequentes em defesa de Lula foram percebidas reações e comentários contrários, qualificando o presidente de “corrupto”, “mentiroso”, “Luladrão”, e já entusiastas da eleição de Jair Bolsonaro.

⁶⁸ Alguns dos comentários recebidos foram: “você é merecedora tanto o sindicato como você muito importante para o crescimento do nosso campo e toda comissão importante demais pra vida dos que moram na zona rural”; “que privilégio a mais famosa das primas, parabéns”; “parabéns por estar ai tão perto do Lula é um privilégio”; “você me representa”; “menina tu é show”; “nossa mulher guerreira ao lado do nosso futuro presidente”; “Lula lá lá”; “mulher tu arrasou”; “muito bom saber que temos em nosso meio mulheres líderes como você, parabéns”; “representou todo o trabalho e luta da agricultura familiar”; “me emocionei muito com sua fala amada tu arrasa”; “só você amada para representar tão bem os agricultores”; “eita mulher arretada emociona a nós agricultores”; “você esteve do lado do cara certo, parabéns”; “você foi representa e mostra para o nosso grande Lula os produtos que da na nossa região do brejo paraibano”; “viva Lula guerreiro do povo brasileiro”; “o nosso líder maior em campina grande paraíba”; “viva Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018, Lula de novo com a força do povo brasileiro”; “viva a democracia”; “o povo nordestino está recebendo Lula de braços abertos! viva o povo nordestino! viva o povo brasileiro! viva a democracia! viva Lula”

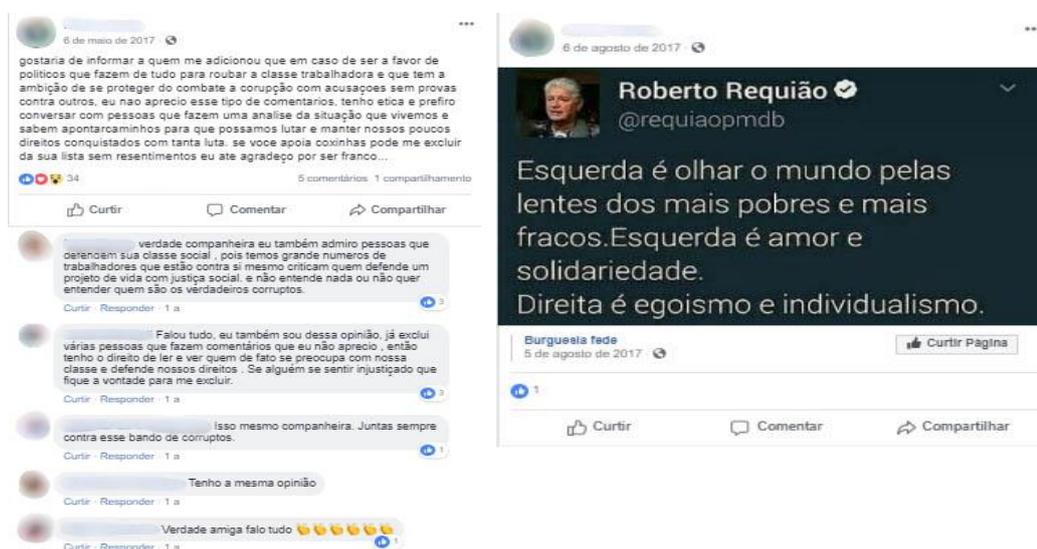


Figuras 138-145: Postagens da agricultora de Solânea, em defesa de Lula e sua candidatura, nas quais são vistas os usos de tags como: #foratemer #diretasjá #Essacorrenteémutoforte #vigília pelo lula #BrasilcomVcLula #Lulaguerreirodopovobrasileiro #euapoiosergiomoronacadeia #Lula2018

Durante a entrevista oral, a agricultora de Solânea demonstrou que, apesar de se sentir constrangida diante de comentários opostos nas redes sociais, ela mantém usuários com visões divergentes na sua rede de contato, buscando não debater muito com essas pessoas:

No meu perfil, eu tenho pessoas que não comungam com o meu ponto de vista de ser, de luta, de defender. Por exemplo, nessa conjuntura, eu sofri bastante, porque teve colegas meus, colegas de infância, que hoje moram distantes, São Paulo, outros estados, e que, com a conjuntura política do que a gente defende pro Brasil, do projeto político de democracia no país, a gente postava defendendo o governo de Dilma, de Lula e eles começavam a dizer coisas. Eu fiquei muito constrangida, mas eu não deixei de ser amiga deles, porque isso são fases que passam, o que importa é meu ponto de vista. Então eu não fico dialogando muito, nem debatendo muito, pra não criar inimizade na rede social, não gosto muito disso. Só que eu coloco meu ponto de vista, não importa o que eles acham, porque também o mundo é democrático, cada um tem seu ponto de vista diferente.

Já tomando como referência a camponesa de São José do Cedro, percebe-se que algumas de suas postagens reforçam seus valores políticos, ao mesmo tempo que confrontam visões opostas, criando um “nós” e um “eles”, como pode ser observado na imagem abaixo.



Figuras 146-147: “Gostaria de informar a quem me adicionou que em caso de ser a favor de políticos que fazem de tudo para roubar a classe trabalhadora e que tem a ambição de se proteger do combate a corrupção com acusações sem provas contra outros, eu não aprecio esse tipo de comentários, tenho ética e prefiro conversar com pessoas que fazem uma análise da situação que vivemos e sabem apontar caminhos para que possamos lutar e manter nossos poucos direitos conquistados com tanta luta. Se você apoia coxinhas pode me excluir da sua lista sem ressentimentos eu até agradeço por ser franco...”

A camponesa afirma que, diante da polarização política atual, “quando as coisas ficam muito tensas” ela posta conteúdos mais artísticos, recorrendo a músicas que gerem descontração ou compartilhando pequenos versos, músicas e desenhos que ela mesma faz, para dispersar os atritos. Entretanto, para evitar ataques e outras situações de constrangimentos, em certos casos tem excluído pessoas que ficam constantemente criticando suas posições políticas:

Nesse período de informações e desinformações, eu não sei o que faço, né? Eu tenho excluído algumas pessoas do meu Facebook que ficam constantemente me questionando pelas minhas posições, pelos meus argumentos. Pessoas que nem são amigas minhas no Facebook, mas, como ele é aberto ou quando eu comento coisas que pessoas amigas minhas compartilham, aí as pessoas acabam escrevendo diretamente para mim, questionando os meus argumentos. Eu, às vezes, comento, de forma não de criticar a pessoa que postou, mas de fazer uma reflexão, dizendo que precisamos entender um pouco a lógica da sociedade, os diferentes posicionamentos. Eu tento argumentar, mas não ir direto criticar... Então eu ainda não sei muito bem como a gente faz para se desviar desses comentários que a gente não gosta. [...] Ser chamada de “ridícula”, “quem não te conhece que te compre”, pelos argumentos que a gente coloca. Às vezes a gente se sente ofendida também.

Outras agricultoras com quem conversamos relatam que, para se preservarem de discussões muito polêmicas ou pouco sadias, têm escolhido os usuários para quem direcionam suas mensagens, às vezes optando por postagens públicas, noutras enviando mensagens para pessoas específicas. As respostas da Camponesa de Palma Sola (SC) caminham para uma tendência ao fechamento de grupo, de crítica ao que entende por “mentira” de determinados usuários e de desejo de “mostrar a verdade”. Como saída, ela diz que exclui pessoas com posicionamentos que não suporta, com a tendência de manter interação na rede com aqueles que já compartilham os mesmos valores que ela:

Eu gosto muito de postar sobre os movimentos sociais, da esquerda de luta, de política, de uma forma de quem está esclarecendo coisas, porque têm pessoas que fazem e falam coisas que são fora do contexto, uma coisa sem nexos. Falar a verdade, colocar o outro lado, que têm pessoas que postam umas coisas repetidamente que são fanáticas, gosto de postar o contrário, que desdiz, que conta a verdade. *O que eles estão falando é mentira, tem que contar a verdade sobre aquele assunto.* Têm pessoas que gostam de postar coisas que não são verdade. E já excluí muita gente do meu Facebook, muito radicalismo. A gente posta umas coisas e eles ficam dando alfinetada, falando o contrário, *pessoas que postam coisas que eu não gosto de ler, eu excluo.* Eu excluo elas da minha amizade. Eu vou lá no desfazer amizade pra não ver o que elas postam, porque eu não suporto, eu não me aguento. Eu tenho vontade de fazer as coisas, então

pra não virar baixaria eu excludo. Eu excludo muita gente principalmente por causa de política, e política no município e no Brasil. Eu excludo essas pessoas porque não suportoo ler o que elas escrevem, *eu não concordo e não suportoo ler*. Daí eu não me estresso com elas. (...) É impressionante. Tem vezes que você falou uma coisinha, tem cinquenta que serviu o chapéu; eles se revelam. Eu já tomei um susto, tudo o que a gente fala os outros avaliam! Tu não pode falar que os outros caem de pau em cima. Mas se eu acredito naquilo, eu vou responder e colocar a minha opinião. Tem umas coisas assim,.. Eu bati boca com uns caras no Facebook e eu não gosto de enfrentamento. *Por isso que eu excludo as pessoas que não concordam com minhas ideias, porque eu não gosto de brigar*. Até esses dias eu postei um negócio e um cara foi contra, sabe? Eu falei assim: “Fulano de tal, eu posto o que eu sinto e o que eu gosto. Eu compartilho porque eu gosto disso. Por que você não faz as suas próprias postagens ao invés de ficar dando pitaco nos posts dos outros? #ficaadica”. Ele me colocou lá: “Tchau” e eu nem respondi. Mas se toca... Vem dar de frente comigo não. Quer falar do que tu defende? Vai lá e faz os teus posts, escreve o que tu defende. Não vem dar alfinetada nos meus posts. Ele posta lá, mas bem o contrário do que eu penso. Eu não gosto, eu excludo, bem assim eu faço. Ultimamente não dá mais: tu fala uma coisa, tem 50 com quatro pedras na mão. É uma baixaria, sabe? Tá um nível muito baixo. Ficam chamando nome feio, destratando... Ai! *O Facebook se tornou uma violência, sabe?* Se tu fala o que pensa, vêm uns com quatro pedras na mão e descarregam em você. Antes de tirar a Dilma, naquela história do impeachment, que começou essa baixaria na internet e depois, quando o Lula foi condenado e preso, piorou. Aí agora que tem o Temer, tá aí essas baixaria toda com os “coxinhas” e “petralhas”. Tá essa baderna, esse cúmulo. Eu me sinto muito mal, dá uma coisa ruim na gente; eu não gostaria de ver aquilo. A internet é boa por um lado e ruim por outro. Essa baixaria que se tornaram as discussões na internet, as ameaças, eu acho muito preocupante. (Camponesa de Palma Sola-SC, *grifos nossos*)

Em um contexto de polarização e acirramento político como o vivido, amplia-se o desafio de diálogo e de generalização da causa para fora dos campos de ação das mulheres mobilizadas em torno da agroecologia. A observação dos *posts* nos permite perceber que o convencimento e também o enfrentamento político no Facebook traz consigo inúmeros desafios. “Como dialogar com usuários que têm visões opostas, em um cenário de radicalização e violência, falando para fora das fronteiras do movimento agroecológico?”; “Como dialogar para dentro do próprio movimento agroecológico, diante da diversidade de visões político-partidárias existentes?”; “Como criar narrativas positivas, que abranjam a complexidade de suas causas e valores, em um contexto de associação discursiva de suas lutas e modos de vida a valores como os de atraso, pobreza, corrupção, dependência governamental?”; “Como garantir a segurança dessas mulheres e de seus dados, tendo em vista o cenário de criminalização de movimentos e suas lideranças?”, foram algumas das indagações que nos fizemos ao interagir com esses conteúdos nos perfis das agricultoras.

O conjunto das observações acima descritas nos permite verificar que a experiência *on-line* dessas mulheres traz elementos em comum – os aspectos produtivos, os processos de comercialização; a visão e participação familiar, comunitária e social; as crenças, religiosidades e vivências do sagrado; os feminismos vividos e partilhados cotidianamente desde os grupos auto-organizados em ambientes como quintais, roçados e ruas; a participação em arranjos mistos; o engajamento político-partidário – conjugando suas subjetividades, suas causas e seus processos coletivos, em um processo indissociável de seus fazeres e de suas lutas sociais.

O fazer, o construir, o semear está no centro da vida cotidiana dessas mulheres e a visão comunitária e coletiva delas está entranhada em tudo o que fazem. Não só pensam e discursam um processo em comum, mas dão vida em comum a este projeto, com suas mãos e suas forças. Pela visão de comunidade e de sociedade que lhes é própria e pela concretude do que fazem, dão as cores de um “eu” e de um “nós”, em torno dos quais orbitam teias de relacionamento e públicos concretos, fortalecendo as relações de proximidade que já tecem no dia a dia.

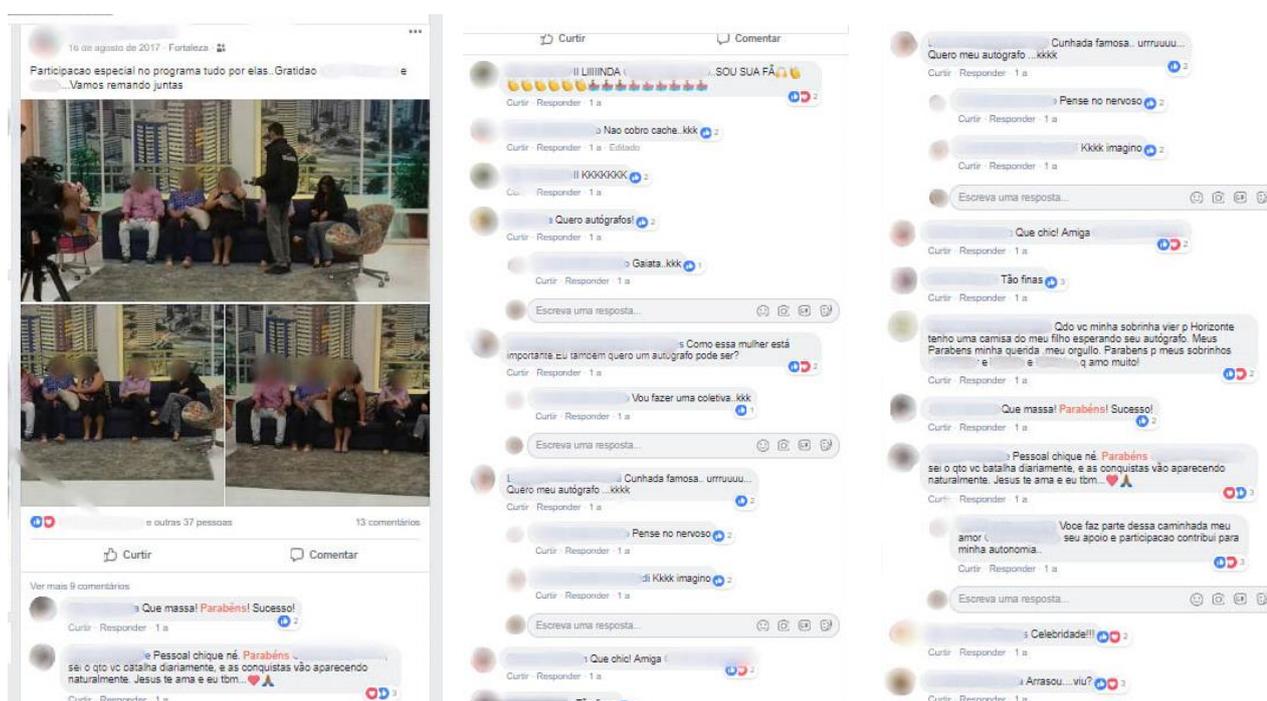
2.2.10 A experiência de ser visível

Até aqui, realizamos o movimento de buscar compreender os sentidos políticos dos usos da internet e do Facebook pelas sujeitas da pesquisa, e de olhar para elementos e temas comuns da experiência *on-line* dessas mulheres que podem ser reveladores de uma experiência coletiva, de uma construção de um “eu” e de um “nós”, em torno da agroecologia e dos feminismos.

Neste terceiro momento, buscaremos abordar como as mulheres da pesquisa são estimuladas ou estimulam formas de visibilidade de suas ações, e as conseqüentes reverberações deste aparecimento na rede, a partir do modo como os usuários interagem com aquilo que elas compartilham.

As observações aos perfis nos indicam que a publicização das ações cotidianas das mulheres pesquisadas acontece por meio daquilo que essas sujeitas dão a ver em suas postagens; por meio do que outros usuários com quem interagem na rede postam a seu respeito; por meio do que as páginas das organizações e movimentos que elas constroem publicam ao seu respeito; bem como por meio do que é produzido sobre as agricultoras e seus trabalhos nos meios de comunicação alternativos e tradicionais.

Essas mulheres estão, enquanto público, permanentemente agindo e buscando formas de visibilizar publicamente suas ações coletivas, criando e/ou aproveitando as oportunidades de aparecimento midiático existentes, apesar da desconfiança e descrédito em relação aos meios de comunicação tradicionais já mencionados neste trabalho. Os públicos que acompanham essas agricultoras reagem de forma expressiva às coberturas midiáticas, comentando e elogiando esses aparecimentos, que atuam como uma espécie de legitimação do trabalho construído por essas mulheres, embora, muitas vezes, com abordagens e enquadramentos redutores da experiência partilhada por elas.



Figuras 148-150: Repercussão da participação da artesã de Fortaleza no programa “Tudo Por Elas”, da TV Diário.

Dentre as sujeitas pesquisadas, a agricultora de Magé é quem deixa a ver, com maior ênfase, sua interação com as mídias. Além de participações em meios de comunicação diversos, a agricultora recebe premiações pelos trabalhos que desenvolve e, em variadas ocasiões, reatualiza essas conquistas, compartilhando inúmeras vezes as situações em que foi condecorada. Em um dia específico, dia 16 de agosto, a agricultora postou, em série, diversas fotos que retratam momentos de valorização e de

reconhecimento ao seu trabalho. Fazendo uma comparação com os processos analógicos, é como se a agricultora exibisse seu álbum pessoal de fotos com todas as condecorações recebidas, inspirando elogios⁶⁹. A agricultora também compartilha mensagens prontas do Facebook, apontando qual de suas fotos teve mais repercussão ou que suas publicações já tiveram 35 mil curtidas, com a legenda “é muito bom ser valorizada”.

Os usuários da rede interagem com esses conteúdos enaltecendo as contribuições dela: “Agricultura familiar de Magé sempre bem representada por você”, “Parabéns pela dedicação dispensada à agricultura saudável”, qualificando-a como “grande mulher”, “mulher da terra”, “uma guerreira incansável”, “de uma força incrível”, “você me inspira”.



⁶⁹ Postagens tais como: “Agricultora familiar se destaca como microempreendedora no RJ”; no concurso “Maravilhas Gastronômicas do Estado do Rio de Janeiro”; conquista do selo SIPAF – Selo da Agricultura Familiar; publicação sobre a agricultora no site do projeto Enactus/CEFET RJ; Exposição com fotos da agricultora no Sesc Caxias; postagens e transmissões ao vivo sobre/com ela na página do Idaco Agroecologia, na página da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro - AARJ, da Articulação nacional de Agroecologia ANA, da feira da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, das páginas Comuns Comuns; Prêmio Mulher Empreendedora do Sebrae; reconhecimento por meio da Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável; visibilidade na Feira Agroecológica da Freguesia; Participação em programa da Futura; Destaque do caderno Rural – Informativo Bela Guanabara; Reportagem especial em homenagem ao dia das mães.

compartilhou uma foto

22 de junho de 2017



... agricultora de Magé - é nossa homenagem, e símbolo de gratidão, a Dona de seu destino, protagonista de sua história!

Feira Agroecológica da Freguesia Agroecológica da Trigueira 22 de junho de 2014 - Jacarepaguá

SIM FEMINISMO NÃO É AGROECOLOGIA! Homenagem de Fátima

10 outras 10 pessoas

Curtir Comentar Compartilhar

compartilhou uma publicação

14 de março de 2017

Curso de pão australiano na uej as agricultora da feira



13 comentários 1 compartilhamento

Curtir Comentar Compartilhar

Ver mais 8 comentários

Que bacana!

quero v tbm

show Dona

Agricultura familiar de Magé sempre bem representada por voo, beju

compartilhou uma lembrança

Há 3 anos

16 de agosto de 2015

No futuro gostaria de voltar. Um pit de quê?



4 outras 6 pessoas

Curtir Comentar

compartilhou um vídeo

27 de setembro de 2017



250 visualizações

Danielle Barros 25 de setembro de 2017

... de Cozinha Cozida de Pau em Magé, agora tem o Selo de Agricultura Familiar - SPAP

18 comentários

12 outras 12 pessoas

Curtir Comentar Compartilhar

Parabéns

aha

compartilhou um vídeo ao vivo

28 de setembro de 2017



1.218 visualizações

Comuna Comuna fez uma transmissão ao vivo 10 de dezembro de 2016

Feira agroecológica na UERJ

1 comentário

Parabéns

compartilhou uma publicação

16 de agosto de 2017



Itaco Agroecologia

... com ação no seu território

8 comentários

2 outras 2 pessoas

Curtir Comentar

como te admira! Bacia enorme!

Obrigado pessoal

Bora - confio na sua garra guerreira

23 de setembro de 2017

Exposição no Saco Casas



11 comentários · 7 compartilhamentos

Curir · Comentar · Compartilhar

Ver mais 7 comentários

Eu queriam ir hoje

Parabéns, dona...
parabéns para a sua exposição. Não posso perder essa oportunidade de prestigiar.

Legal parabéns.

compartilhou uma lembrança

5 de abril de 2017

Há 2 anos

Veja essas lembranças

Muito bom esse reconhecimento pelo seu trabalho



5 de abril de 2017

1 e outras 5 pessoas

Curir · Comentar · Compartilhar

está com

12 de dezembro de 2017



1 e outras 24 pessoas · 1 comentário · 1 compartilhamento

Curir · Comentar · Compartilhar

Visita dos gregos a colônia colher de pau
dia 11 de 12 de 2017

Curir · Responder · 44 sem

18 de agosto de 2017

Sítio Santa Bárbara



2017

Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável

Inclusão Produtiva das Mulheres Rurais do Município de Magé/RJ

Respostas: Legal

1 e outras 3 pessoas

Amor · Comentar · Compartilhar

Ver mais 2 comentários

Parabéns

Parabéns, sucesso e prosperidade

está com

21 de julho de 2017

destaque do sadoemo Rural, recebendo a primeira edição do Informativo Bela Guanabara. #informativobelaguanabara



12 comentários

Curir · Comentar

Ver mais 8 comentários

Parabéns! Merecido!

Parabéns

compartilhou uma publicação

10 de agosto de 2017

De Magé para o mundo



8 de agosto de 2017

SÍTIO SANTA BARBARA REFERENCIA DE COMIDA ORGÂNICA PARA O ESTADO PAÍS E PRO MUNDO.

Com o objetivo de fazer interagir consumidores e agricultores e mostrar a res...

Ver mais

3

Curir · Comentar · Compartilhar



Figuras 151-170: Inúmeras imagens retratam a visibilidade das ações da agricultora de Magé. Para além da construção do seu perfil por meio daquilo que diz e daquilo que outros dizem sobre ou para ela, chama a atenção aquilo que é dito, em terceira pessoa, via o seu próprio perfil, demonstrando que, em alguns momentos, o gerenciamento das postagens é feito por outras pessoas.

Uma das postagens da agricultora com maior repercussão no ano de 2017 foi uma homenagem que recebeu em uma reportagem televisiva no dia das mães. Dezenas de usuários compartilharam a postagem e teceram inúmeros elogios sobre o fato dela aparecer na televisão, bem como quinze usuários – familiares e companheiras/os de movimento – publicaram na sua linha do tempo, mencionando o vídeo e parabenizando o seu trabalho.



Imagem 171: *Post* retirado do perfil da agricultora de Magé, mostrando reportagem que a homenageou no dia das mães.

Na reportagem, a agricultora é descrita como uma mulher que dedicou a vida à família. Que migrou em 1966 da “terra seca do Nordeste” e teve que lutar para sobreviver no Rio de Janeiro. Uma mulher abandonada pelo marido com três filhos e uma filha na barriga, cozinheira, guerreira, que fez de tudo um pouco e até teve que pedir comida para os vizinhos, mas nunca deixou faltar educação. “Não é mulher de sossegar, virou empreendedora” e sem dinheiro montou a própria cozinha. Apesar de dizer que ela planta sem agrotóxicos e mencionar algumas de suas produções, descrevem-na na legenda do vídeo como empreendedora. “Na cozinha, ela divide tudo o que aprendeu com outras mulheres aqui da região. Além das receitas, ela ensina outras mulheres a se tornarem independentes e empreendedoras. Aqui nesta cozinha, a dona [nome dela] também é uma espécie de mãe”.

Na criação de um personagem mãe para homenagear, se percebe no vídeo a construção de uma “super” mulher, vencedora pelos próprios méritos e esforços, e desprovida de toda a teia social que a permitiu, inclusive, estruturar a cozinha produtiva, e a permite responder às muitas vulnerabilidades sociais, econômicas, produtivas que permanecem presentes em sua trajetória. Uma mulher descaracterizada das suas lutas sociais e devolvida à condição de espécie de mãe de outras agricultoras.

Especialmente nesta ocasião, mas não só nela, sobressai por parte dos usuários da rede também um direcionamento mais individualizante das conquistas, com mensagens que acentuam o esforço pessoal da agricultora: “você merece”, “você merece, sempre lutou para chegar onde chegou”, “você é uma mulher de fibra”; “Para quem a conhece sabe o quão rica é a sua história. Que bom que como extensionista da Emater Rio pude conviver um pouquinho, aliás a Emater é um capítulo a parte na sua história”; “ Sempre guerreira desde os tempos da CISV, a senhora batalha pelo crescimento e reconhecimento da agricultura familiar”; “parabéns pelo empenho e excelente desempenho aos movimentos agroecológicos sustentáveis.”; “Uma pessoa de garra e beleza, agricultora, mãe, guerreira, merecedora”; “homenagem mais do que merecida, você me representa”; “Diva, estou te vendo”; “parabéns linda guerreira, nossa amada”; “assisti à reportagem ontem, foi linda!”; “Parabéns! Até da França consegui ver a reportagem”; “Valeu demais a senhora ajudar a levantar o nome de Magé”.

Foram notados alguns comentários que ampliam os elogios ao movimento agroecológico e com uma visão mais crítica sobre a emissora: “feliz e orgulhosa com visibilidade que tua luta dá a esse modo de vida, que gera vida e resgata valores fundamentais a nossa sobrevivência”; “Agora mesmo falando com uma amiga que é de Magé e ela está feliz e orgulhosa com a matéria. Falou que na televisão só passa notícias ruins de Magé, que uma matéria assim a deixa muito feliz, quero muito que vocês se conheçam” ; “Que carinho e orgulho nós temos pela senhora... Pena que o pessoal da televisão não gosta de dizer o nome da sua e nossa querida Magé, Cachoeirinha, Piabetá... Toda essa terra boa a sua volta, reclama com essa turma”; “Eu falei de Magé, mas o tempo da televisão é muito curto eles cortam muito, foram quatro horas de gravação para três minutos no ar, eles vieram aqui em casa”, ela responde. Uma usuária recorda de outra premiação: “Lembrei da senhora e bateu uma saudade do prêmio Mulher de Negócios”, “Eu mostrei o troféu, mas não falou na reportagem. Mas na SEAD (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário) fez uma entrevista que falou do prêmio também já”, ela interage.

Ainda que com uma abordagem redutora ou individualizante, a visibilidade midiática conquistada pela agricultora exerce o papel positivo de conferir estímulo a ela, legitimar sua ação perante seus públicos, e alimentar sua autoestima em relação a quem

No perfil da artesã do grupo produtivo são tecidos vários elogios às **integrantes** (descrevendo-as como “mulheres valentes”, “mulheres guerreiras”, “lindas”, “lutadoras”, “excepcionais”, “grande exemplo de mulheres”, “show”, “turma da criatividade”, “Vocês são, além de guerreiras também são anjos de DEUS...Que bom que Vocês existem!!! Obrigada! Por vocês existirem...”, “tão finas”); à **coordenadora do grupo** (por vezes é qualificada como “grande heroína uma guerreira decidida a tentar ajudar, a compreender e enfrentar”, “linda”, “chique”, “a cara da riqueza”, “abençoada”, “meu orgulho”, “celebridade”, “arraso”); aos **trabalhos do grupo** (reiteradas vezes descritos como “ideias e ações de responsabilidade social”; “transformador de vidas”, “uma mudança, uma terapia em forma recuperação”). Além de serem enaltecidas as mulheres artesãs, o grupo e suas produções, é também valorizada a presença delas no *Facebook* e a cobertura que fazem das atividades. Em uma situação específica, na qual o perfil convida para oficinas de pipas, recebem o seguinte *feedback*: “Tô amando as ações de vocês. Tá divertido só de ver as publicações, imagina participar...!”.

Tais comentários elogiosos são propícios para gerar um reforço positivo para a ação *on-line* dessas mulheres, para aproximar e reafirmar os vínculos e pertencimento entre elas e os públicos com os quais relacionam, e para elevar a estima em relação a si mesmas e aos seus trabalhos cotidianos. Reafirmam o lugar dessas mulheres enquanto representantes de uma unidade maior, atraindo qualificativos positivos para seus grupos, organizações, comunidades e, sobretudo, para o horizonte transformativo que propõem – feminista e agroecológico e que já está em curso, semeado e tecido pelas suas próprias mãos.

3. CONCLUSÕES

Na educação que seja verdadeiramente uma situação gnosiológica, não há, para o educador, um momento em que, sozinho, em sua biblioteca ou em seu laboratório, conheceu, e outro em que, afastado deste, simplesmente narra, disserta ou expõe o que conheceu. No momento mesmo em que pesquisa, em que se põe como um sujeito cognoscente frente ao objeto cognoscível, não está senão aparentemente só. Além do diálogo invisível e misterioso que estabelece com os homens que, antes dele, exerceram o mesmo ato cognoscente, trava um diálogo também consigo mesmo. Põe-se diante de si mesmo. Indaga, pergunta a si mesmo. E, quanto mais se pergunta, tanto mais sente que sua curiosidade em torno do objeto do conhecimento não se esgota. Que esta só se esgota e já nada encontra se ele fica isolado do mundo e dos homens. Daí a necessidade que tem de ampliar o diálogo – como uma fundamental estrutura do conhecimento – a outros sujeitos cognoscentes. (FREIRE, 1983, p. 54)

As observações feitas aos perfis de cinco mulheres que compõem o movimento agroecológico e feminista brasileiro, bem como os relatos de oito mulheres acompanhadas demonstram que há um propósito coletivo na apropriação do Facebook por essas sujeitas. Transbordando os seus níveis “formais” de organização ativista, elas têm reelaborado suas causas coletivas nas suas expressões subjetivas, comunicando, de forma comum e em diferentes níveis de organização e concertação, os problemas que as afetam e os projetos que defendem.

Essas mulheres estão se movimentando em busca de autonomia, com motivações, desafios, repertórios de ação e visões de mundo convergentes e expressam, tanto nos seus relatos orais quanto nos conteúdos que efetivamente dão a ver na rede social, o caráter político de ocupação da rede e a intenção de convocar pessoas externas ao movimento agroecológico para as causas que defendem. Desde seus diferentes territórios e fazeres, dão vida aos feminismos e à agroecologia e, em um exercício recente de autoexposição *on-line*, têm se desafiado a serem corresponsáveis pelas causas nas redes virtuais.

Um estar coletivo experiencial e experimental atento às oportunidades de comunicação e de ocupação política, que testa possibilidades e limites de ação, modulando a própria experiência de existir (*on-line e off-line*) dessas mulheres. Experiência esta que reconstrói e reconfigura as formas de ser, aparecer e organizar dessas sujeitas, perpassada por diversas forças, mas que não deixa de ser uma escolha individual e coletiva. Uma apropriação tensionada por diversas variáveis – como a conformação do Facebook, o nível de entendimento sobre a rede, as condições e preferências individuais

de usos por estas sujeitas –, e marcada por uma dinâmica de conversação mais homofílica e interna ao movimento agroecológico – que não é um ambiente menor de disputa, diante das desigualdades que incidem sobre a vida dessas mulheres e suas dinâmicas organizativas.

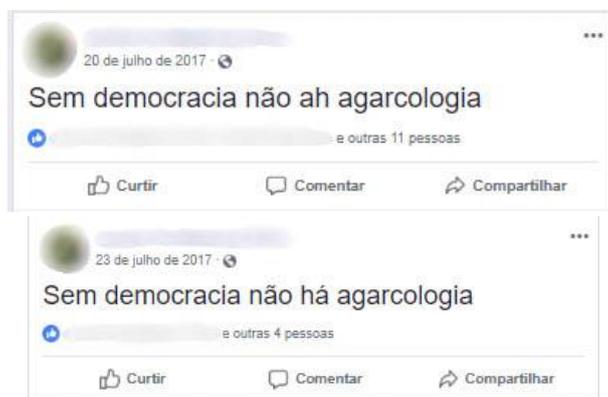
Ao constituírem suas experiências *on-line* compreendendo o Facebook enquanto terreno de disputas, essas mulheres vão construindo táticas e estratégias próprias de atuação. Em um processo de autoaprendizagem e de desenvolvimento de competências, vão não só entendendo as lógicas virtuais, mas impregnando de intencionalidade e critérios os seus usos; selecionando o que expõem, os níveis de aprofundamento dessa exposição e aquilo que silenciam, pela força da proximidade e da familiaridade com os usuários com os quais compartilham o contexto vivido e experimentado, e pelo grau de (im)pertinência de exposição pública de determinados temas.

Nas conversações rotineiras, nas miudezas do dia a dia, as agricultoras vão construindo conhecimentos sobre si, sobre seus movimentos, e sobre a sua forma de interpretar a realidade. Na sutileza da seleção do que é importante dizer e de como dizer, vão compondo imagens e significados para pequenas frações de suas experiências familiares, comunitárias e coletivas; politizando práticas, relações cotidianas e o próprio ato de trabalho. Criam elos e identificações comuns que, aos poucos, permitem-nas entender e afirmar quem são, qual potência têm, por qual projeto de sociedade lutam, quais os enfrentamentos precisam fazer e como fazê-los.

Tal construção de conhecimento é permanentemente permeada pelo desafio de expressarem publicamente, para dentro e para fora do movimento agroecológico, as dinâmicas de problematização em torno dos feminismos e da agroecologia. É tensionada pelo questionamento, externo e das próprias mulheres, de agirem perante as dificuldades de entendimento da rede e de autoexpressão inteligível; de problematizarem e de sustentarem, com argumentos e justificativas, aquilo que se diz em uma rede permeada pelo contraditório, por desconhecimentos e incompreensões por parte de quem não compartilha de suas lutas sociais e ideais, e por conflitos com aqueles com quem travam disputas de poder no movimento agroecológico e fora dele.

Nas nossas observações, percebemos alguns dificultadores desse processo de comunicação:

Na cobertura das agendas e das rotinas, muitos *posts* são compartilhados com um nível incompleto de informações, resultando em imagens sem descrições ou com descrições muito genéricas que dificultam que pessoas não inseridas no cotidiano do movimento agroecológico compreendam o contexto abordado;



Figuras 177-178: Ilustram o desafio de expressão da agricultora, ao mesmo tempo em que demonstra como ela está mobilizada em comunicar, um ano antes, o lema do IV Encontro Nacional de Agroecologia “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”, que teve como uma das palavras de ordem e *tag*: “Sem Democracia Não Há Agroecologia”.

Além de erros de digitação e gramaticais, há utilização de expressões e siglas familiares ao vocabulário das agricultoras – como as de políticas públicas e nomes das organizações e movimentos – e que ficam dispersas para quem não partilha dessa realidade; ocasionando dificuldade de comunicação com quem está fora do movimento agroecológico.

Pela forma experimental como a apropriação tecnológica se dá, evidencia-se a falta de conectivos diretos entre estas sujeitas e as organizações que participam da ação. Ao não mencionarem as páginas das organizações e estas também não acompanharem de forma mais próxima o que as agricultoras estão produzindo, há, em muitos momentos, desvinculação dos conteúdos entre os perfis individuais e as páginas institucionais, e a perda potencial de visibilidade para outros públicos.

Apesar da desconexão provocada por questões técnicas e de não ter sido o escopo deste trabalho um estudo comparativo entre as abordagens pessoais e institucionais da causa, as observações que fizemos dos perfis do grupo de artesãs e da agricultora de Solânea revelam que, em alguns momentos, a repercussão e interação entre as/os usuários se dá de forma mais intensa nos perfis individuais que nas páginas institucionais. Uma oportunidade para que as assessorias das organizações e movimentos lancem olhares

cuidadosos em relação aos modos como essas agricultoras produzem e comunicam suas lutas desde suas realidades cotidianas. “A poeira do chão”, as raízes nas quais a agroecologia está sustentada e é permanentemente apresentada por essas sujeitas, potencialmente pode enriquecer as abordagens das páginas institucionais, com a perspectiva de não apenas enxergá-las como público de suas ações de comunicação, mas também como protagonistas de suas vozes, bebendo das contribuições dessas sujeitas. Ao mesmo tempo em que a experiência das organizações pode enriquecer os usos políticos que essas mulheres já fazem, mas que acontece sob diferentes dificuldades técnicas; indicando a pertinência de se trabalhar a formação em comunicação, inclusive para resguardar essas mulheres de possíveis ataques virtuais e permitir a segurança de seus dados.

Por outro lado, a excessiva institucionalização da causa e de um ativismo orquestrado pode gerar constrangimentos e também uma percepção mais “fechada” dos demais públicos – comunicando mais uma institucionalidade do que um processo aberto, dinâmico e orgânico de apropriações e reapropriações de uma base de ideias e valores comuns, de reinterpretação da causa, com suas contradições, mas sem negá-la em seus aspectos fundamentais. O processo de personalização da causa a partir das apropriações das agricultoras e com a organicidade que ele traz pode ser um fator que propicia aberturas para que outros públicos possam, por empatia, engajar-se, e confere vivacidade ao discurso da causa por meio do testemunho, da demonstração das vivências, comprovando as possibilidades e as viabilidades da causa, que é uma das condições principais da coletivização.

Entrecruzando vulnerabilidades e fortalezas, ao ocuparem o ambiente digital, essas mulheres construtoras da agroecologia e dos feminismos em territórios distintos constroem conhecimento sobre si e suas causas. Embora não tenham sido observados grandes debates ou argumentações nos *posts* dessas sujeitas, não se pode dizer que não há problematização daquilo que lhes dói e de anúncio daquilo que lhes alegra, das possibilidades de bem viver. Ao refletirem sobre suas experiências triviais e ao encorajarem-se a compartilhá-las publicamente com outras agricultoras e públicos, elas vão formando um ambiente de troca de saberes; ensaiando e rascunhando, coletivamente e em vários níveis, conversações que afirmam as diferentes faces significadas da

agroecologia e dos feminismos, expressas nos seus fazeres concretos e nos seus horizontes de transformação. Assim, a problematização está incorporada no fazer-dizer, na sua ação-discurso, uma vez que não só defendem discursivamente a agroecologia e os feminismos, compondo uma narrativa mobilizadora, mas estão construindo e (re)construindo suas próprias trajetórias e práticas com seus exemplos vivos. Elas são o que elas fazem (com suas próprias mãos), elas dizem o que elas são e fazem, numa cadeia de interações e interdiscursos que possui um significado compartilhado, na simplicidade cotidiana. Materializam em seus *posts* não só o presente, mas também sua visão de futuro, plenamente incorporada no fazer presente, na força do exemplo trivial e cotidiano.



Figuras 179-180: *Posts* retirados do perfil da artesã de Fortaleza.

Cotidiana e permanentemente, enquanto público, essas mulheres vão buscando formas de publicizar suas ações individuais e coletivas. Uma construção que faz emergir as suas lutas sociais em torno da agroecologia e dos feminismos por meio daquilo que essas sujeitas dão a ver em suas postagens; por meio do que outros usuários com quem interagem na rede postam a seu respeito; por meio do que as páginas das organizações e movimentos que elas constroem publicam ao seu respeito; bem como por meio do que é produzido sobre essas agricultoras e seus trabalhos nos meios de comunicação alternativos e tradicionais.

Apesar da desconfiança e descrédito em relação aos meios de comunicação tradicionais identificados e mencionados ao longo deste trabalho, elas têm criado e/ou aproveitado as oportunidades de aparecimento existentes. Os usuários com os quais essas agricultoras se relacionam de forma *on-line* reagem de maneira expressiva e positiva às

coberturas midiáticas, comentando e elogiando esses aparecimentos, que atuam como uma espécie de legitimação e de estímulo do trabalho construído por essas mulheres, muito embora, por vezes, os enquadramentos midiáticos sejam redutores da experiência partilhada por elas e recaiam em um discurso meritocrático e individualizante.

As tematizações públicas que essas mulheres produzem e os seus relatos orais evidenciam que os perfis têm se constituído como vetores de autovalorização dessas mulheres, seus trabalhos e territórios; como ambientes de comunicações positivas que trazem à tona não só os aspectos produtivos e técnicos da agroecologia, mas relacionais, sociais e políticos: as miudezas, o quintal, o roçado, o arredor da casa, o “ao redor” da mesa, as varandas, cozinhas e espaços de reunião, as labutas da roça, das ruas, das organizações, as bandeiras de luta, a cultura local, a política e os partidarismos, as forças resistentes, solidárias e criativas do coletivo, crenças e valores... Tudo pelo olhar de mulheres cuja contribuição, por muitas vezes, é invisibilizada ou tida como desimportante.

Por outro lado, jogam luz aos conflitos e enfrentamentos perante as realidades que as violentam, estabelecendo as ligações entre a macro e a micropolítica. Ao longo de 2017, uma disputa política comum a todas as mulheres pesquisadas foram as lutas contra a Reforma da Previdência; sendo também tematizadas, pela maior parte delas, a defesa do ex-presidente Lula, as mobilizações #PorNenhumDireitoaMenos, #ForaTemer e contra Sérgio Moro, bem como *posts* relacionados aos enfrentamentos às violências contra mulheres, contra o feminicídio, contra o racismo, contra o agronegócio, contra o avanço do conservadorismo, contra a LGBTfobia e contra o projeto Escola Sem Partido. Expressando não só preocupação com os bens naturais, mas com uma vida livre de violências, com autonomia para si, para as juventudes, para as pessoas LGBTs, para mulheres e homens negros – muito embora essas bandeiras de luta ainda precisem ser fortalecidas dentro da dinâmica da Articulação Nacional de Agroecologia.

Observa-se ainda que nos perfis das sujeitas pesquisadas é recomposto parte do tecido social que sustenta a agroecologia e os feminismos enquanto práticas e movimentos coletivos, seja no dia a dia da produção familiar e comunitária, seja nos espaços de participação social. Aproximando e reforçando os vínculos de pertencimento, ao performarem suas presenças, dão vida a um conjunto de arranjos sociais que constroem

e às vinculações que estabelecem nas dinâmicas de interação mistas e auto-organizadas: outras agricultoras e agricultores, integrantes de organizações do terceiro setor, grupos informais, redes e movimentos agroecológicos e feministas, representantes públicos e políticos.

A experiência agroecológica e feminista *on-line* destas mulheres é, assim, vivificada por uma teia coletiva pré-existente na vida social e que se reconfigura para o ambiente digital, enriquecida pela possibilidade de apresentação dos horizontes de transformação propostos para outros públicos. Ao serem “alguém em público”, essas mulheres introduzem aquilo que lhes há de mais peculiar, que marca suas individualidades, até o que há de mais comum e partilhado no movimento.

Com suas formas plurais e convergentes de abordar temáticas caras à vida das mulheres, são também influenciadas pelos diferentes modos de organização de seus grupos e organizações, por aquilo que lhes dói e alegra coletivamente desde suas realidades cotidianas e territoriais de construção da agroecologia. Afirmam resistências, seus repertórios de ação cotidianos, suas metodologias de trabalho político-pedagógicas que, sob um elo comum, se recriam nos territórios, a partir da cultura local, dos modos de organização e solidariedade vividos por essas mulheres junto às organizações sociais do campo agroecológico e às comunidades.

Os sentimentos impregnados nessa construção social também emergem, demonstrando publicamente a dimensão de solidariedade e afetividade cultivada por essas mulheres, na celebração de conquistas e na partilha dos momentos de luto, doença e tristeza. No cuidado e no incentivo cotidiano, vão encorajando umas às outras a manterem-se firmes nos seus caminhos de luta.

Ao permitir tal aproximação, o caráter homofílico do Facebook, a exemplo de outras redes sociais *on-line*, tem favorecido a coesão das mulheres e seus movimentos, à medida que essas sujeitas ocupam politicamente o ambiente, vão recriando suas lutas e apelando para a formação de uma experiência e de um conhecimento comum. Apesar dos muitos obstáculos que se apresentam – às tantas vulnerabilidades tematizadas neste trabalho – a criatividade e a solidariedade se manifestam em pequenos gestos subversivos, que constantemente reivindicam um lugar de valorização não apenas para si,

individualmente, mas para a agroecologia e os feminismos que constroem em rede e nas redes.

Os perfis expressam, assim, não cinco faces individualizantes, mas composições de um movimento feminista agroecológico plural que se constrói nos roçados, nos quintais, nas feiras, nas comunidades, nas igrejas, nas praças, nos sindicatos e também nas redes virtuais de interação, semeando bandeiras de luta e buscando frutificar a agroecologia e os feminismos para públicos mais amplos da sociedade brasileira. Tal incidência coletiva nas experiências individuais dessas sujeitas trazem a afirmação de um “eu” e de um “nós” que reivindicam ser percebidos, considerados e valorizados.

Cabe destacar que a diversidade reunida pela Articulação Nacional de Agroecologia é imensa e, certamente, há elementos que merecem ser aprofundados em novas investigações, sobretudo quando consideramos a comunicação protagonizada pelas juventudes, pelos sujeitos LGBTs, pelos povos negros, de terreiro, quilombolas, pelas/os indígenas e de tantos outros povos e comunidades tradicionais que compõem esta teia.

Reiteramos, por fim, nossos agradecimentos às sujeitas da pesquisa pela abertura e confiança no desenvolvimento deste estudo. Esta investigação foi oportunidade de encontro com vidas e lutas reais, evocando responsabilidade ética e autorreflexão a cada observação, anotação e análise. Com a constante inquietude sobre nossa legitimidade para realizar esta pesquisa e conscientes de que não se tratava apenas de um “objeto de estudo”, buscamos corresponder com respeito e comprometimento o ato de coragem dessas mulheres deixarem-se ser pesquisadas, cuidando para que fossem respeitadas sua privacidade e intimidade. Somos gratos por alargarem nossas percepções e por nos ensinarem tanto!

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. In: LANG, M.; DILGER, G.; NETO, J. P. (Orgs.). **Descolonizar o Imaginário**. São Paulo: Elefante Editora, 2016, pp. 84-85.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, Feminismos Plurais, 2018.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, pp.13-56, 2014.

ALVES, L.; ALVARENGA, C.; CARDOSO, E.; CASTRO, N. de; SAORI, S.; TELLES, L. **Caderneta agroecológica e os quintais**: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.

ANA. O que é a ANA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2018. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/>. Acesso em 02 jul. 2019.

ANGELIN, R. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 9, n. 3, 2014.

ARAÚJO, W. F. **As narrativas sobre os algoritmos do Facebook: uma análise dos 10 anos do Feed de notícias**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

AS-PTA. **Agricultura Familiar e Agroecologia**. Disponível em <http://aspta.org.br/>. Acesso em 19 jul. 2019.

BARRIOS, E. B.; LANSANGAN, J. R. G.; DAQUIS, J. C. P. Impact assessment of the e-AGRIKultura project: Philippines. In: GRIMSHAW, D.; KALA; S. **Strengthening Rural Livelihoods**: The impact of information and communication technologies in Asia. Warwickshire: Practical Action Publishing, pp. 89-107, 2011.

BARROS, E. A. A. Mulheres e agroecologia: Estudos de Experiências e Estratégias de Apropriação e Divulgação na Internet. In: *Mundos de mulheres*, 13/Fazendo gênero, 11, 2017, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2017, Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503878735_ARQUIVO_FazendoGenero_TrabalhoCompleto_ElianeAparecidaAlmeidaBarros.pdf. Acesso em: 7 abr. 2019

BELLO, C. D. **Cibercultura e subjetividade: uma investigação sobre a identidade em plataformas virtuais de hiperespetacularização do eu**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BENEDITO, F. de O. Nas Ruas, Redes e Roçados: As TICs e a Comunicação da Marcha Mundial das Mulheres. **Revista do Edicc**, v. 5, n. 1, outubro de 2018.

BERNARD, H-G. Feminismo e Agroecologia: Trabalho, Cuidados e Bens Comuns. In: III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia. 2019. Pernambuco. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/IIICIFA/photos/a.707707886257281/812733649088037/?type=3&theater>>. Acesso em: 10 abr. 2019

BOJANIC, A. A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. **ONU BRASIL**, 2017. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>>. Acesso em 15 jan. 2019.

BOSCH, N. V. Teorías Feministas y Postfeministas de las tecnologías. In: ACSUR-LAS SEGOVIAS. **Kit de Formación: género, Tic y activismo**, pp. 14-20, 2016. Disponível em: http://www.x0y1.net/KIT_CAST_6-1.pdf. Acesso em: 5 ago. 2016.

BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, v. XXV, n. 58, p. 62-77, jan.-abr., 2011. Disponível em: <http://migre.me/v0TiQ>. Acesso em: 30 set. 2016.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006.

BURG, I. C.; LOVATO, P. E. Agricultura Familiar, Agroecologia e Relações de Gênero. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 1, mai. 2007

BUTTO, A.; DANTAS, C. (Orgs.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CANUTO, J. C.; URCHEI, M. A. Comunicação para a transição agroecológica: desafios e avanços institucionais. **Agriculturas**, v. 13, n. 1, 2016. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v13-n1-comunicar-para-transformar/comunicacao-para-a-transicao-agroecologica-desafios-e-avancos-institucionais/>. Acesso em: 15 out. 2018.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARVALHO, F. P. de. Fundos e Fechos de Pasto: territorialidades específicas, lutas e alguns desafios. In: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016, João Pessoa. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**, v. 2, n. 4, pp. 11-48, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7163>. Acesso em: 15 out. 2018.

CEFAÏ, D. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas. O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 2, pp. 129-142, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002017000200129&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 dez. 2018.

CETIC.BR. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018 = Survey on the use of information and communication technologies in brazilian households: ICT households 2018** [livro eletrônico] / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, [editor]. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: < https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf >. Acesso em: 02 jun. 2019.

COÊLHO, T. F.; MARQUES, A. C. S. Sertanejas Conectadas: autonomia e subjetivação a partir dos usos do Facebook por mulheres no sertão do Piauí, **Contemporânea**, v. 13, n. 2, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/14000/9876>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CONCEIÇÃO, A. F. “**Quem está online?**” – Um estudo de caso sobre o uso e apropriação da internet no meio rural de Estrela/RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Mulheres e Agroecologia**, 2014, 28p.

COSTA, C. L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu** [online], n. 19, pp. 59-90, 2002.

COSTA, M. G. Agroecologia, (Eco)Feminismos e “bem-viver”: emergências descoloniais no movimento ambientalista brasileiro. *In*: 13º MUNDOS DE MULHERES, 13/FAZENDO GÊNERO, 11, 2017, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2017, Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500257660_ARQUIVO_Agroecologia,ecofeminismosebem-viver-emergenciasdescoloniaisnomovimentoambientalistabrasileiro.pdf. Acesso em: 7 abr. 2019.

DARON, V. L. P. **Um grito lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. Nyéléni, Mali, 2007. Disponível em: <<https://nyeleni.org/spip.php?article327>>. Acesso em 20 jun. 2019

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DEWEY, J. **Vida e educação**. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DOEL, M. Corpo sem órgãos: esquizoanálise e desconstrução. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Nunca fomos humanos** – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001, pp, 78-110.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ESCOSTEGUY, A. C. D.; SIFUENTES, L.; BIANCHINI, A. Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.** [online], v. 40, n. 1, pp. 195-211, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442017000100195&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 set. 2018.

FÁBIO, A. C. Facebook diminuirá novamente espaço para notícias. Qual o contexto da mudança. **Nexo Jornal**, 2018. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/12/Facebook-diminuir%C3%A1-novamente-esp%C3%A7o-para-not%C3%ADcias.-Qual-o-contexto-da-mudan%C3%A7a>. Acesso em 12 set. 2018.

FACIOLI, L; MISKOLCI, R. Conectadas: experiências de subalternidade e ajuda mútua feminina online entre mulheres de classes populares. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, pp. 129-159, Jul./ Dez. 2015.

FAO. **Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe 2018**. Soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza en el campo. Disponível em: www.fao.org/3/CA2275ES/ca2275es.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2007.

FENGYING, N.; LI, Z.; JIEYING, B.; FUJIANG, L.; XIAOCHAO, T. Evaluation of a rural information project in Ningxia, China. In: GRIMSHAW, David; KALA, Shalini. **Strengthening Rural Livelihoods: The impact of information and communication technologies in Asia**. Warwickshire: Practical Action Publishing, 2011, pp. 109-132.

FERREIRA, C. B. C. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, n. 44, pp. 199-228, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8637329>. Acesso em: 17 abr. 2018.

FERREIRA, A. P. L.; MATTOS, L. C. Convergências e divergências entre o feminismo e a agroecologia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 2, abr.-jun., 2017.

FRANÇA, V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? **Ciberlegenda**, n. 5, 2001. Disponível em: <http://migre.me/v0T9B>. Acesso em: 13 jun. 2017.

FREIRE, P. Alfabetização e Cidadania. In: **Educação Municipal**, São Paulo, Cortez/CEAD/UNDIME, n. 1, mai. 1998.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira/ Prefácio de Jacques Chonchol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GT MULHERES DA ANA. Sem Feminismo Não Há Agroecologia, 2018. Disponível em: http://www.agroecologia.org.br/files/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.2, n.1, 2001, pp. 35-45.

HENRIQUES, M. S. (org.) **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

HENRIQUES, M. S. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HENRIQUES, M. S. Dimensões dos públicos nos processos de comunicação pública. In: SCROFERNEKER, C. M. A.; AMORIM, L. R. (Orgs.). **(Re)leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, pp. 51-63.

HEREDIA, B. M. A., & CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, v. 9, n. 8, jan-jun. 2006.

HONGAN, B. The presentation of self in the age of social media: Distinguishing performances and exhibitions online. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 30, n. 6, pp. 377-386, 2010.

KIM, J-H; LEE, J-E. The facebook paths to happiness: effects of the number of facebook friends and self-presentation on subjective well-being. **CyberPsychol Behav. Soc. Netw.**, v. 14, n. 6, pp. 359-364, 2011.

LIMA, M. M. T.; JESUS, V. B. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 15, n. 1. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/133644>. Acesso em: 15 mai. 2018.

LOPES NETO et al. Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. **Revista agriculturas** (impresso), v. 12, p. 43-47, 2015.

LÖWEN SAHR, C. L. Os Faxinais enquanto populações tradicionais e territórios sociais: algumas reflexões. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 6. 2005, Fortaleza. **Anais...**, Fortaleza: ANPEGE, 2005, p. 163-174.

MARONHAS, M.; SCHOTTZ, V.; CARDOSO, E. M. Agroecologia, trabalho e mulheres: Um olhar a partir da Economia Feminista. In: REDOR, 18, 2015, Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1956/896>. Acesso em: 15 mai. 2017.

MCPHERSON, M. Birds of a Feather: Homophily in Social Networks. **Annual Review of Sociology**, v. 27, pp. 415-444, 2001.

MENDONÇA, R. F. A liberdade de expressão em uma chave não dualista: as contribuições de John Dewey. In: Venício Lima; Juarez Guimarães. (Org.). **Liberdade de expressão: as várias faces de um desafio**. 1ed. São Paulo: Paulus, 2013, pp. 41-63.

MOREIRA, J. Agroecologia: um processo que favorece ou desfavorece a legitimação do saber tradicional? **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 31, pp. 155-182, 2002.

MORENO, T. **Alternativas feministas nas ruas, redes e roçados**. GADN (Gender & Development Network), 2016. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Moreno-PORTUGUESE-Alternativas-feministas-nas-ruas-redes-e-ro%C3%A7ados.pdf>>. Acesso em 07/07/ 2018.

NATANSOHN, G. (Org.). **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013. pp. 15-38.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4614/1/2009_MonicaCeleidaRabeloNogueira.pdf. Acesso em: 1 mai. 2017.

OLIVEIRA, F. Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>>. Acesso em 28 mar. 2019.

ONU MULHERES. **Agricultoras familiares inovam e visibilizam produção de mulheres no campo, experiência brasileira é citada em relatório internacional da ONU Mulheres**, jun. 2019. Disponível em: <www.onumulheres.org.br/noticias/agricultoras-familiares-inovam-visibilizam-trabalho-e-producao-mulheres-experiencia-citada-em-relatorio-internacional-da-onu-mulheres/>. Acesso em 2 jul. 2019.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, pp. 64-70, jan.-fev., 1987.

PAULILO, M. I. S. Que feminismo é esse que nasce da horta? **Revista Política & Sociedade**, v. 15, pp. 296-316, 2016.

PELBART, P. P. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 24, pp.19-26, 2015.

PERUZZO, C. M. K. Comunicar para Transformar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, pp. 4-6, 2016.

PERUZZO, C. M. K. Direito a comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Semiosfera**, v. 12, n. 8. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989/11364>. Acesso em abr. 2019.

PETERSEN, P.; DIAS, A (Orgs.). **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Articulação Nacional em Agroecologia, 2007.

RAGO, M. 'Epistemologia Feminista, Gênero e História'. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, pp. 21-42.

RECUERO, R. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. **Revista Famecos: Porto Alegre**, n. 38, abril de 2009.

RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, Pelotas, v. XXVIII, n. 68, pp. 114-124, mai.-ago., 2014.

REIS, M. Direito a terra, água e produção estão diretamente ligados ao direito de se comunicar. **Asa Brasil**. 2015. Disponível em https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=7133. Acesso em 10 fev. 2019.

RODRIGUES, M. S. The evolutionary approach applied to ICT and agriculture technological systems in Latin America: a survey. In: RODRIGUES, M. S.; RODRÍGUEZ, A. G. **Information and communication technologies for agricultural**

development in Latin America: Trends, barriers and policies. Santiago: United Nations, 2013.

ROSENBERG, J.; EGBERT, N. Online impression management: Personality traits and concerns for secondary goals as predictors of self-presentation tactics on Facebook. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 17, n. 1, 2011.

SAMBUICHI, R. H. *et al.* **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil:** uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

SALAS, J. Usuários transformam seus murais no Facebook em ‘bolhas’ ideológicas. **El País**, 2015. Disponível em brasil.elpais.com/brasil/2015/05/06/tecnologia/1430934202_446201.html. Acesso em 29 mai. 2017.

SCOTT, J. Experiência. In: SILVA, A, et al. (orgs). **Falas de Gênero**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, pp. 21-55.

SCHOTTZ, V.; MARONHAS, M.; CARDOSO, E. É trabalho, não é ajuda! Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 12, n. 4, dez., 2015. pp. 48-53.

SCHWARTZ, C. **Relações de gênero e apropriação de tecnologias de informação e comunicação na agricultura familiar de Santa Maria – RS**. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SEIBERT, I. G. **Feminismo campesino y popular**. Una propuesta de las campesinas de Latinoamérica. Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas, 2017. Disponível em: <http://www.soberaniaalimentaria.info/numeros-publicados/60-numero29/454-feminismo-campesino-y-popular> . Acesso em 4 jun. 2019

SEPULCRI, O.; PAULA, N. de. A Emater e seu Papel na Difusão de Tecnologia nos seus 50 Anos. In: **Prêmio Extensão Rural**, 2, 2006. EMATER-PR, 2006.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: “o social” na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 38-48, jul.-set. 2002.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento iberoamericano**, v. 9, pp. 169-184, 2011.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, mai. 2007. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/6427>. Acesso em: 1 out. 2017.

SILIPRANDI, E. O processo de organização das mulheres dentro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 1, dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/3416>. Acesso em: 1 out. 2017.

SILVA, M. G. **A apropriação das TICS por Extensionistas e Agricultores Familiares: possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2014. 308 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SILVA, V. I. **Diversidade camponesa e o seu modo de ser, de viver e produzir**. Porto Alegre: Padre Josimo, 2014. Disponível em: http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/livro_classe_camponesa_1_.pdf. Acesso em: 2 out. 2018.

SILVEIRA, M. L. **Mapulu, a mulher pajé: a experiência Kamaiurá e os rumos do feminismo indígena no Brasil**. 2018. 346 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, N. A. *et al.* O que é uma semente crioula na comunicação? **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, jul. 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/1546/300>. Acesso em: 1 dez. 2018.

TELLES, L.; JALIL, L.; CARDOSO, E.; ALVARENGA, C. R. Cadernetas agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil. *Agroecologia em femenino*. La Paz: SOCLA, 2018, pp. 141-157.

TELLES, L. Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de barra do turvo, SP. – Viçosa, MG, 2018. 171f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

TOLEDO, V. M. A Agroecologia é uma revolução epistemológica. **Agriculturas**, v. 13, n. 1, março 2016, pp. 42-45. Disponível em: <aspta.org.br/files/2019/09/V13N1_Artigo-7-Entrevista-Victor-MToledo.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.

TORO, A. J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília MMA/Abeas/Unicef, 1996.

VIERO, V. C.; SILVEIRA, A da C. M. Apropriação de tecnologias de informação E comunicação no meio rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.

28, n. 1, pp. 257-277, jan.-abr. 2011. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/12042>. Acesso em: 1 dez. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e coletivo. In: **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pp. 203-262.

WANDERLEY, M. N. B. “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In: Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996. **Anais...** Caxambu, 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2, 2000, pp. 29-37.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 21, 2004, pp. 42-61.

WOORTMANN, K. “Com Parente Não se Neguceia”. O Campesinato Como Ordem Moral. In: **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Ed. UNB e Tempo Brasileiro, 1990.

ZAFRA, R. Um cuarto próprio conectado: feminismo y creación desde la esfera público-privada online. **Investigación Feminista**, n. 22, 2011. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Asparkia/article/viewFile/257292/344383>. Acesso em: 1 dez. 2018.

ZUCKERMAN, E. Redes sociais criam bolhas ideológicas inacessíveis a quem pensa diferente. **Folha de S. Paulo**, 2017. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/09/1920816-cada-macaco-no-seu-galho---zuckerman.shtml>. Acesso em 14 jan. 2018.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa – *A construção do ‘eu’ e do ‘nós’: processos de mobilização social em perfis de mulheres agroecológicas no Facebook*, realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Esta participação é voluntária. Caso concorde em participar, favor assinar ao final do documento.

A pesquisa tem o objetivo de compreender a relação que as agricultoras da Articulação Nacional de Agroecologia têm estabelecido com a internet. Neste sentido, sua colaboração será importante como fonte de informação sobre como as mulheres do movimento agroecológico vêm promovendo processos de mobilização social em torno da agroecologia e do feminismo nos seus perfis pessoais no Facebook. Esta pesquisa pretende auxiliar no avanço dos estudos sobre a agricultura familiar, refletindo sobre a comunicação na Articulação Nacional de Agroecologia, além de buscar contribuir para o enriquecimento do campo comunicacional, investigando um tema atual e ainda pouco contemplado pelos pesquisadores.

Estas informações serão obtidas por meio do acompanhamento e coleta das suas informações no Facebook e por meio de entrevista, que será gravada em áudio. Todos os dados e documentos serão de uso apenas para a pesquisa e não serão divulgadas informações pessoais com a sua identificação nem com a identificação de pessoas com as quais você se relaciona na rede social, sem que seja requerida sua autorização expressa. Se houver fornecimento de dados que sejam confidenciais, serão tratados com sigilo.

Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a UFMG.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

Pesquisador Responsável

Eu, _____, concordo em participar voluntariamente da pesquisa e declaro que sou maior de 18 anos, que li as informações contidas nesse documento e fui devidamente informada pela pesquisadora sobre os objetivos, sobre os procedimentos que serão utilizados e sobre a confidencialidade da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento. Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em apresentações e publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados sem meu consentimento expresso.

_____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA: _____

Pesquisadores: Angélica Patrícia de Almeida e Márcio Simeone Henriques.
E-mail: angelica.comsocial@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 -
Unidade Administrativa II – 2.º andar - sala 2005 - telefax: (31) 3409-4592.

APÊNDICE 2**Roteiro Semiestruturado de Entrevista**

Nome:

Idade:

Localidade:

Movimentos dos quais participa:

Escolaridade:

- O que significa para você ser mulher agroecológica?
- Quais são as principais fontes de informação no seu dia a dia?
- Quando e como você começou a usar a internet e o Facebook?
- Você já participou de alguma oficina de comunicação voltada para o uso de redes sociais?
- Além do Facebook, você acessa outras redes sociais e aplicativos de conversa?
- Como e onde você acessa o Facebook?
- Tem alguma dificuldade para se conectar a internet e ao Facebook? Quais?
- Com qual frequência você acessa internet?
- Você percebeu alguma mudança na sua rotina e na forma como se relaciona com outras pessoas depois que passou a usar o Facebook?
- Quais os principais tipos de conteúdos e páginas você gosta de acessar?
- Como você faz a seleção do que vai postar ou não?
- Você adiciona outras mulheres e pessoas que conhece no movimento agroecológico ou costuma interagir apenas com pessoas com quem convive diretamente no seu dia a dia?
- Quais os principais recursos você utiliza, no Facebook, para comunicar a agroecologia e o feminismo para as pessoas que desconhecem o movimento agroecológico?